



Município da Marinha Grande

Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia 26/11/2018.

Mandato de 2017/2021
Ata nº 39

Aos vinte e seis dias do mês de novembro de dois mil e dezoito, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência da Presidente, Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alexandre de Carvalho Caetano;
- Lara Marques Lino;
- Mêlina Monteiro Mira Domingues;
- Célia Cristina Letra Faustino Guerra.

A Sr.^a Presidente abriu a reunião pelas 14:30 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objeto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se mencione expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

- 1. Cesaltina Almeida Silva Filipe** – pretende ser informada sobre o andamento da colocação de saneamento básico na Urbanização Valeira - Vieira de Leiria.
- 2. Sr.^a Maria de Fátima Figueiredo Rodrigues** - pretende falar sobre o seu pedido de indemnização devido a queda na rampa de acesso à praia em S. Pedro de Moel.
- 3. Sr. João Carlos Gomes de Sousa** – pretende voltar a falar sobre o requerimento enviado a todos os Vereadores para marcação de reunião; sobre o requerimento para isenção de taxas municipais e obter esclarecimentos sobre os prazos legais para respostas a requerimentos.
- 4. Sr. Agostinho Teixeira de Oliveira** - pretende falar sobre a Rua do Sol.
- 5. Sr. Francisco Santos Ferreira** – pretende esclarecer a situação relativa à rotura de água na via pública (passeio) na Rua 25 de Abril, em frente ao n.º 6.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervenção dos membros do executivo

ORDEM DO DIA

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

GABINETE DE APOIO AOS ÓRGÃOS DE GESTÃO

1. Aprovação da ata n.º 38, da reunião ordinária do dia 12 de novembro de 2018
2. Projeto de Resolução N.º 1859/XIII/4ª – Pela abolição de portagens na A23
3. Assembleia Municipal de Lisboa – sessão de 16/10/2018 – CM Marinha Grande – Voto de solidariedade

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

FINANÇAS E TESOURARIA

4. Resumo de Tesouraria do dia 20 de novembro de 2018
5. 27.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2018. Ratificação do Despacho n.º 528/2018 de 20 de novembro

PATRIMÓNIO

6. Contrato de concessão de exploração do Café Bambi, em São Pedro de Moel. Modificação contratual por alteração das circunstâncias.

DIVISÃO DE QUALIDADE DE VIDA

OBRAS MUNICIPAIS

7. Requalificação e eficiência energética da piscina Municipal de Vieira de Leiria - Concurso Público n.º 06/2018 - Aprovação de trabalhos complementares- Ratificação de despacho
8. "Conservação e reabilitação de pavimentos na rede viária do concelho – CP n.º 09/2016" – Aprovação da revisão de preços
9. "Reabilitação do pavilhão gimnodesportivo Nery Capucho – Concurso Público n.º 15/2017" - Aprovação de trabalhos a menos
10. "Requalificação da EB Guilherme Stephens – Concurso Público n.º 16/2017" - Aprovação de trabalhos a menos.
11. Rede de abastecimento em alta - São Pedro de Moel - Estabilização de taludes – Concurso Público n.º 31/2017" - Aprovação de trabalhos a menos.
12. "Requalificação da Estrada Vieira de Leiria/ Praia da Vieira – CP n.º 01/2016" – Revisão de preços.

DIVISÃO DE MODERNIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO

BALCÃO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE

13. Isenção do pagamento de taxas
14. Autorização para pagamento de taxas em prestações

DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO

PLANEAMENTO DO TERRITÓRIO

15. "Modernização e Inovação da Área de Acolhimento Empresarial da Marinha Grande" – PA n.º 33/2018 - Aprovação do Anteprojeto

16. Definição das águas balneares e época balnear para 2019 / apresentação de proposta de duração da época balnear à APA - Agência Portuguesa de Ambiente – ARHTEjo e ARHCentro

GESTÃO URBANÍSTICA

- 17.** Req.º nº 1446/18, datado de 07/08/2018 - Proc.º n.º 327/18, datado de 07/08/2018 - Mário Carvalheiro da Cruz e Maria Cristina Guerra Luís da Cruz
- 18.** Req.º nº 1925/18, datado de 23/10/2018 - Proc.º n.º 300/18, datado de 23/07/2018 - Clotilde de Jesus Bazaréu - Cabeça de Casal da Herança de
- 19.** Req.º nº 1734/18, datado de 25/09/2018 - Proc.º n.º 401/18, datado de 25/09/2018 - Sónia Paula Marques Teixeira Correia Lourenço
- 20.** Req.º nº 1950/18, datado de 29/10/2018 - Proc.º n.º 124/18, datado de 10/04/2018 - José Gaspar Neto
- 21.** Req.º nº 1932/18, datado de 24/10/2018 - Proc.º n.º 549/17, datado de 12/12/2017 - Maria Orange Angelina Serra Oliveira e José Silva Oliveira
- 22.** Req.º nº 1740/18, datado de 26/09/2018 - Proc.º n.º 237/17, datado de 09/06/2018 - Pelacerta - Investimentos Imobiliários, Lda.
- 23.** Req.º nº 1853/18, datado de 12/10/2018 - Proc.º n.º 555/17, datado de 14/12/2017 - Liliana Sofia Ferreira Leal
- 24.** Req.º nº 1999/18, datado de 05/11/2018 - Proc.º n.º 136/18, datado de 18/04/2018 - Filipe André Santos Ribeiro
- 25.** Req.º nº 2027/18, datado de 08/11/2018 - Proc.º n.º 38/18, datado de 08/02/2018 - Carlos Alberto Martins Gomes Pedroso
- 26.** Req.º nº 1832/18, datado de 10/10/2018 - Proc.º n.º 548/17, datado de 12/12/2017 - Júlio Salvador Temótio
- 27.** Req.º nº 1367/18, datado de 24/07/2018 - Proc.º n.º 304/18, datado de 24/07/2018 - Britomoldes - Fabricação e Comercialização de Moldes Metálicos, Lda.
- 28.** Req.º nº 1657/18, datado de 14/09/2018 - Proc.º n.º 367/18, datado de 14/09/2018 - Sedlom-Sociedade de Moldes de Precisão, Lda.
- 29.** Req.º nº 1861/18, datado de 15/10/2018 - Proc.º n.º 182/16, datado de 17/05/2016 - Cordeiro, Silva e Cordeiro, Lda.
- 30.** Req.º nº 1417/18, datado de 31/07/2018 - Proc.º n.º 95/18, datado de 21/03/2018 - Manuel Lopes Duarte - Cabeça de Casal da Herança de
- 31.** Req.º nº 2089/18, datado de 16/11/2018 - Proc.º n.º 534/17, datado de 30/11/2017 - YUDO EU, LDA.
- 32.** Req.º nº 1871/18, datado de 16/10/2018 - Proc.º n.º 51/18, datado de 16/02/2018 - Luís António Correia Amaral
- 33.** Req.º nº 2097/18, datado de 07/03/2018 - Proc.º n.º 83/18, datado de 20/11/2018 - Márcio Leandro Franco Lavos e Cíndya de Sousa Duarte
- 34.** Req.º nº 1688/18, datado de 18/09/2018 - Proc.º n.º 392/18, datado de 18/09/2018 - José Eduardo Afonso Ribeiro e Tânia Duarte Marques
- 35.** Req.º nº 2056/18, datado de 13/11/2018 - Proc.º n.º 565/17, datado de 20/12/2017 - Ricardo José Germano Domingues
- 36.** Req.º nº 261/18, datado de 14/02/2018 - Proc.º n.º 47/18, datado de 14/02/2018 - Horácio Gonçalves Santos
- 37.** Req.º nº 1165/18, datado de 26/06/2018 - Proc.º n.º 431/2018, datado de 26/06/2018 - Ana Alves Pires
- 38.** Req.º nº 2004/16, datado de 28/11/2016 - Proc.º n.º 489/16, datado de 28/11/2016 - Bleach Design Unipessoal, Lda
- 39.** Req.º nº 1086/18, datado de 12/06/2018 - Proc.º n.º 402/2018, datado de 12/06/2018 - António João Arraiolos Pires

40. Req.º nº 2026/18, datado de 08/11/2018 - Proc.º n.º 136/17, datado de 11/04/2017 - Guida Maria Letra Fontes Almeida, Paulo Fernando Caçador Fontes Almeida, José Letra Fontes, Liliana Isabel Fonseca Ramos, Maria Elisabete Letra Fontes, Fernando Manuel Letra Fontes e Ana Mónica Martins Pimenta Fontes
41. Req.º nº 1866/18, datado de 15/10/2018 - Proc.º n.º 1334/99, datado de 22/10/19699 - Kurt Falko Prafferott
42. E/9875/2018 - Pedido de ocupação de espaço público com abertura de vala para execução de baixada eléctrica
43. E/9874/2018 - Pedido de ocupação de espaço público com abertura de vala para execução de baixada eléctrica
44. E/9846/2018. Pedido de ocupação de espaço público com abertura de vala para execução de baixada eléctrica - CANAS ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.
45. Req.º nº 1324/18, datado de 18/07/2018 - Proc.º n.º 145/17, datado de 17/04/2017 - Júlio Manuel Gaspar Duarte Moleirinho

DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADANIA

INTERVENÇÃO CULTURAL

46. Cedência da Casa da Cultura Teatro Stephens para realização da Gala dos 15 anos - Associação Salto Inteligente "Nelly's Dance" - Pedido de alteração de data de cedência
47. Cedência da Casa da Cultura Teatro Stephens para realização de sessão do Conselho Nacional da Confederação Nacional das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto - 8 de dezembro
48. Isenção de taxas de ingresso na Casa-Museu Afonso Lopes Vieira – ASURPI - Associação Sindical União de Reformados, Pensionistas e Idosos da Marinha Grande - Ratificação de despacho
49. Atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza cultural em 2018: SPM – Associação para a Promoção do Turismo de S. Pedro de Moel – Passagem de ano em S. Pedro de Moel 2018-2019.

EDUCAÇÃO E JUVENTUDE

50. Atribuição de subsídios escolares a alunos carenciados – Escolas do 1.º ciclo e jardins-de-infância do Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente – ano letivo 2018/2019 – 1.ª fase
51. Apoio ao Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente para material didático de recreio, consumíveis e outros bens para o funcionamento das respetivas escolas do 1º ciclo do ensino básico e jardins de infância, referente aos 1º, 2.º e 3.º períodos do ano letivo 2018/2019.
52. Atribuição de subsídios escolares a alunos carenciados – escolas do 1.º ciclo e jardins-de-infância do Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente – ano letivo 2018/2019 – 1.ª fase
53. Apoio ao Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente para material didático de recreio, consumíveis e outros bens para o funcionamento das respetivas escolas do 1.º ciclo do ensino básico e jardins de infância, referente aos 1º, 2.º e 3.º períodos do ano letivo 2018/2019.

ATIVIDADE FÍSICA

54. Programa de funcionamento da atividade física para a 3.ª idade. Atribuição de apoio financeiro no ano de 2018 - Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego
55. Programa de funcionamento da atividade física para a 3.ª idade. Atribuição de apoio financeiro no ano de 2018 - Sport Operário Marinhense

PROMOÇÃO SOCIAL, SAÚDE E VOLUNTARIADO

- 56.** Atualização anual da renda correspondente à fração sita no 1º dto. do Bloco 1, da Praceta da Liberdade
- 57.** Atualização anual da renda correspondente à fração sita no 2º esq. do Bloco 2, da Praceta da Liberdade
- 58.** Revisão da renda correspondente à fração sita na Praceta da Liberdade, Bloco 4, 1º dto., por motivo de alteração dos rendimentos do agregado familiar
- 59.** Revisão do valor da renda, sob o regime de arrendamento apoiado, de Maria Filomena Bernardo dos Santos, inquilina residente na Avenida da Liberdade Bloco I 2ºft dto, Casal de Malta, por motivo de alteração do rendimento mensal corrigido.
- 60.** Transmissão do direito ao arrendamento a favor do inquilino residente na casa 19, do Bairro do Camarnal Velho, por motivo de dissolução da união de facto da primitiva arrendatária da habitação
- 61.** Transmissão do direito de arrendamento a favor de Custódio Lourenço Florindo, por morte da titular do contrato de arrendatário - Maria Capitolina Lourenço.
- 62.** Rendas em atraso referentes à fração correspondente ao 3º dto., do Bloco 5, sita na Praceta da Liberdade – Celebração de acordo de regularização de dívidas
- 63.** Atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra - Casa do Pessoal da Câmara Municipal da Marinha Grande.



PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

1. Cesaltina Almeida Silva Filipe – perguntou se o orçamento para 2019 já foi aprovado e se o saneamento para a Urbanização Valeira, em Vieira de Leiria, foi aprovado ou não. Pretende saber se vai ou não ser feito porque ouviu dizer que não está no orçamento para o próximo ano. Disse estar farta de tantas mentiras, uma vez que ao longo dos anos a informação tem sido sempre que é para o próximo ano, para o próximo ano ... por isso quer saber a verdade. Tem lutado muito por esta obra, mas sente que estão a fazer pouco de si, e que o Vereador é mentiroso.

A **Sr.ª Presidente** disse que não pode deixar de lamentar este tipo de intervenção. Compreende que os munícipes têm todo o direito de vir aqui expor os seus problemas, mas também têm que compreender que as burocracias são muitas e a Câmara não pode ultrapassar os procedimentos legais. O assunto aqui exposto, de uma forma inaceitável, é um dos assuntos que a Câmara não tem descurado, e se já o pudesse ter resolvido já o teria feito, porque quer ver os problemas dos munícipes resolvidos.

Não vai deixar que mais uma vez os membros da mesa sejam ofendidos da forma que o foram, designadamente o Vereador, que não merece ser tratado desta forma. Agradece que o façam com o devido respeito que os Vereadores lhes merecem assim como os munícipes também merecem por parte da Câmara.

2. Sr.ª Maria de Fátima Figueiredo Rodrigues - pretende saber o ponto de situação após terem decorrido 3 anos sobre a sua queda na rampa de acesso à praia em S. Pedro de Moel, pois o seu estado de saúde não é o melhor. Desde a última vez que veio à reunião em que lhe foi dito que iam analisar ainda não teve qualquer resposta.

3. Sr. João Carlos Gomes de Sousa – antes de iniciar a sua intervenção referiu que a atitude da D. Cesaltina é também o reflexo do seu estado de espírito.

A **Sr.ª Presidente** pediu para que se limitasse a abordar o assunto para o qual se inscreveu. Assim sendo, o **Sr. João Sousa** perguntou qual é o prazo legal para a resposta.

A **Sr.ª Presidente** respondeu que são 90 dias.

O **Sr. João Sousa** pediu esta informação por escrito. Os 3 requerimentos que apresentou não foram respondidos e a **Sr.ª Jurista**, ao fim de 6 semanas, pede-lhe o requerimento com a identificação do outro proprietário. E se fossem 60 proprietários?

Seguidamente invocou a alínea h) do RMEU, leu o seu conteúdo e questionou por que razão a **Sr.ª Jurista** não lê a linha abaixo desta? O que está em vigor: RMEU ou RJUE? A **Sr.ª Jurista** menciona qual? A **Sr.ª Jurista**, para lhe dar o parecer, obrigou-o a fazer um requerimento, pagar 9€ e demorou 10 dias a dar-lhe o documento. Na sua opinião a **Sr.ª** é incompetente, porque mês após mês não fez nada.

De seguida enumerou as diversas reuniões que teve com o Vereador e a Chefe da Divisão, desde abril, encontrando-se agendada uma reunião com o Vereador na próxima quarta-feira, o que o leva a questionar o que é que a Câmara pretende. Não quer o projeto? Se não quer diga, apesar de entender que o projeto é de interesse para a Marinha Grande.

Referiu que a Rua onde se encontra o seu prédio está fechada desde a semana a seguir ao seu encerramento unicamente por culpa da Câmara, porque a empresa enviou uma declaração dos proprietários a dizer que as condições de segurança tinham sido repostas na semana seguinte.

Terminou dizendo que quer resposta aos pedidos de isenção de taxas, porque enquanto não receber a resposta não levantará as licenças.

4. Sr. Agostinho Teixeira de Oliveira – referiu que a primeira vez que veio à reunião com este executivo foi há quase um ano, e na altura teve a informação de que o problema da Rua do Sol se resolvia com as obras da Rua da Vitória. Como estas já começaram, falou com o empreiteiro que lhe disse que o seu orçamento é só para a Rua da Vitória e não engloba o pontão, pelo que quer saber o ponto de situação.

5. Sr. Francisco Santos Ferreira – referiu que vem à reunião, na continuação da reunião passada, para melhor expor a situação. Referiu que há mais de 4 anos que se mantém a situação relativa à rotura de água na via pública (passeio) na Rua 25 de Abril, quando o Presidente era o Sr. Paulo Vicente. Na altura verificou-se que havia uma rotura na conduta de água. O regulamento diz que da conduta para lá é da responsabilidade do proprietário, mas criou-se ali um problema e então falou com o Presidente Paulo Vicente. Como se viu que seria da conduta, deu ordem para os serviços irem lá reparar. Mais tarde houve nova rotura, a Junta de Freguesia, que ocupa uma loja, queixou-se que não tinha água, o Sr. Antero foi lá ver a situação, mas como tinham muito trabalho não foram lá reparar. Agora em junho a Junta de Freguesia queixou-se que não tinha água porque estava fechada. Veio falar com o Sr. Vereador, que mais tarde foi ao local, os técnicos também lá foram e por isso pensava que o assunto estava resolvido porque viu os paralelos colocados. Mas não estava, e por essa razão aqui está, a pedir ajuda para resolver a situação, que não pode resolver sozinho porque o prédio não é seu.

Tendo em conta a natureza de algumas das questões colocadas, a **Sr.ª Presidente** deu a palavra ao **Sr. Vereador Carlos Caetano**, que respondeu o seguinte:

⇒ D. Cesaltina – o Sr. Vereador lembrou que sempre lhe falou da necessidade da passagem da estrada para a posse da Câmara. Foi negociada e já veio para a posse da Câmara, aguardando-se agora a publicação no Diário da República. Logo que seja feita, avançar-se-á com o procedimento do saneamento.

As coisas estão a acontecer, tal como lhe tem vindo a dizer. O que foi programado está a ser feito. A outra questão é o orçamento para o próximo ano. É verdade que veio à Câmara, não foi aprovado, mas haverá uma solução, e a verdade é que o saneamento estará no orçamento, porque é praticamente a única rua da Vieira que não tem saneamento. As coisas estão a acontecer, embora não seja à velocidade que a D. Cesaltina gostaria, porque anda à espera há 10 anos, mas está tudo em andamento. A própria Câmara também não obteve das Infraestruturas de Portugal os documentos com a celeridade de que gostaria.

- ⇒ D. Fátima – a **Sr.ª Presidente** informou que a situação da queda foi analisada e já veio à reunião de Câmara. Contudo, há procedimentos legais que não se podem ultrapassar, e da análise do processo chegou-se à conclusão de que não era imputada culpa da queda à Câmara, e assim sendo a Câmara não pode fazer qualquer pagamento. A deliberação é de fevereiro de 2017, em novembro de 2017 voltou a falar-se do assunto e não se conseguiu dar resposta favorável à pretensão, uma vez que após nova análise se chegou à mesma conclusão: não sendo imputada culpa à Câmara não se pode pagar qualquer indemnização. Mesmo assim, falou com os serviços e com a D. Fátima, no sentido de saber se haveria novos factos que pudessem vir a alterar a deliberação. Foi feita nova análise e considerando que não havia novos factos que viessem imputar culpa à Câmara não se poderia pagar qualquer indemnização. Seguidamente a Sr.ª Presidente leu o teor do ofício que foi enviado à requerente a comunicar este facto, e onde se diz que poderá recorrer às vias contenciosas, pois a Câmara não pode atender ao seu pedido.
- Sr. João Sousa – o **Sr. Vereador** referiu que na sua intervenção aborda duas questões:
 - ⇒ 1.ª questão: taxas – na última reunião esteve agendado um processo, no sentido de não aceitar a isenção de taxas. Foi discutido e acabou por se decidir retirar.
A **Sr.ª Presidente** explicitou o que foi dito na última reunião de Câmara, bem como as questões do Sr. Vereador Aurélio, e por isso pediu novos pareceres, razão porque também foram retirados os outros 3 pedidos. O parecer que já enviou para os Srs. Vereadores refere que os regulamentos não se sobrepõem à lei, por isso mantém-se o que está consignado na lei.
O **Sr. Vereador Carlos Caetano** disse que os pedidos não estão “na gaveta”, e para tentar ir ao encontro da pretensão do Sr. João Sousa foi pedido novo parecer, no sentido de se conseguir obter uma solução que vá ao encontro das pretensões das duas partes. Confessou que ainda tem dúvidas com este parecer.
 - ⇒ 2.ª questão: projeto – disponibilizou-se para marcar uma reunião, mas a verdade é que por razões de força maior ainda não o fez. No intervalo, e na presença de todos os Vereadores, poderá fazer-se essa marcação.
 - Sr. Agostinho Oliveira – o **Sr. Vereador Carlos Caetano** informou que a Rua da Vitória já está em obras, e o pontão está incluído no projeto, disso não há qualquer dúvida, embora não saiba em que fase da obra será intervencionado. O projeto para a Rua do Sol está em andamento, está a ser feito internamente, e avançará quando a Rua da Vitória terminar.
 - Sr. Francisco Ferreira – o **Sr. Vereador** referiu que a história é como o Sr. Francisco relatou, e o que se passa é que a rotura está para lá da válvula da Câmara, é na rede privada e não na rede pública, e a Câmara não pode fazer obras nos prédios

dos particulares. É isto que está em causa e as roturas estão a acontecer sistematicamente na rede privada. O que foi feito está feito, mas os proprietários já tinham sido avisados da situação.

O **Sr. Francisco** referiu que não pode fazer obras na via pública.

O **Sr. Vereador** respondeu que pode, desde que peça autorização à Câmara para mexer no edifício. As roturas são na rede privada e a Câmara não pode fazer obras na rede privada. Se lhe provar que a rotura é na rede pública cá estará para resolver.



PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

A **Sr.ª Presidente** deu a palavra aos Srs. Vereadores que pediram para intervir.

A Sr.ª Vereadora Célia Guerra prestou os seguintes esclarecimentos:

- AAAF's e CAF's – a nova empresa entra hoje ao serviço. Só 3 trabalhadoras é que não se mantêm mas já foram substituídas. O atraso no pagamento do mês de outubro já foi resolvido. O prazo de pagamento é de 60 dias mas foi feito muito antes dos 10 dias combinados com a empresa.
- SCM – as candidaturas dependem da apresentação dos documentos, que já foram apresentados, e na próxima reunião virão os respetivos processos.
- Natal na Marinha Grande – a inauguração da pista de gelo ocorrerá no dia 1 de dezembro, às 14:30 horas, e nesse mesmo dia, às 17:30 horas, será inaugurado o presépio e a iluminação. De entre todas as iniciativas programadas para a quadra natalícia, e que irão ser divulgadas, há a salientar o cinema gratuito para as crianças e os espetáculos de Natal na Resinagem.

A gestão da pista de gelo será como no ano passado, com as 3 instituições. Os Bombeiros de Vieira de Leiria disseram que não tinham condições e por isso virá o IDV. A gestão da pista de gelo será assim assegurada pelos Bombeiros da Marinha Grande, a Associação S. Silvestre, da Moita, e o IDV, de Vieira de Leiria.

A Sr.ª Vereadora Mêlina Mira cumprimentou todos os presentes e tendo em conta que enviou a sua intervenção, passa-se a reproduzir o conteúdo da mesma:

“1) Escuteiros da Vieira - Gostaria de questionar a Sra Presidente acerca do que fez para atribuir sede aos escuteiros da Vieira.

Em Reunião de Câmara de 11 de Junho deste ano pedimos que a Sra. Presidente intercedesse junto do ICNF, ou da secretaria de estado das Florestas, ou do Ministério da Agricultura, ou de quem tivesse a responsabilidade de analisar a eventual cedência de uma casa das matas aos escuteiros. Gostaríamos que nos informasse o ponto de situação. Se este assunto estivesse resolvido não se colocaria a questão da Escola Primária dos Outeiros, e poderia ser entregue às outras instituições que também necessitam.

Como sabemos, neste momento a Escola Primária dos Outeiros (em Vieira de Leiria) encontra-se inativa e inutilizada. Percebemos da informação da reunião passada que o executivo permanente está indeciso entre entregar aos escuteiros ou à Casa Aguiar e CRPI. Estas duas instituições merecem a maior consideração e necessitam de um espaço, que, a Câmara deve empenhar-se em ajudar. No entanto os Escuteiros encontram-se incansavelmente à procura de instalações que lhe permitam desenvolver as suas atividades de forma mais condigna e segura.

Têm 62 elementos neste momento, mas já tiveram mais de 100, o que significa que com condições adequadas e dignas podem aumentar o numero de elementos, pois até à data as atividades têm sido desenvolvidas em salas disponibilizadas pela paróquia de Vieira de Leiria, cujas condições colocam em risco a saúde dos escuteiros, para além de serem instalações manifestamente reduzidas e inseguras, não apenas pelo estado deteriorado dos edifícios e espaços, mas também porque nos últimos tempos têm sofrido alguns assaltos, que se resumem a puros atos de vandalismo, razões que poderão estar a contribuir para a diminuição do número de elementos deste agrupamento.

Portanto estas crianças e jovens necessitam de espaço para desenvolverem as suas atividades e exemplos de cidadania ativa, e esse espaço tem que ser seguro e com as devidas condições.

À semelhança do que se fez com a Escola do Pero Neto, que foi entregue aos escuteiros da Marinha Grande e neste momento o edifício está bem cuidado e dinamizado, podia tomar-se a mesma decisão para os escuteiros da Vieira.

2) Na sequência da tempestade Leslie, quero questionar se já existe alguma informação acerca do apoio aos danos, e questionar o que a Câmara fez ou está a pensar fazer para apoiar os concessionários das nossas praias?

Lembro que a autarquia tem poder local, tem competência para apoiar os concessionários da Praia de S. Pedro e Praia da Vieira, e relembro que estas pessoas prestam, acima de tudo, um serviço público!

Vou exemplificar este serviço: quando os veraneantes estão nas nossas praias, quando precisam de usar um wc onde é que recorrem mesmo havendo wc's públicos? É nestas concessões, agora destruídas! E quem é que limpa estes wc's? E quem é que gasta dinheiro para os manter? Quem paga a fatura da água? E quem paga taxas?

Pois é, são os concessionários!

É graças a todos eles, e ao bom serviço que estas concessões prestam que ano após ano as pessoas voltam cá, acima de tudo permanecem cá todo o ano! São eles os responsáveis pelo turismo e bom nome das nossas praias.

Curiosamente são estas as mesmas pessoas que precisam e merecem ajuda neste momento.

A Câmara o que tem feito para os ajudar? Sim porque a Câmara tem competência para ajudar! A Câmara é soberana!

Já pensaram o que será daquelas áreas da praia sem estas concessões? Ficam interditas? Pois, sem concessões não há segurança, não há nadadores salvadores, será que continuará a existir veraneantes?

Manifesto a minha tristeza pela maneira como a Câmara trata os seus munícipes, os seus empresários. No dia 18 de outubro um concessionário veio cá, pedir ajuda, e entregou esse apelo em mãos, nos serviços da câmara. Alguém respondeu?

Não, e por esse motivo o mesmo concessionário dignificou-se a enviar dia 12 de Novembro o mesmo apelo por e-mail. Usou o e-mail da presidente, que quero acreditar que é lido por alguém. Infelizmente duvido que assim seja porque ninguém da parte do gabinete da presidência respondeu a este munícipe e concessionário.

Não me revejo, enquanto vereadora deste município, com esta ausência de resposta da parte da CMMG! Nem que seja para dizer que não ajuda, que não apoia, o que seja, mas que se responda!"

A Sr.^a Vereadora Lara Lino cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:

- D. Cesaltina – dado que se dirigiu a todos os Vereadores, tem a dizer-lhe que infelizmente na Marinha Grande também não há saneamento em todas as ruas. A oposição tem-se batido por isso, e foi também por isso que o orçamento não passou. Espera que a questão do saneamento seja resolvida.
- AAAF's e CAF's – agradeceu a informação da Sr.^a Vereadora Célia Guerra.
- Lixo em S. Pedro de Moel, junto ao parque de merendas – a responsabilidade da recolha do lixo urbano é da Câmara Municipal, que lá colocou contentores. Ainda hoje recebeu uma foto da situação, que partilhou com todos.
- Canil – na última reunião alertou para a situação, tal como o Sr. Vereador Aurélio. Segundo soube, a fossa devia ser despejada 3 vezes por semana (às segundas, quartas e sextas-feiras), mas quando chove este despejo devia ser reforçado. Hoje, até à hora de almoço, ainda não tinham ido despejar. Até haver uma solução definitiva, pede que o despejo seja reforçado.
- Questionou por que motivo está um trator abandonado na Estrada da Salgueira, há mais de um ano. Ficou lá depois dos incêndios, está todo ferrugento, junto do ribeiro, devendo ser tomadas medidas para o retirar rapidamente.
- Furacão Leslie – também gostaria de saber porque não foi dada resposta ao mail.
- Festejos de Natal – o que referiu é a sua opinião. Disse que pensava que a tenda seria transparente. Pensou que no ano passado a colocação da tenda na praça se tinha ficado a dever ao adiantado da hora, mas este ano acha que é despropositada a colocação, porque tira a beleza à praça, e por outro lado entende que não tem enquadramento a pista de gelo aqui e o Pai Natal na Resinagem. Não gosta de ver a tenda aqui na praça, é a sua opinião, por entender que ficava melhor noutros locais, por exemplo, na Cerca.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira cumprimentou todos os presentes na sala e os que estão em casa, e referiu o seguinte:

- Sobre os municípios, referiu o seguinte:
 - D. Cesaltina - depois do que aqui foi dito não há nada a dizer. Os municípios só vêm aqui porque não conseguem resolver os problemas de outra forma e porque estão exaustos. Custa-lhe ouvir dizer que “só aqui estamos há um ano”, até parece que a Câmara não é a mesma. Está aqui há 5 anos e pede-lhe desculpa pela situação, que conhece.
 - O ponto de situação do processo da D. Fátima é claro: caiu antes de haver sinalização. Agora está lá um sinal, mas depois de a Sr.^a cair.
 - O Sr. João Sousa é igual. O CPA diz 10 dias para resolver. Sobre a resposta que recebeu em relação às taxas diz “há conteúdos divergentes nas normas”. Se os há, que se resolvam. Se não há benefícios, que se criem. Se não está no RMEU ou no RJUE, que se crie uma norma no âmbito da ARU, por exemplo, por forma a poder ajudar o Sr. João e outros municípios.
Sobre o fecho da rua, a culpa foi do Sr. João, que telefonou para a Proteção Civil, que foi lá e fechou a rua. Em 23 de março a empresa já tinha reposto as condições de segurança. Se a Câmara foi célere para fechar também deveria ter sido célere para abrir.
- Relativamente ao esclarecimento da Sr.^a Vereadora Célia Guerra, lembrou-lhe que o prazo médio de pagamento é de 7 dias, e pediu que lhe enviasse o projeto do Natal.

Tendo em conta que o Sr. Vereador enviou a sua intervenção, passa-se a reproduzir o conteúdo da mesma:

“1. FELICITAÇÕES

- a) *Felicitar o Desportivo Náutico da Marinha Grande, pelo desempenho no campeonato distrital de Juvenis, Juniores e seniores, onde arrecadaram 40 medalhas de ouro, 18 de prata e 15 de bronze. Devemos destacar todos os nadadores envolvidos, mas, tal como refere o DNMG, devemos destacar três: Pedro Duarte, Viktor Kot e a Giovanna Vargas*

2. MUNÍCIPES

É meu dever questionar sobre problemas que os munícipes que dão conhecimento. São eles a razão de eu estar aqui. Têm sido muitos os que me abordam (e cada vez mais) e por isso gostaria que me informassem, para dar lhes conhecimento.

2.1 Mau cheiro em Albergaria.

Recebemos um mail duma empresa na Albergaria que se queixa dos maus cheiros. Imaginem os munícipes que ali vivem a sofrerem permanentemente estes maus cheiros, ou, os Clientes desta empresa, que ao visita-la, são obsequiados com este presente.

O que respondeu a Sra. Presidente da Câmara ao Munícipe?

A Câmara sabe a origem destes maus cheiros? Se o problema é do aterro da Valorlis, é justo que sejam os cidadãos de Albergaria a sofrerem com o cheiro do lixo que ali é depositado vindo de outros concelhos?

Evidentemente que os lixos têm de ser tratados e em algum lado terá de ser. Mas qual a compensação que têm os habitantes de Albergaria, para terem de suportar estes maus cheiros?

Uma última questão. O aterro da Valorlis por cima de Albergaria não tinha um tempo útil de vida, sendo que após esse período passaria para outro concelho? Quanto tempo era? Já passamos esse tempo?

2.2 Vera Vareda – sobre a Rua do Ponto da Boavista

A munícipe vem reclamar sobre um terreno que está cheio de mato, ervas, bichos, porcarias de pessoas que consideram aquele lugar como uma casa de banho e lixo.

Diz a munícipe que, para além de quem ali mora, passam ali crianças para a escola, e está a tornar-se um problema de saúde pública.

Informaram a munícipe que o assunto foi remetido para a Proteção Civil. Como a responsável da Proteção Civil é a Sra. Presidente, gostaria que nos informasse o que está a ser feito para solucionar o problema, dado que ontem passei por lá e está tudo igual.

2.3 Um munícipe alertou em Agosto para a Av. John Beare, que fica do lado de lá do Parque da Cerca, paralelo ao Campo da Portela, onde regularmente passam veículos em alta velocidade. Não esquecer que temos centenas de crianças e jovens que atravessam diariamente esta estrada para irem aos treinos.

Esta semana veio dizer que por pouco não houve uma tragédia.

Que soluções encontraram e decisões tomaram?

2.4 Edifício Veneza

Afinal a questão que eu levantei na última reunião sobre a inundação das garagens do Edifício Veneza tinha todo o sentido. Ontem recebemos do condomínio do Edifício um relatório muito bem elaborado, com descrição e fotos do que aconteceu. Ficaram claras duas situações:

- a) A inundação foi devida ao entupimento da vala, que não estava limpa, sendo esta da responsabilidade da Câmara;*
- b) A Câmara e a Proteção Civil não tiveram capacidade de resposta para acudir à inundação. É importante realçar que nem os munícipes nem nós estamos a colocar em causa o empenho e profissionalismo dos funcionários e técnicos da Proteção Civil. Mas sim quem não teve capacidade de perceber o que iria acontecer e não se precaveu com o reforço destes serviços para esse fim-de-semana, anunciado de mau tempo. E esta responsabilidade é única e exclusiva da Sra. Presidente*

Os munícipes solicitam a marcação de uma reunião e a limpeza total da vala. Já lhe foi respondido?

Por último, tendo em conta os prejuízos que estes munícipes tiveram, da responsabilidade da Câmara, gostaria que me informasse que iniciativas tomaram para assegurar os devidos custos.

3. ASSUNTOS DIVERSOS

3.1 SCM – Sporting Club Marinhense

Numa reunião de outubro questionei o ponto de situação dos assuntos que o Sporting Club Marinhense apresentou há meses, ao executivo permanente, e que não teve resposta.

Na reunião passada, a vereadora Alexandra, voltou ao assunto, mencionando alguns desses pontos.

A informação que temos é que ainda não responderam e continuam a aguardar documentos do clube. Mas há decisões que não precisam de documentos para que sejam tomadas. Vejamos muito sucintamente alguns exemplos:

- a) Situação da candidatura de infraestruturas;*
- b) Resposta à proposta de retroatividade dos apoios e reconhecimento do mérito desportivo (como aconteceu a outros);*
- c) Informação quanto à vontade do Município ser um dos patrocinadores da equipa de Hóquei Patins, na 1ª divisão nacional;*
- d) Alteração do regulamento de apoio à atividade desportiva federada, nomeadamente:*
 - gastos com infraestruturas próprias, não utilizando as infraestruturas municipais;*
 - definição dos valores unitários pelos kms percorridos e não pela definição de competições nacionais, regionais ou distritais.*

Continuam a adiar, mas a vida não para e os clubes têm atividades diárias, precisam de respostas rápidas.

3.2 Este executivo permanente recorre sistematicamente ao expediente de dizer que não responde às questões que colocamos porque “não tem aqui todas as respostas, terá que procurar e logo que possível enviá-las-á”. Não surpreende que não saibam respostas. O que não é aceitável, é que não respondam no momento por não saber e nunca mais voltem a responder. Entendo que isso já não é desconhecimento e será má-fé e falta de respeito para com os vereadores,

que estando aqui numa missão incumbida pelos munícipes, não lhes conseguem responder porque o executivo permanente lhes omite essas mesmas respostas. Isto num estado democrático é inconcebível.”

A Sr.^a Vereadora Alexandra Dengucho cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:

- SCM – referiu que é absolutamente lamentável a forma como o assunto está a ser tratado. Os munícipes queixam-se de falta de respostas, e o caso do SCM e aquilo que o Vereador Aurélio disse é paradigmático. Seguidamente leu o e-mail de 14 de novembro, que enviou à Sr.^a Vereadora e à Sr.^a Presidente após ter feito na reunião de Câmara de 12 de novembro a proposta sobre o assunto, e onde dizia que para algumas das suas propostas não era necessária a apresentação de faturas, como por exemplo, a aquisição de publicidade nas camisolas. Leu novo e-mail, em que o Chefe da DDC pedia o envio das faturas, em cumprimento do contrato, e voltou a lembrar a aquisição de publicidade, que não necessita de entrega de documentos. Leu aquilo que na sequência escreveu e enviou para a Sr.^a Presidente, onde reiterava o que já tinha dito antes, na sua proposta. Merecia resposta. Mas nada! Não desistiu, e no mesmo dia, mas à tarde, voltou ao assunto e insiste na resposta. No dia 18 de novembro voltou a enviar um e-mail à Sr.^a Vereadora e à Sr.^a Presidente, onde diz que julga que o assunto não esteja esquecido. Mas nada, e chega-se ao dia de hoje. E hoje a Sr.^a Vereadora Célia chega e diz que se aguarda o envio de documentos e que na próxima reunião vem o processo. Hoje a situação é a mesma do dia 12 de novembro.
- Perguntou se já há respostas para o seguinte:
 - Sevlaires: tanque e mau cheiro na Albergaria;
 - SOREP: sinalização;
 - Edifício Veneza;
 - Lombas na Av.^a João Beare, assunto muito falado por si no anterior mandato;
 - Estaleiros de Vieira de Leiria: relativamente às más condições de que o Vereador Caetano falou e que disse que ia mandar colocar contentores mas continua tudo na mesma;
 - Pedido de cópia do parecer sobre o Fundo Municipal de Emergência;
 - Pedido de cópia da requisição dos serviços de limpeza, na sequência do Furacão Leslie;
 - Também queria saber se já havia resposta ao Sr. João Sousa, na sequência da sua entrega de requerimentos na reunião de 1 de outubro;
 - Voltou a pedir informações sobre o Monumento em Vieira de Leiria;
 - Perguntou para quem vai a escola dos Outeiros e qual o critério para a decisão, salientando que era importante a cedência para as atividades dos Escuteiros.
- S. Pedro – foram aqui elencadas as necessidades na reunião de maio mas não se fez nada desde então e S. Pedro está ao abandono.
- Rua Álvaro Domingues – dever-se-á tentar minorar a situação para escoar a água enquanto não se faz uma intervenção de fundo.
- Sobre os munícipes entende que eles já disseram tudo – continuam sem respostas.
- Referiu ainda que quando os munícipes se inscrevem para um assunto e depois quando aqui chegam pensam falar de outro, a Sr.^a Presidente deve deixar.

- Terminou subscrevendo as felicitações feitas pelo Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que foram também subscritas pelos restantes membros do executivo.

Terminadas as intervenções dos Srs. Vereadores, a Sr.ª Presidente respondeu o seguinte:

- Referiu que falar é sempre muito fácil, a dificuldade é agir e dar respostas em tempo útil, que é o que todos gostariam de dar.
- Em resposta à Sr.ª Vereadora Mêlina, disse que o ICNF deu uma resposta negativa aos Escuteiros, dizendo que aquelas casas estariam elencadas no Fundo de Fomento Turístico. O ICNF só tem competência para ceder as que não estão neste Fundo, mas a cedência tem que ter por base um projeto ambiental. A Câmara tem vindo a falar com a associação Amigos por Perto, para que apresentem um projeto neste sentido. Esta casa, por estas razões, não poderá ser cedida aos Escuteiros. Terá que se ver outro espaço. A Sr.ª Vereadora falou da Escola dos Outeiros, mas já antes a Casa Águia e a CRPI tinham pedido um espaço, e a Câmara tinha-os informado de que daria satisfação ao pedido logo que vagasse uma escola.
A **Sr.ª Vereadora Célia Guerra** informou que no dia 21 reuniu com os Escuteiros e no dia 23 com a Casa Águia, que precisa de uma sala, e com a CRPI, que precisam de duas salas. Todos têm interesse na Escola dos Outeiros, pelo que lhes foi pedido que apresentassem os seus projetos para aquele espaço.
A **Sr.ª Presidente** referiu que se for feito, como se pretende, o Centro Escolar de Vieira de Leiria, mais salas de escolas ficarão disponíveis.
A **Sr.ª Vereadora Célia Guerra** informou que na Passagem já há uma sala fechada.
- Apoio aos concessionários – a **Sr.ª Presidente** informou que da própria CCDR há um parecer que refere as possibilidades que a Câmara tem para apoiar, e que impede as autarquias de apoiar as empresas privadas. Poderá trazer esse parecer. Sabe que hoje vai sair uma nota comunicativa que informa dos procedimentos para as candidaturas, que começam dia 28 de novembro.
O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** questionou se não são só para a agricultura.
A **Sr.ª Presidente** disse que daqui a pouco trará mais informações sobre essa possibilidade. Perguntou para a CCDR e foi informada que a Câmara não pode apoiar particulares. Também tem pena de não o poder fazer.
- Em resposta à Sr.ª Vereadora Lara Lino a **Sr.ª Presidente** informou, em relação ao saneamento, que a Câmara entendeu que prioridade para o orçamento o completar da malha de saneamento e rede de água.
- Lixo de S. Pedro – referiu que durante os meses de Verão a Câmara foi fazendo a limpeza do espaço. Agora é da responsabilidade da Junta de Freguesia. Os caixotes do lixo foram postos porque o espaço é um espaço de lazer, e por isso foram colocados. Há algum tempo a Junta informou que havia lá muito lixo e que as funcionárias não o conseguiam recolher. Retiraram-se, os moradores queixaram-se, a Câmara voltou a colocar caixotes, e dentro do período que lhe competia o lixo foi recolhido pela Câmara.
O **Sr. Vereador Carlos Caetano** completou a informação, referindo que aquela zona é dúbia, porque as pessoas colocavam lixo orgânico nas papeleiras. Retiraram-se as papeleiras, mas as pessoas continuaram a pôr o lixo. Colocaram-se então caixotes, só que naquelas ruas é difícil de fazer a recolha, pela dimensão reduzida das mesmas, onde não passam as viaturas.

Na próxima quarta-feira tem reunião na Valorlis e vai colocar esta questão para se encontrar uma solução para resolver a situação e tentar recolher o lixo doméstico.

- Mau cheiro – o **Sr. Vereador** referiu que na Albergaria é uma situação recorrente, e uma das razões da reunião de quarta-feira é também para saber se houve alguma alteração da Valorlis. O prazo de validade do aterro é de 7 anos, até ser selado definitivamente. Ainda não foi escolhido novo local, mas espera que seja noutra zona. Espera vir a ter mais informações, que depois comunicará.
- Despejo das fossas do canil – a **Sr.ª Presidente** referiu que é uma situação que se agudizou com as chuvas, mas aquele não é de facto um sítio adequado, por isso a Câmara fez o CRO e a situação só se resolverá com a transferência dos animais. O que a Câmara tem feito é minimizar a situação. A fossa é pequena, mal chega para levar as águas da lavagem dos canis quanto mais com as chuvas. Os serviços estão a acompanhar a situação, em articulação com as voluntárias da APAMG, e a ver o que se pode fazer, tendo em conta as chuvas e as condições que o local tem.
- Trator abandonado – a **Sr.ª Presidente** agradeceu o alerta da Sr.ª Vereadora Lara Lino e vai mandar ver.
- Furacão Leslie – os cortes das árvores foram feitos, agora é limpar.
- Festejos de Natal – a **Sr.ª Presidente** referiu que cada pessoa tem a sua opinião e não se pode agradar a todos. Disse que continua a querer a tenda aqui na praça, embora tenham sido analisados outros espaços, mas chegou-se à conclusão que o ano passado funcionou na atratividade ao centro, e foi com essa intenção que se voltou a pôr na praça. A pista é menor do que a do ano passado, até porque agora há aqui uma esplanada, e também se tentou arranjar uma tenda mais transparente. A **Sr.ª Vereadora Célia Guerra** informou que é uma pista de gelo natural e não sintético, e por essa razão a tenda não pode ser totalmente transparente. Agora está-se a começar a decoração, e optou-se por concentrar aqui a pista e os espetáculos na Resinagem e no Jardim Stephens. Deste modo fica tudo concentrado nesta zona.
Em resposta ao Sr. Vereador Aurélio Ferreira, a Sr.ª Vereadora informou que tanto a tenda como a iluminação foram adjudicadas por concurso público, com caderno de encargos, que está disponível para consulta.
O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** pediu à Sr.ª Vereadora que lhe faça um projeto do que foi feito, com os procedimentos e valores.
A **Sr.ª Presidente** informou o Sr. Vereador de que tem o direito de consultar o processo sempre que quiser. Seguiu-se uma troca de palavras entre os dois.
- Continuando, a **Sr.ª Presidente** disse que foi referido que ela diz muitas vezes que este mandato dura há um ano, é verdade, e só o refere para justificar o que foi da competência do executivo neste mandato.
- Pagamentos – a CMMG paga a sete dias porque é uma entidade cumpridora. O que a Sr.ª Vereadora quis dizer é que aquilo que foi contratualizado foi pagar até 60 dias. Se se paga antes é porque se faz um bom trabalho.
- Terreno na Rua Ponto da Boavista – não tem aqui informação, mas vai tomar nota para os serviços verem, embora façam o acompanhamento destas situações.

- Av.^a João Beare – o **Sr. Vereador** informou que há uma lista para a colocação de acalmias de tráfego em algumas ruas (ex.: Rua 42, nas Trutas, Rua Miguel Torga, Rua Natália Correia). Não se decidiu ainda o que colocar na Av.^a João Beare, se lombas ou semáforos, porque é uma rua distribuidora de tráfego, mas tem que se decidir rapidamente.
- Estaleiros da Vieira – o **Sr. Vereador** informou que se procuraram empresas que colocam estes equipamentos, vieram cá ver, fizeram os orçamentos e já foi escolhida a empresa que irá fornecer os módulos para arrumos, refeitório e balneários. É isso que será instalado e que tem conforto e dignidade.
- SOREP – estão a ser colocadas placas nas ruas adjacentes e esta também irá ser feita.
- A **Sr.^a Presidente** referiu que recebeu agora a informação de que a fossa do canil foi despejada hoje às 09:30 horas da manhã.
- Edifício Veneza – a **Sr.^a Presidente** disse que todos receberam ontem um e-mail dos moradores. No dia em que houve a inundação os serviços estiveram lá. A Proteção Civil só tem duas pessoas, que não conseguem acorrer a todas as situações. Tem indicação de que será também um problema estrutural. No próprio dia a Proteção Civil esteve a desobstruir a vala à mão, ao lado de um terreno vedado, ao qual não tinham acesso, e por isso é que os serviços voltaram ao local na segunda-feira. Os moradores do prédio pedem uma reunião, vai ser feita, e com o processo de todo o prédio.
- Monumento aos Valores da República – a **Sr.^a Vereadora Célia Guerra** informou que foi pedido um parecer à Junta de Freguesia de Vieira de Leiria, já veio e está com a arquiteta que fez o projeto.
Em face desta informação, a **Sr.^a Vereadora Alexandra Dengucho** pretende saber:
 - a) a data do pedido de parecer à Junta de Freguesia de Vieira de Leiria;
 - b) a data do parecer da Junta de Freguesia;
 - c) a data do pedido do parecer à arquiteta autora do projeto.
- Patrocínio ao SCM – a **Sr.^a Presidente** referiu que ela e a **Sr.^a Vereadora** foram no sábado ao jogo e até falaram sobre o local mais visível para colocação de publicidade nas camisolas, e logo que seja possível o assunto virá a reunião.
A **Sr.^a Vereadora Célia Guerra** disse que espera trazer o assunto já na próxima reunião.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

A **Sr.^a Presidente** interrompeu a reunião das 16:55 horas às 17:25 horas, para um breve intervalo.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

GABINETE DE APOIO AOS ÓRGÃOS DE GESTÃO

1. Aprovação da ata n.º 38, da reunião ordinária do dia 12 de novembro de 2018

1062 - Presente a ata n.º 38, da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 12 de novembro de 2018, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

2. Projeto de Resolução N.º 1859/XIII/4ª – Pela abolição de portagens na A23

Presente e-mail enviado pelo Grupo Parlamentar “Os Verdes”, datado de 12/11/2018, com o registo E/10460/2018, que dá conhecimento que os deputados deste Grupo Parlamentar, Heloísa Apolónia e José Luís Ferreira, apresentaram na Assembleia da República um Projeto de Resolução que recomenda ao Governo que considere a abolição de portagens na A23.

A Câmara tomou conhecimento.

3. Assembleia Municipal de Lisboa – sessão de 16/10/2018 – CM Marinha Grande – Voto de solidariedade

Presente e-mail enviado pela Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, datado de 12/11/2018, com o registo E/10444/2018, que remete o Voto de solidariedade para entidades públicas e privadas atingidas pelo Furacão Leslie, aprovado na sessão de 16/10/2018.

A Câmara tomou conhecimento.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

FINANÇAS E TESOURARIA

4. Resumo de Tesouraria do dia 20 de novembro de 2018

Presente o resumo da Tesouraria Municipal referente ao dia vinte de novembro de dois mil e dezoito, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**:

16.610.413,68€ (dezasseis milhões, seiscentos e dez mil, quatrocentos e treze euros e sessenta e oito cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

5. 27.^a Modificação aos Documentos Previsionais de 2018. Ratificação do Despacho n.º 528/2018 de 20 de novembro

1063 - Presente o despacho n.º 528/2018, datado de 20/11/2018, da Presidente da Câmara Municipal, que se transcreve na íntegra:

“Considerando a informação n.º I/2981/2018, de 19/11/2018 da Divisão de Modernização e Capacitação, Requisição Interna n.º 26180, a qual identifica a necessidade de se proceder à contratação de serviços de “Higiene e limpeza do Parque Municipal de Exposições”, antes e após a realização da 29.^a Feira de Artesanato e Gastronomia da Marinha Grande, que decorrerá no período de 1 a 9 de dezembro de 2018.

Considerando que, de acordo com informação do serviço requisitante, a prestação de serviços tem de ter início no decurso desta semana, dia 21.11.2018, antes da montagem dos stands agendada para 22.11.2018.

Considerando que não existe enquadramento orçamental na presente data para a despesa que se pretende assumir e que o atraso na adjudicação dos serviços de limpeza poderá determinar o atraso na preparação da Feira de Artesanato e Gastronomia da Marinha Grande.

Considerando que a próxima reunião da Câmara Municipal se encontra agendada para o dia 26.11.2018 e que importa garantir antes dessa data a adjudicação dos serviços, pelos motivos anteriormente expostos, não existindo prazo para o cumprimento do prazo de convocação de reunião extraordinária do órgão executivo.

Atendendo ao exposto, e por se tratar de uma circunstância excecional e por motivo de urgência, importa proceder a Modificação aos Documentos Previsionais de 2018, para efeitos de enquadramento orçamental do procedimento de contratação pública.

*Assim sendo, aprovo a **27.^a Modificação aos Documentos Previsionais de 2018**, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, constituída pelas seguintes alterações e atentos mapas em anexo:*

24ª Alteração ao Orçamento da Despesa para 2018, no valor de 1.845,00 euros nos reforços e de 1.845,00 euros nas anulações;

22ª Alteração ao Plano de Atividades Municipais para 2018, no valor de 1.845,00 euros nos reforços e de 1.845,00 euros nas anulações.

Mais determino, ao abrigo do disposto no n.º 3 do art.º 35.º Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, que desta decisão seja dado conhecimento à Câmara Municipal na próxima reunião do órgão executivo para efeitos de ratificação do presente despacho.”

A Câmara Municipal delibera, de acordo com o artigo 35º n.º 3, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de Setembro, ratificar o despacho nº 528/2018 de 20 de novembro de 2018.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

PATRIMÓNIO

6. Contrato de concessão de exploração do Café Bambi, em São Pedro de Moel. Modificação contratual por alteração das circunstâncias.

Sobre este processo registaram-se as seguintes intervenções:

Os Srs. Vereadores do MpM referiram o seguinte:

Compreendemos os argumentos, mais que justificados para o abaixamento da atividade do Café Bambi. Que resumidamente aqui registro:

** o contexto turístico e económico atual de São Pedro de Moel é em tudo diferente do contexto que existia aquando do concurso público para exploração do Bambi Café, há cerca de 8 anos, bem visível no encerramento do complexo das piscinas e do hotel de São Pedro;*

** o Bambi Café só trabalha produtivamente durante o verão que cada vez mais se resume ao mês de agosto, sendo que de setembro a julho apenas abre aos fins-de-semana, registando-se uma época baixa demasiado prolongada;*

** o afastamento das pessoas de São Pedro de Moel não deve ser para si assunto desconhecido por ser demasiado evidente, atribuindo-se a diversas razões: desde o período de férias escolares que diminuiu nos últimos anos, à ausência de espaços e atividades de diversão para os jovens, à reestruturação da praça Rodrigues Lobo, em Leiria que retém por lá os seus habitantes, ao aumento do preço dos combustíveis, à fiscalização mais acentuada do consumo de álcool, inexistência de comércio e serviços, diminuição do areal da praia, etc.;*

O que é relevante é que estes argumentos deviam fazer refletir quem gere o território, nomeadamente o executivo permanente da Câmara, dado que é o principal responsável por chegarmos a esta situação. E aqui temos de extrapolar para toda a atividade económica de S. Pedro, que sofre exatamente dos mesmos problemas. E o que temos feito para inverter esta situação? Ainda na reunião passada este executivo deu mais uma machadada, ao aplicar uma multa ao Rosis. Quando devíamos estar a discutir o mesmo que no Café Bambi, ou seja, reduzir-lhes os custos dada o abaixamento da atividade, ao Rosis, aplicamos uma multa de 4.000 €. Será que o objetivo é que feche e aumente os argumentos que neste processo são considerados, como seja o afastamento de pessoas de S. Pedro, ausência de espaços e diversão para os jovens, etc.

Por outro lado, a questão das concessões camarárias. Recordo que utilizámos argumentos semelhantes a estes no caso da redução da renda ao Poeiras Glass.

Sabemos que existem concessionários que têm os mesmos argumentos, solicitaram à camara a revisão da renda, e a resposta foi negativa – foi o caso da Cafeteria d'Arte. Um dos argumentos é que quando foi feita a concessão, era suposto que a atividade da Casa da

Cultura – Teatro Stephens, levasse diariamente pessoas aos espetáculos, nomeadamente ao cinema. Como sabemos há sessões que têm 3 ou 4 pessoas e existem outros exemplos, como na passada sexta-feira, em que estava agendada uma sessão de cinema, apareceu um grupo de jovens por volta das 21h20, e.... a sessão foi cancelada. Diziam os jovens indignados que já não é a primeira vez e que assim vão a Leiria onde têm a certeza de poder ir ao cinema.

Qual o argumento da câmara para atender os argumentos de falta de atividade de uns e não atender as outras. Esta câmara tem dois pesos e duas medidas, aplicando a discricionariedade que lhe convém. É inaceitável.

Proponho que, com base no mesmo argumento aqui utilizado, de que retenho o que repetidamente é dito no parecer jurídico, o “princípio da boa fé”, se reveja o contrato de arrendamento da Cafeteria d’Arte.”

A **Sr.ª Presidente** pediu ao Sr. Vereador Aurélio Ferreira para se concentrar no pedido em apreço, embora se possam vir a analisar depois as outras situações. Sobre a Cafeteria d’Arte, o que lhe dizem é que o pedido é ainda do anterior mandato, mas vai pedir o processo para retomar o que o anterior Presidente tinha conversado.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** disse que se congratulava com esta proposta de deliberação, tanto mais que o concessionário já aqui tinha vindo expor a situação. Em S. Pedro julga que não haverá mais concessões, mas na Vieira sim. Sabe que a Câmara de Leiria tem um contador próprio para os veraneantes da praia do Pedrógão e é a Câmara a suportar. Propôs que a Câmara faça o mesmo para estes concessionários. Esta medida é uma sugestão que deixa e que gostaria de ver implementada na Praia da Vieira já na próxima época balnear.

Também a preocupa o caso do Rosis, pelo que solicitou o processo para consultar.

O **Sr. Vereador Carlos Caetano** informou que já está disponível para consulta.

A **Sr. Presidente** informou que na semana passada houve uma reunião com o proprietário e o seu advogado.

Seguidamente foi colocada a votação a seguinte proposta:

1064 - A **Sr.ª Presidente** da Câmara apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presente requerimento, apresentado pela sociedade concessionária do Café Bambi, em São Pedro de Moel, através do qual é solicitada a revisão do valor da renda.

Presente parecer jurídico, no qual conclui que:

- 1. Nos termos do artigo 437.º, do Código Civil, e do princípio geral da boa fé existe enquadramento jurídico para ponderar a modificação do contrato, com recurso a juízos de equidade.*
- 2. É admissível a modificação de um contrato, de acordo com juízos de equidade, sempre que ocorra uma alteração de circunstâncias que altere “de forma sensível o equilíbrio da relação inicialmente estabelecida” (Carla Amado Gomes).*
- 3. As alterações de contexto turístico e económico, a quase total destruição do Pinhal do Rei, a alteração de comportamentos de consumo, afetam de forma decisiva as circunstâncias em que se fundou a decisão de contratar.*
- 4. As relações contratuais não se devem manter inalteradas se essa fixidez implicar que uma das partes é excessivamente prejudicada.*

5. *A alteração das circunstâncias não está abrangida pelos riscos próprios do contrato, antes tem suporte numa diferente configuração da realidade económica e turística, para a qual o concessionário não contribuiu.*
6. *O cômputo da redução da renda anual a fixar em concreto deve ser ponderado e decidido pelo órgão competente, de acordo com juízos de equidade.*
7. *A redução de renda que vier a ser definida deve respeitar o princípio da proporcionalidade e não deve colocar a parte dela beneficiária numa situação mais favorável do que aquela que derivava do equilíbrio contratual inicial.*

A Câmara Municipal, concordando com os fundamentos constantes do requerimento apresentado e com o parecer jurídico citado, e considerando a necessidade de adotar uma solução justa e equilibrada, delibera modificar a cláusula terceira do contrato n.º 16/2005, de 19 de agosto, fixando o valor da renda anual em 7.454,45 euros (sete mil, quatrocentos e cinquenta e quatro euros e quarenta e cinco centimos), a que acresce IVA à taxa legal, com efeitos imediatos.

Mais delibera aprovar a minuta do contrato adicional a celebrar, que fica anexa e se dá por integralmente reproduzida.

A presente deliberação foi aprovada por unanimidade e em minuta.

DIVISÃO DE QUALIDADE DE VIDA

OBRAS MUNICIPAIS

7. Requalificação e eficiência energética da piscina Municipal de Vieira de Leiria - Concurso Público n.º 06/2018 - Aprovação de trabalhos complementares- Ratificação de despacho

1065 - A Srª. Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presente Despacho nº 529/2018, de 20 de novembro, da Srª Presidente da Câmara Municipal, com o seguinte teor integral:

“Por deliberação de câmara de 02 de abril passado, foi determinada a realização de concurso público com vista à adjudicação da empreitada com o objeto identificado em epígrafe.

Em 09 de novembro de 2018, pela informação com referência MF.58.2018, que se dá por integralmente reproduzida, relativa à empreitada de “Requalificação e eficiência energética da piscina Municipal de Vieira de Leiria”, adjudicada à empresa SGCOIN, SA, se propõe a aprovação de trabalhos a menos e trabalhos complementares (circunstâncias não previstas e circunstâncias imprevisíveis) no valor, respetivamente, de 540,00€ (quinhentos e quarenta euros), de 11.037,97€ (onze mil trinta e sete euros e noventa e sete centimos) e de 5.327,50 (cinco mil trezentos e vinte e sete euros e cinquenta centimos).

Considerando que é urgente dar continuidade à obra em questão;

Tendo em conta que estando a reunião de câmara municipal para a próxima segunda feira, dia 26 de novembro, não é justificada a marcação de uma reunião extraordinária.

Assim, e nos termos dos artigos 35.º, n.º 1, alíneas f) e g), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e dos artigos 370.º do Código dos Contratos Públicos, no âmbito do contrato de empreitada de “Requalificação e

eficiência energética da piscina Municipal de Vieira de Leiria”, em que é cocontratante a SGCoin, SA, aprovo:

- a) Trabalhos a menos, no valor total de 540,00€ (quinhentos e quarenta euros), acrescidos de IVA à taxa legal*
- b) Trabalhos complementares de natureza não prevista, a preços contratuais, no valor de 2.369,42€ (dois mil, trezentos e sessenta e nove euros e quarenta e dois cêntimos), e trabalhos de natureza não prevista, a preços acordados, no valor 8.668,55€ (oito mil, seiscentos sessenta e oito euros e cinquenta e cinco cêntimo), o que perfaz um total de 11.037,97€ (onze mil trinta e sete euros e noventa e sete cêntimos), acrescidos de IVA à taxa legal;*
- c) Trabalhos complementares de natureza imprevisível, a preços acordados, no valor total de 5.327,50 (cinco mil trezentos e vinte e sete euros e cinquenta cêntimos), acrescidos de IVA à taxa legal;*
- d) Prorrogação do prazo da empreitada em dez dias;*
- e) a minuta do contrato adicional a celebrar, em anexo.*

O presente despacho deve ser ratificado pela Câmara Municipal na sua próxima reunião.”

A Câmara Municipal, de acordo com os artigos 33.º, n.º1, alínea f) e artigo 35.º, n.º 3, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, delibera ratificar o despacho transcrito.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

8. "Conservação e reabilitação de pavimentos na rede viária do concelho – CP n.º 09/2016” – Aprovação da revisão de preços

1066 - Presente informação da DQV com a ref.^a smv/20/2018, na qual se propõe a aprovação da revisão de preços da empreitada designada por “**CONSERVAÇÃO E REABILITAÇÃO DE PAVIMENTOS NA REDE VIÁRIA DO CONCELHO**”, adjudicada à firma “**CIVIBÉRICA - Obras Cívicas, SA**”, ao abrigo do disposto no n.º1 do Artigo 382.º do Código dos Contratos Públicos e do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 06 de janeiro.

Considerando que, de acordo com o n.º 1 do Artigo 382.º do Código dos Contratos Públicos, “o preço fixado no contrato para os trabalhos de execução da obra é obrigatoriamente revisto nos termos contratualmente estabelecidos e de acordo com o disposto em lei”.

Assim, a Câmara Municipal, concordando com a informação técnica com a ref.^a smv/20/2018, que fica anexa e aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera aprovar a revisão de preços no valor de 8.324,13€ (oito mil, trezentos e vinte e quatro euros e treze cêntimos), que acresce IVA à taxa legal em vigor, da empreitada designada por “CONSERVAÇÃO E REABILITAÇÃO DE PAVIMENTOS NA REDE VIÁRIA DO CONCELHO**”, realizada pela firma “**CIVIBÉRICA - Obras Cívicas, SA.**”, ao abrigo do disposto no n.º 1 do art. 382º do Código dos Contratos Públicos e do Decreto – Lei N.º 6/04, de 6 de Janeiro.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

9. “Reabilitação do pavilhão gimnodesportivo Nery Capucho – Concurso Público n.º 15/2017” - Aprovação de trabalhos a menos

1067 - Presente informação da DISU, com a ref. LF-2018/24, através da qual se propõe a aprovação de trabalhos a menos no valor de 1.364,47€ (mil, trezentos e sessenta e quatro euros e quarenta e sete cêntimos), que acresce IVA à taxa legal em vigor, correspondente a quantidades de trabalho de iluminação exterior que não foram utilizadas.

Assim, a Câmara Municipal, concordando com a informação técnica com a ref.^a LF-2018/24, que fica anexa e aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera aprovar trabalhos a menos da empreitada de “REABILITAÇÃO DO PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO NERY CAPUCHO”, adjudicada à firma “ARLINDO LOPES DIAS, UNIPessoal, L.da”, no valor de 1.364,47€ (mil, trezentos e sessenta e quatro euros e quarenta e sete cêntimos), que acresce IVA à taxa legal em vigor, ao abrigo do disposto no artigo 379º do Código dos Contratos Públicos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

10. “Requalificação da EB Guilherme Stephens – Concurso Público n.º 16/2017” - Aprovação de trabalhos a menos.

1068 - Presente informação da DQV, com a ref. LF-14/2018, através da qual se propõe a aprovação de trabalhos a menos no valor de 879,80€ (oitocentos e setenta e nove euros e oitenta cêntimos), que acresce IVA à taxa legal em vigor, ao abrigo do disposto no artigo 379º do Código dos Contratos Públicos.

Os trabalhos em causa, discriminados no mapa anexo, dizem respeito a quantidades que não foram utilizadas, nomeadamente por não serem necessárias para completar a solução preconizada em projeto.

Assim, a Câmara Municipal, concordando com a informação técnica com a ref.^a LF-14/2018, que fica anexa e aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera aprovar trabalhos a menos da empreitada de “REQUALIFICAÇÃO DA EB GUILHERME STEPHENS - CP N.º 16/2017”, adjudicada à firma “VALEIXA - CONSTRUÇÃO CIVIL, L.da”, no valor de 879,80€ (oitocentos e setenta e nove euros e oitenta cêntimos), que acresce IVA à taxa legal em vigor, ao abrigo do disposto no artigo 379º do Código dos Contratos Públicos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

11. “Rede de abastecimento em alta - São Pedro de Moel - Estabilização de taludes – Concurso Público n.º 31/2017” - Aprovação de trabalhos a menos.

1069 - Presente informação da DQV, com a ref. smv/30/2018, através da qual se propõe a aprovação de trabalhos a menos no valor de 67.659,64€ (sessenta e sete mil, seiscentos e cinquenta e nove euros e sessenta e quatro cêntimos), que acresce IVA à taxa legal em vigor, ao abrigo do disposto no artigo 379º do Código dos Contratos Públicos.

Os trabalhos em causa, discriminados no mapa anexo, dizem respeito a quantidades que não foram utilizadas, nomeadamente por não serem necessárias para completar a solução preconizada em projeto.

Assim, a Câmara Municipal, concordando com a informação técnica com a ref.^a smv/30/2018, que fica anexa e aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera aprovar

trabalhos a menos da empreitada de “REDE DE ABASTECIMENTO EM ALTA - SÃO PEDRO DE MOEL - ESTABILIZAÇÃO DE TALUDES - CP N.º 31/2017”, adjudicada à firma “*DESARFATE - DESATERROS DE FÁTIMA, L.DA*”, no valor de 67.659,64€ (sessenta e sete mil, seiscentos e cinquenta e nove euros e sessenta e quatro centavos), que acresce IVA à taxa legal em vigor, ao abrigo do disposto no artigo 379º do Código dos Contratos Públicos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

12. “Requalificação da Estrada Vieira de Leiria/ Praia da Vieira – CP n.º 01/2016” – Revisão de preços.

1070 - Presente informação da DISU com a ref.^a LS-56/2018, na qual se propõe a aprovação da revisão de preços da empreitada designada por “*REQUALIFICAÇÃO DA ESTRADA VIEIRA DE LEIRIA/ PRAIA DA VIEIRA*”, adjudicada à firma “*CONTEC - CONSTRUÇÃO E ENGENHARIA, SA*”, ao abrigo do disposto no n.º1 do Artigo 382.º do Código dos Contratos Públicos e do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 06 de janeiro.

Considerando que, de acordo com o n.º 1 do Artigo 382.º do Código dos Contratos Públicos, “o preço fixado no contrato para os trabalhos de execução da obra é obrigatoriamente revisto nos termos contratualmente estabelecidos e de acordo com o disposto em lei”.

Assim, a Câmara Municipal, concordando com a informação técnica com a ref.^a LS/56/2018, que fica anexa e aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera aprovar:

- a) a revisão de preços do contrato inicial, no valor de 65.608,87 € (sessenta e cinco mil, seiscentos e oito euros e oitenta e sete centavos), acresce de IVA à taxa legal em vigor,
- b) a revisão de preços do contrato adicional N.º 05/2017, no valor de 169,80 € (cento e sessenta e nove euros e oitenta centavos), acresce de IVA à taxa legal em vigor;
- c) a revisão de preços do contrato adicional N.º 16/2017, no valor de 1.069,36 € (mil e sessenta e nove euros e trinta e seis centavos), acresce de IVA à taxa legal em vigor.

da empreitada designada por “Requalificação da Estrada Vieira de Leiria / Praia da Vieira”, realizada pela empresa CONTEC – Construção e Engenharia, S.A., ao abrigo do disposto no n.º 1 do art. 382º do Código dos Contratos Públicos e do Decreto – Lei N.º 6/2004, de 6 de janeiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta

DIVISÃO DE MODERNIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO

BALCÃO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE

13. Isenção do pagamento de taxas

1071 - A Sra. Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta de deliberação:

O Clube Atletismo da Marinha Grande, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para o 13º Corta Mato Jovem Rota do Vidro a realizar no dia 02 de dezembro de 2018;
- Publicidade alusiva ao evento

A Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola EB.1 João Beare, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para a festa de Natal a realizar no dia 15-12-2018;
- Publicidade alusiva ao evento.

Presente as informações nº 74/AF e nº 75/SN de 21 de novembro de 2018, fundamentadas de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea a) e b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as Juntas de Freguesia, as associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea a) e b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente à atividade identificada, isentar o Clube Atletismo da Marinha Grande e a Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola EB.1 João Beare, do pagamento das taxas devidas pela emissão das licenças de ruído e das licenças de publicidade.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

14. Autorização para pagamento de taxas em prestações

1072 - Presente o requerimento:

- registo de entrada E/7836/2018 em que Zulmira Vilhena da Costa Guerreiro, solicita à Câmara Municipal o pagamento da taxa de concessão da sepultura perpétua nº 121 do Cemitério de Casal Galego, no valor de 1.000,00€, em 8 prestações mensais;

Nos termos do nº 1 do artigo 17.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal pode autorizar o pagamento em prestações das taxas nele previstas, mediante requerimento fundamentado e acompanhado dos elementos previstos no n.º 2 do citado artigo.

Presentes as informações nº 13/AF de 21 de novembro de 2018, onde se confirma que os pedidos estão instruídos e acompanhados dos elementos previstos no n.º 2 do artigo 17.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

Assim, ao abrigo da competência prevista no nº 1 do artigo 17.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera autorizar a Zulmira Vilhena da Costa Guerreiro o pagamento da taxa de concessão da sepultura perpétua nº 121 do Cemitério de Casal Galego, no valor de 1.000,00€, em 8 prestações mensais.

Mais delibera anular a guia de receita nº 10728/2/2018 de 28/08/2018, no valor de 1.000,00€ em nome de Zulmira Vilhena da Costa Guerreiro, emitida na sequência da concessão a título perpétuo da sepultura nº 121, para que sejam emitidas as guias de receita referentes às prestações.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

As Sr.ªs Vereadoras da CDU, Alexandra Dengucho e Lara Lino, proferiram a seguinte declaração de voto:

“As vereadoras do PCP, Alexandra Dengucho e Lara Lino declaram votar favoravelmente a autorização para pagamento da taxa de concessão da sepultura perpétua em 8 prestações mensais no entanto entendem apresentar os seguintes considerandos:

- Desde há vários anos que o PCP tem vindo a propor a revisão em baixa da Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, não concordando com os valores praticados atualmente.*
- Neste ponto em concreto, a taxa para a concessão da sepultura perpétua sofreu um aumento de cerca de 330%, passando de 300€ para 1000€, considera-se este aumento completamente abrupto e inadequado.*
- É evidente o esforço que este aumento obriga às famílias, que se confirma pelos sucessivos pedidos de pagamento em prestações.*

Esta é uma decisão de carácter social, que deve ser revista com a máxima urgência, ajustada às condições de vida da população de Marinha Grande pelo que se propõe a revisão em baixa das Taxas Municipais.”

DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO

PLANEAMENTO DO TERRITÓRIO

15. “Modernização e Inovação da Área de Acolhimento Empresarial da Marinha Grande” – PA n.º 33/2018 - Aprovação do Anteprojeto

Presente a seguinte proposta:

“Presente Informação n.º CS/78/2018, da Divisão de Gestão do Território, datada de 21 de Novembro de 2018, propondo a aprovação do Anteprojeto da Modernização e Inovação da Área de Acolhimento Empresarial da Marinha Grande, localizada no Casal da Lebre, na freguesia da Marinha Grande, concelho da Marinha Grande.

Esta intervenção na Zona Industrial da Marinha Grande, pretende dotar toda esta área de acolhimento empresarial atual, numa imagem única e uníssona que traduza no território um rejuvenescimento e modernidade pensada num conceito de sustentabilidade e valorização do território, tanto pelas soluções adotadas quanto pela associação que se quer à inovação que caracteriza a indústria do futuro.

Mais se informa, que este anteprojeto observa as normas legais e regulamentares aplicáveis à operação urbanística em análise e que o mesmo contempla os elementos descritos no artigo 43º do Código de Contratos Públicos, assim como o estipulado na portaria n.º 701-H/2008 de 29 de Julho.

Deste modo, a Câmara Municipal analisou a informação anexa e todos os elementos apresentados, e delibera, nos termos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, aprovar o Anteprojeto de Modernização e Inovação da Área de Acolhimento Empresarial da Marinha Grande, localizada no Casal da Lebre, na freguesia da Marinha Grande, concelho da Marinha Grande.”

Sobre este processo registaram-se as seguintes intervenções:

Os Srs. Vereadores do MpM referiram o seguinte:

“Estamos perante a apresentação dum anteprojeto dum obra de quase 4 M€.

Em junho passado estivemos perante uma situação semelhante, relativamente ao Terminal Rodoviário. Ou seja, o executivo permanente apresentou em reunião de Câmara, sem que os vereadores não executivos tenham tido conhecimento ou discutido. Vinha com um rótulo de urgente, que tinha de ser aprovado rapidamente senão perdíamos os fundos comunitários. Na boa-fé, e sem uma análise cuidada ao projeto, aprovámos, com o condicionante de que o projeto nos seria enviado, e que os eventuais comentários seriam depois introduzidos no projeto final. Apresentámos posteriormente sugestões, que até ao momento não vimos incorporados no projeto. Mas, ouvimos e lemos, a afirmação de que: “eles aprovaram o anteprojeto”.

Sentimos que fomos enganados e, ficou acordado, por proposta nossa, mais propriamente dita pelo vereador Humberto Dias, arquiteto e conhecedor destas matérias, que nenhum outro anteprojeto seria apresentado em reunião de câmara, sem que fosse previamente discutido com os 7 elementos do executivo.

Bem nos enganamos, e hoje temos aqui presente para aprovação, um novo projeto, este de valor perto dos 4 M€, o qual desconhecemos por completo.

É inaceitável este procedimento de prepotência e falta de respeito pelos membros do executivo, para além de irresponsabilidade se aprovar um projeto que não conhecemos.

Vem agora referido “a urgência da entrega do projeto de execução”, mas também é dito que o anteprojeto foi recebido a 23/10 por WeTransfer. Ou seja, há um mês atrás, e nós sem sabermos de nada, sem recebermos qualquer desenho ou memória descritiva. Aliás este projeto do melhoramento da zona industrial tem anos, há muito que devia estar implementado.

Perante isto, não temos condições para discutir nesta reunião o projeto. Sugiro que seja retirado, nos seja enviado para análise, que apresentemos os nossos contributos e posteriormente discutimos.”

O Sr. Vereador Carlos Caetano informou que são só jardins, rede viária e iluminação.

A Sr.ª Presidente disse que percebe porque não foi enviado o projeto, mas o processo está aqui, e está disponível 48 horas antes da reunião para os Srs. Vereadores poderem analisar. Sabe que se falou em enviar os projetos, mas os tempos de que se dispõe não se coadunam com a candidatura aos financiamentos até final do ano. Este é um processo urgente, a versão final foi recebida a 13 de novembro, os técnicos têm primeiro que analisar e depois remeter à Câmara, e por isso veio hoje, no tempo limite. Por esta razão põe à aprovação, não o retira, porque poderá vir a perder a candidatura, de quase 4 milhões de euros.

A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho disse que também se quer pronunciar antes da votação. Pediu à Sr.ª Presidente que reconsidere, porque não tem culpa de se estar no tempo limite. Pensa que no dia 22 de outubro teria sido a altura ideal para pedir os

contributos dos Vereadores. É aqui, nos projetos cruciais para o concelho, que deveria ter sido cumprido o Estatuto da Oposição. A oposição não pode votar de cruz um projeto de 4 milhões de euros, seria uma irresponsabilidade. Entende que a metodologia tem que ser obrigatoriamente alterada. Referiu que não está na disposição de votar, tendo pedido ponderação à Sr.^a Presidente, e, se necessário, que se faça uma reunião extraordinária.

O **Sr. Vereador Carlos Caetano** disse que queria deixar bem claro que não houve qualquer intenção de desconsiderar quem quer que seja, tanto mais que tem enviado outros projetos, mas nunca lhe passou pela cabeça que jardins e passeios fossem assim tão importantes. Por se tratar de uma remodelação total da Zona Industrial é que o valor é elevado.

A **Sr.^a Presidente** referiu que o Sr. Vereador já disse do que se tratava, o processo estava aqui desde quinta-feira, pelo que pediu ao Sr. Vice-Presidente que a substituísse enquanto vai verificar se é possível convocar uma reunião extraordinária.

Quando regressou, a **Sr.^a Presidente** disse que os documentos vão ser enviados a todos os Srs. Vereadores e que **retira o processo para ser votado numa reunião extraordinária, que convocou para o dia 29/11/2018, às 18:00 horas.**

Todos os Srs. Vereadores concordaram com a retirada do ponto.

16. Definição das águas balneares e época balnear para 2019 / apresentação de proposta de duração da época balnear à APA - Agência Portuguesa de Ambiente – ARHTEjo e ARHCentro

Sobre este processo registaram-se as seguintes intervenções:

Os Srs. Vereadores do MpM referiram o seguinte:

“Em 2018 a Câmara foi responsável pelos nadadores salvadores de 1 a 15 de junho e de 15 a 30 de setembro. Quais os custos que a câmara suportou?”

Os concessionários são responsáveis pela segurança dos banhistas durante toda a época balnear, suportando os custos dos nadadores salvadores entre 15 de junho e 15 de setembro, mas durante os quatro meses têm de assegurar todas as outras despesas, como seja p.e. alojamento e alimentação dos nadadores salvadores, deixarem as suas casa de banho abertas ao público, com a consequente manutenção e limpeza.

Outra questão é quantos concessionários existem nas quatro praias de banhos: Vieira, Pedras Negras, Praia Velha e S. Pedro?

A informação foi que são 12. Por constatação e por conversar com alguns dos concessionários (que entendem não se ter revelado vantajoso), entendemos que não se justifica abrir a época balnear mais cedo (1 de junho), nem prolonga-la para além de 15 de setembro, dado que a existir atividade balnear nestes períodos é esporádica.

Dado os custos dos concessionários, PROPOMOS que o valor que a câmara disponibilizou em 2018, seja distribuído por todos os concessionários ajudando-os nos custos de toda a época balnear.”

A **Sr.^a Vereadora Alexandra Dengucho** disse que, por falta de tempo, só averiguou a situação em S. Pedro, daí que também proponha o período de 15 de junho a 15 de setembro.

Seguidamente foi colocada a votação a seguinte proposta:

1073 - A Agência Portuguesa do Ambiente solicitou através de ofício com *referência* S067719-201811- ARHC.DPI.00072.2018 registado com a entrada n.º 10393/2018 de 08 novembro 2018, ao abrigo do Regime Jurídico das Águas Balneares – DL n.º 135/2009, de 3 de Junho, alterado e republicado pelo DL n.º 113/2012, de 23 de Maio:

1. A Autarquia deverá manifestar, por ofício, o interesse para a época balnear acerca das águas balneares já identificadas, as condições para a prática balnear, as infra-estruturas, equipamentos e a assistência a banhistas, bem como propor, caso seja do seu interesse, novas águas balneares;

2. Solicitam igualmente que sejam informados quais as expetativas de ficar garantida a segurança dos banhistas na próxima época balnear de 2019;

3. Caso seja do interesse proceder ao pedido de alteração da época balnear para 2019 nas águas balneares do concelho conforme previsto no artigo 5.º do Regime Jurídico das Águas Balneares.

Presente igualmente informação da Chefe da Divisão de Gestão do Território, IM/08/2018, datada de 19 Novembro 2018, que se dá por integralmente reproduzida.

Após a análise do pedido e informação técnica em anexo, a Câmara delibera informar que:

- No que concerne ao ponto 1. e tendo sido identificadas para o ano de 2018 as seguintes águas balneares no Concelho da Marinha Grande:

| APA, I. P./ARH | Concelho | Água balnear | | Praia de banhos (*) | Duração da Época Balnear | Praia de uso limitado |
|--------------------|-------------------|--------------|-----------------------|------------------------|-------------------------------|-----------------------|
| | | Código | Nome | | | |
| Centro | Marinha Grande... | PTCW7N | Vieira | Vieira | 1 de junho a 30 de setembro. | |
| Tejo e Oeste | Marinha Grande... | PTCH2J | Pedras Negras | Pedras Negras | 15 de junho a 15 de setembro. | |
| Tejo e Oeste | Marinha Grande... | PTCF8H | Praia Velha | Praia Velha | 15 de junho a 15 de setembro. | |
| Tejo e Oeste | Marinha Grande... | PTCQ9K | S. Pedro de Moel | S. Pedro de Moel | 1 de junho a 30 de setembro. | |

Manter as águas balneares definidas uma vez que são as que reúnem as condições à prática balnear, quer pelas infra-estruturas, equipamentos e apoio aos banhistas que as mesmas possuem.

- quanto ao ponto 2. relativo a quais as expetativas do Município da Marinha Grande nas praias definidas como águas balneares, a **Praia da Vieira** (ARH Centro), as Praias das **Pedras Negras**, **Praia Velha** e **S. Pedro de Moel** (ARH Tejo), delibera a Câmara Municipal é que sejam asseguradas as condições de segurança dos banhistas na próxima época balnear.

Esta situação é atualmente da responsabilidade, dos concessionários de apoios de praia, concessão, essa atribuída pela APA. O Município da Marinha Grade já manifestou a preocupação por diversas vezes, da questão das condições de segurança dos banhistas, resultarem de imediato da existência ou não de apoios de praia concessionados.

A sua não concessão implica a inexistência de nadadores salvadores, uma vez que são aqueles, os apoios de praia, que asseguram a prestação desse serviço à praia.

Esta questão aliás, vem comprovar que estas duas situações não devem andar interligadas, ou a andarem, devem ser definidas outras regras para que nas situações onde não haja procura para a concessão do apoio de praia, a questão da vigilância e segurança dos utilizadores daquela praia não fique condicionada, devendo a entidade competente APA assegurar essa segurança.

Relativamente à informação de “...*quais as expetativas, de nas praias do Município, ficar assegurada a segurança dos banhistas na próxima época balnear de 2018...*”, a câmara delibera informar, que à semelhança dos anos anteriores, ao serem definidas as épocas balneares é fixado o período de tempo ao longo do qual vigora a obrigatoriedade de garantia da assistência aos banhistas e encontrando-se as praias do município concessionadas – sendo que uma Praia concessionada é uma área de uma praia relativamente à qual é licenciada ou autorizada a prestação de serviços a utentes por entidade privada (definição constante da Lei 44/2004, de 19 de agosto) em que o Concessionário é o titular de licença ou autorização para a exploração de equipamentos ou instalações balneares, mediante o pagamento de uma taxa, bem como prestação de determinados serviços de apoio, vigilância e segurança aos utentes da praia (definição constante da Lei 44/2004, de 19 de agosto), o Município da Marinha Grande espera o cumprimento das obrigações cometidas a cada uma das entidades.

- no que concerne ao ponto 3. referente ao pedido de alteração da época balnear para 2019, e de acordo com o preceituado no número 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º135/2009, de 3 de Junho, com a nova redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 113/2012, de 23 de Maio, a duração da época balnear para cada água balnear é definida em função dos períodos em que se prevê uma grande afluência de banhistas, tendo em conta as condições climáticas e as características geofísicas de cada zona ou local, e os interesses sociais ou ambientais próprios da localização.

No ano de 2018 a Câmara Municipal definiu o período de 1 junho a 30 setembro para as águas balneares de S. Pedro de Moel e Praia da Vieira e do dia 15 de Junho a 15 setembro para as restantes, Praia Velha e Pedras Negras.

Assim e no que esta definição diz respeito a Câmara delibera definir o período da época balnear do dia 15 de junho a 15 de setembro 2019.

Deste modo a Câmara delibera por unanimidade comunicar à Agência Portuguesa do Ambiente – ARH Tejo e ARH Centro, a presente deliberação.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

GESTÃO URBANÍSTICA

17. Req.º nº 1446/18, datado de 07/08/2018 - Proc.º n.º 327/18, datado de 07/08/2018 - Mário Carvalho da Cruz e Maria Cristina Guerra Luís da Cruz

1074 - Presente requerimento n.º 1446/18, datado de 2018/08/07, constante do processo camarário n.º 327/18, subscrito por **Mário Carvalho da Cruz**, com o NIF 165567767, e por **Maria Cristina Guerra Luís da Cruz**, com o NIF 141263369, ambos residentes em Rua do Comércio, n.º 25, lugar de Carvide, freguesia de Monte Real e Carvide, concelho de Leiria, referente ao pedido de licenciamento da obra de **“Construção de uma moradia unifamiliar, garagem e muros de vedação”**, a incidir sobre um prédio urbano sito no lugar de Fonte Santa, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 16140 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo número 18760.

Presentes pareceres técnicos sobre o assunto, datados de 2018/11/09 e 2018/10/15, que referem que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise da pretensão, e considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o projeto de arquitetura, respeitante ao pedido de licenciamento da obra de **“Construção de uma moradia unifamiliar, garagem e muros de vedação”**, a incidir sobre um prédio urbano sito no lugar de Fonte Santa, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 16140 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo número 18760, com o número de processo 327/18, com data de entrada em 2018/08/07, apresentado por **Mário Carvalho da Cruz**, com o NIF 165567767, e por **Maria Cristina Guerra Luís da Cruz**, com o NIF 141263369, ambos residentes em Rua do Comércio, n.º 25, lugar de Carvide, freguesia de Monte Real e Carvide, concelho de Leiria, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do RJUE.
2. Execução de todos os trabalhos necessários à correta execução da obra, nomeadamente um passeio na extensão total do prédio confinante com o arruamento público, com largura de 1,60m. Os materiais a aplicar no passeio deverão prever calçada de calcário com as dimensões de 0,05x0,05mx0,05m, após execução de uma base em tout-venant com 0,15m de espessura. O lancil deverá ser de betão com as dimensões de 0,13m (largura à vista) x 0,25m (altura) x 0,15m (largura da base), podendo o passeio ser rebaixado na zona da entrada.
3. Cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 22,30m², ao longo da frente do prédio confinante com o arruamento público, conforme configuração constante da peça gráfica correspondente à **“PLANTA DE IMPLANTAÇÃO”**, com o número **“N.º 1”**, datada de **“AGO.2018”**, entregue a coberto do requerimento n.º 1446/18, datado de 2018/08/07, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação de certidão emitida pela Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

18. Req.º nº 1925/18, datado de 23/10/2018 - Proc.º n.º 300/18, datado de 23/07/2018 - Clotilde de Jesus Bazaréu - Cabeça de Casal da Herança de

1075 - Presentes requerimentos n.º 1353/18, n.º 1952/18, registado, em 2018/07/23 e em 2018/10/23, respetivamente, subscritos por **Maria Alice Caetano da Silva**, com o NIF 105188603, residente na rua Isabel Valgrande Parracho, n.º 9, Talhões de Viera de Leira, Freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, por **Ramiro José Pereira Caetano**, residente na Praceta Alfredo Zarcos, n.º 4, 4ª dtº, Barreiro, por **Alice Maria Pereira Caetano**, residente na Quinta do Coutinho, freguesia e concelho de Moimenta da Beira, por **Abel Luís Pereira Caetano**, residente na Rua do Farol, n.º 29, freguesia e concelho de Moimenta da Beira, e por **Rosa Maria da Cunha Caetano**, com o NIF 209127287, residente na Rua do Matadouro n.º 2 B, na freguesia e concelho de Vidigueira, em representação de **Alfredo Francisco Caetano**, com o NIF 186262710, residente na Rua da Serrada, n.º 12, Fonte do Oleiro, na união de freguesias de Santa Eufémia e Boa Vista, concelho de Leiria, **herdeiros da herança aberta por óbito de Clotilde de Jesus Bazaréu**, com o NIF 741011280, do processo camarário n.º 300/18, registado em 2018/07/23, referente ao pedido de **licenciamento (legalização) da obra de alteração de moradia, (legalização) da obra de construção de um edifício anexo de uso complementar da habitação e (legalização) da obra de construção de muros**, no prédio urbano sito na rua Isabel Valgrande Parracho, n.º 7, lugar de Talhões de Viera de Leira, Freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 3291, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 4922.

Presente parecer técnico datado de 2018/11/12, favorável a tomada de decisão sobre a componente arquitetura.

Após análise do pedido, e considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera:

- DEFERIR, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura do processo camarário n.º 300/18, registado 2018/07/23, referente ao pedido de licenciamento (legalização) da obra de alteração de moradia, (legalização) da obra de construção de um edifício anexo de uso complementar da habitação e (legalização) da obra de construção de muros, no prédio urbano sito na rua Isabel Valgrande Parracho, n.º 7, lugar de Talhões de Viera de Leira, Freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 3291, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 4922, apresentado por Maria Alice Caetano da Silva, com o NIF 105188603, residente na rua Isabel Valgrande Parracho, n.º 9, Talhões de Viera de Leira, Freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, por Ramiro José Pereira Caetano, residente na Praceta Alfredo Zarcos, n.º 4, 4ª dtº, Barreiro, por Alice Maria Pereira Caetano, residente na Quinta do Coutinho, freguesia e concelho de Moimenta da Beira, por Abel Luís Pereira Caetano, residente na Rua do Farol, n.º 29, freguesia e concelho de Moimenta da Beira, e por Rosa Maria da Cunha Caetano, com o NIF 209127287, residente na Rua do Matadouro n.º 2 B, na freguesia e concelho de Vidigueira, em representação de Alfredo Francisco Caetano, com o NIF 186262710, residente na Rua da Serrada, n.º 12, Fonte do Oleiro, na união de freguesias de Santa Eufémia e Boa Vista, concelho de Leiria, herdeiros da herança aberta por óbito de Clotilde de Jesus Bazaréu, com o NIF 741011280.

- Informar os interessados que devem apresentar no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação da presente deliberação, os Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 20º do RJUE.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

19. Req.º nº 1734/18, datado de 25/09/2018 - Proc.º n.º401/18, datado de 25/09/2018 - Sónia Paula Marques Teixeira Correia Lourenço

1076 - Presente requerimento n.º 1734/18, datado de 2018/09/25, constante do processo camarário n.º 401/18, subscrito por **Sónia Paula Marques Teixeira Correia Lourenço**, com o NIF 208824502, residente em rua de Oeiras, n.º 165, 1.º dt., freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de **“Construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação”**, a incidir sobre um prédio rústico, sito em rua 1.º de Maio/rua António Batista Carneira, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 324 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo número 1510.

Presentes pareceres técnicos sobre o assunto, datados de 2018/10/30 e 2018/11/14, que referem que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise da pretensão, e considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o projeto de arquitetura respeitante ao pedido de licenciamento da obra de **“Construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação”**, a incidir sobre um prédio rústico, sito em rua 1.º de Maio/rua António Batista Carneira, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 324 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo número 1510, com o número de processo 401/18, com data de entrada em 2018/09/25, apresentado por Sónia Paula Marques Teixeira Correia Lourenço, com o NIF 208824502, residente em rua de Oeiras, n.º 165, 1.º dt., freguesia e concelho de Marinha Grande, – deferir o mesmo, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do RJUE.

2. Execução de todos os trabalhos necessários à correta execução da obra, nomeadamente um passeio na extensão total do prédio confinante com a rua 1.º de Maio, com largura de 2,25m. Os materiais a aplicar no passeio deverão prever blocos de betão com as dimensões 0,10mx0,20mx0,06m, após execução da camada de base em tout-venant com 0,15m de espessura. O lancil deverá ser de betão pré-fabricado com uma largura de 0,15m e na zona da entrada deverá ser utilizado lancil de rampa com 0,40m de largura e lancil lateral com cantos de acabamento.

3. Cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 28,21m², ao longo da frente do prédio confinante com a rua 1.º de Maio, conforme configuração constante da peça gráfica correspondente à **“planta de implantação”**, com o número **“A.02”**, datada de **“09/2018”**, entregue a coberto do requerimento n.º 1734/18, datado de 2018/09/25, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação de certidão emitida pela Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

20. Req.º nº 1950/18, datado de 29/10/2018 - Proc.º nº 124/18, datado de 10/04/2018 - José Gaspar Neto

1077 - Presente requerimento n.º 1950/18, datado de 2018/10/29, constante do processo camarário n.º 124/18, subscrito por **José Gaspar Neto**, com o NIF 143348507, com domicílio fiscal em rua Vale de São João, n.º 43, lugar de Canais, freguesia de Caranguejeira, concelho de Leiria, a solicitar o licenciamento da obra de “**Construção de um edifício de habitação multifamiliar e muros de vedação**”, incidente sobre um prédio urbano sito na rua Vasco da Gama, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 17078 e inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 19292.

Presentes pareceres técnicos dos serviços, datados de 2018/06/27 e 2018/11/12, referentes, respetivamente, aos projetos de arquitetura e das especialidades apresentados.

Após a análise da pretensão, e considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/14, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o pedido de licenciamento da obra de “**Construção de um edifício de habitação multifamiliar e muros de vedação**”, incidente sobre um prédio urbano sito na rua Vasco da Gama, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 17078 e inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 19292, com o número de processo 124/18, com data de entrada em 2018/04/10, apresentado por José Gaspar Neto, com o NIF 143348507, com domicílio fiscal em rua Vale de São João, n.º 43, lugar de Canais, freguesia de Caranguejeira, concelho de Leiria, com os seguintes condicionalismos:

1. Execução de todos os trabalhos necessários à correta execução da obra, nomeadamente um passeio e gare de estacionamento na extrema confinante do prédio com a rua Vasco da Gama, com larguras de 2,25m e 2,50m, respetivamente. Os materiais a aplicar no passeio deverão prever calçada de calcário com as dimensões de 0,05x0,05mx0,05m, após execução de uma base em tout-venant com 0,15m de espessura. O lancil deverá ser de betão com as dimensões de 0,13m (largura à vista) x 0,25m (altura) x 0,15m (largura da base), podendo o passeio ser rebaixado na zona da entrada/saída.

2. Cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 70,25m² ao longo da frente do prédio confinante com a rua Vasco da Gama, conforme configuração constante da peça gráfica correspondente à “IMPLANTAÇÃO**”, “des. n.º A.02.1”, datada de “10/2018”, entregue a coberto do requerimento n.º 1950/18, datado de 2018/10/29, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação de certidão emitida pela Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.**

Mais delibera informar o requerente que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

21. Req.º nº 1932/18, datado de 24/10/2018 - Proc.º nº 549/17, datado de 12/12/2017 - Maria Orange Angelina Serra Oliveira e José Silva Oliveira

1078 - Presente pedido com o registo nº 1932/18, datado de 24/10/2018, relativo a **legalização de ampliações executadas e licenciamento de ampliações pretendidas no edifício destinado a habitação**, sito na rua Fernando Nunes Duarte, nº 23, Engenho, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o nº 10687 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo nº 11153, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento nº 549/17, com data de entrada de 12/12/2017, apresentado por **Maria Orange Angelina Serra Oliveira**, com o NIF 141 243 562, e **José Silva Oliveira**, com o NIF 141 243 481, residentes na rua Fernando Nunes Duarte, nº 23, Engenho, Marinha Grande, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de Câmara de 13/08/2018;

Presente informação técnica, datada de 9/11/2018, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de ser aceites;

Presente informação técnica datada de 14/11/2018, que atesta encontrar-se o pedido em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a **legalização de ampliações executadas e licenciamento de ampliações pretendidas no edifício destinado a habitação**, sito na rua Fernando Nunes Duarte, nº 23, Engenho, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o nº 10687 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo nº 11153, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento nº 549/17, com data de entrada de 12/12/2017, apresentado por **Maria Orange Angelina Serra Oliveira**, com o NIF 141 243 562, e **José Silva Oliveira**, com o NIF 141 243 481, residentes na rua Fernando Nunes Duarte, nº 23, Engenho, Marinha Grande, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar os requerentes do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no nº 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3 - Nos termos do disposto no nº 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

4.- Deve assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei nº 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

22. Req.º nº 1740/18, datado de 26/09/2018 - Proc.º nº 237/17, datado de 09/06/2018 - Pelacerta - Investimentos Imobiliários, Lda.

1079 - Presente requerimento nº 1740/18, datado de 2018/09/26, constante do processo camarário nº 237/17, subscrito por **Pelacerta - Investimentos Imobiliários, Lda.**, com o NIPC 507064755, com sede em rua Direita, nº 5, lugar de Casal Novo, freguesia de Amor, concelho de Leiria, referente ao pedido de licenciamento da obra de **“Legalização e alteração de moradia, ampliação de anexos, demolição e construção de muro e passeio”**, incluindo a **“Legalização de uma piscina”** a incidir sobre um prédio urbano sito na rua Augusto Torneira, lugar de ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 10138 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo nº 8.821, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação camarária datada de 2017/07/28.

Presente parecer técnico dos serviços datado de 2018/11/09, referente aos projetos das especialidades apresentados.

Após a análise da pretensão e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUEo pedido de licenciamento da obra de **“Legalização e alteração de moradia, ampliação de anexos, demolição e construção de muro e passeio”**, incluindo a **“Legalização de uma piscina”** a incidir sobre um prédio urbano sito na rua Augusto Torneira, lugar de ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 10138 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo nº 8.821, com o número de processo 237/17, com data de entrada em 2017/06/09, apresentado por Pelacerta - Investimentos Imobiliários, Lda., com o NIPC 507064755, com sede em rua Direita, nº 5, lugar de Casal Novo, freguesia de Amor, concelho de Leiria, com os seguintes condicionalismo:

1. Execução de passeio público na extensão total do prédio confinante com a rua Augusto Torneira, com a largura de 1,60m. Os materiais a aplicar no passeio deverão ser idênticos aos da envolvente, ou seja, lancil de calcário com 0,12x0,22m e calçada em pedra calcária de 0,05x0,05x0,05m. O espelho do lancil deverá ficar a 0,12m acima do pavimento, devendo rebaixar para 0,04m na entrada do prédio numa distância mínima de 3,50m. Na execução do passeio, deverá ser considerada a colocação de película de plástico preto entre a camada base e a almofada de assentamento, de modo a evitar o crescimento das ervas. Deverá ainda prever o remate entre o passeio e o pavimento existente em betuminoso.

2. Cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 37,59m², ao longo da frente do prédio confinante com a rua Augusto Torneira, conforme configuração constante da peça gráfica correspondente à “IMPLANTAÇÃO - PROPOSTO”, com o número “Desenho nº 11”, entregue a coberto do requerimento nº 1004/17, datado de 2017/06/09, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação de certidão emitida pela Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.

3. O muro de vedação a levar a efeito junto da rua Augusto Torneira, deverá ser executado em alvenaria, devidamente rebocado e pintado, de acordo com a alínea a) do art. 18.º do Regulamento Municipal de edificação e urbanização do Município da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2. Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da autorização de utilização referente a obras legalizadas é sempre precedida de vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

23. Req.º nº 1853/18, datado de 12/10/2018 - Proc.º n.º 555/17, datado de 14/12/2017 - Liliana Sofia Ferreira Leal

1080 - Presente requerimento n.º 1853/18, datado de 2018/10/12, constante do processo camarário n.º 555/17, subscrito por **Liliana Sofia Ferreira Leal**, com o NIF 223794589, residente em rua das Andorinhas, n.º 5, 1.º eq., Lameira da Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de **“Demolição de edifício existente e construção de habitação unifamiliar e muros de vedação”**, a incidir sobre um prédio urbano, sito em rua Marquês de Pombal, n.º 65, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 6353 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo número 21, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação camarária datada de 2018/10/01.

Presente parecer técnico dos serviços datado de 2018/11/09, referente aos projetos das especialidades apresentados.

Após a análise da pretensão e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o pedido de licenciamento da obra de **“Demolição de edifício existente e construção de habitação unifamiliar e muros de vedação”**, a incidir sobre um prédio urbano, sito em rua Marquês de Pombal, n.º 65, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 6353 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo número 21, com o número de processo 555/17, com data de entrada em 2017/12/14, apresentado por Liliana Sofia Ferreira Leal, com o NIF 223794589, residente em rua das Andorinhas, n.º 5, 1.º eq., Lameira da Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1. Execução de todos os trabalhos necessários à correta execução da obra, nomeadamente passeios nas extensões do prédio confinantes com a rua Marquês de Pombal e Travessa do Paçal. Os materiais a aplicar nos passeios deverão prever calçada de calcário com as dimensões de 0,05x0,05mx0,05m, após execução de uma base em tout-venant com 0,15m de espessura. O lancil deverá

- ser em calcário com as dimensões de 0,12m (largura à vista) x 0,25m (altura) x 0,15m (largura da base), podendo o passeio ser rebaixado nas zonas das entradas.
2. Cedência para domínio público da área de 72,00m² ao longo das frentes do prédio confinantes com a rua Marquês de Pombal e Travessa do Paçal, conforme configuração constante da peça gráfica correspondente à **“Implantação”**, **“Desenho n.º: 1A”**, datada de **“junho 2018”**, entregue a coberto do requerimento n.º 1186/18, datado de 2018/06/29, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação de certidão emitida pela Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.

Mais delibera informar a requerente que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

24. Req.º nº 1999/18, datado de 05/11/2018 - Proc.º n.º 136/18, datado de 18/04/2018 - Filipe André Santos Ribeiro

1081 - Presente requerimento n.º 1999/18, datado de 2018/11/05, constante do processo camarário n.º 136/18, subscrito por **Filipe André Santos Ribeiro**, com o NIF 222709022, residente em rua dos Fornalistas, n.º 47, lugar de Pêro Neto, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de **“Construção de uma moradia unifamiliar, anexo e muros de vedação”**, incidente sobre um prédio urbano, sito na rua 1, n.º 77, lugar de Pêro Neto, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 20379 e inscrito na matriz sob o artigo número 20249-P, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação camarária datada de 2018/10/16.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2018/11/15, referente aos projetos das especialidades apresentados.

Após a análise da pretensão, e considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o pedido de licenciamento da obra de **“Construção de uma moradia unifamiliar, anexo e muros de vedação”**, incidente sobre um prédio urbano, sito na rua 1, n.º 77, lugar de Pêro Neto, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 20379 e inscrito na matriz sob o artigo número 20249-P, com o número de processo 136/18, com data de entrada em 2018/04/18, apresentado por Filipe André Santos Ribeiro, com o NIF 222709022, residente em rua dos Fornalistas, n.º 47, lugar de Pêro Neto, freguesia e concelho de Marinha Grande, com o condicionalismos da cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 46,29m², ao longo da frente do prédio confinante com a rua 1 (Estrada do Pêro Neto), conforme configuração constante da peça gráfica correspondente à **“Planta de Implantação”**, com o número **“Arq.2”**, datada de **“Agosto 2018”**, entregue a coberto do requerimento n.º 1502/18, datado de 2018/08/17, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação de certidão emitida pela Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.

Mais delibera informar a requerente que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

25. Req.º nº 2027/18, datado de 08/11/2018 - Proc.º n.º 38/18, datado de 08/02/2018 - Carlos Alberto Martins Gomes Pedroso

1082 - Presente pedido com o registo n.º 2027/18, datado de 08/11/2018, relativo a **licenciamento de alterações e à alteração de uso de comércio para serviços (restauração e bebidas)** de uma unidade de utilização independente incluída num edifício localizado na rua das Rosas da Pedra de Cima, n.º 1, situada no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 1844 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19281-P, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 38/18, com data de entrada de 8/02/2018, apresentado por **Carlos Alberto Martins Gomes Pedroso**, com o NIF 188 703 616, residente na rua das Rosas da Pedra de Baixo n.º 57, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de Câmara de 2/04/2018; Presente informação técnica, datada de 9/11/2018, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de ser aceites; Presente informação técnica, datada de 14/11/2018, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o processo de licenciamento de alterações e à alteração de uso de comércio para serviços (restauração e bebidas) de uma unidade de utilização independente incluída num edifício localizado na rua das Rosas da Pedra de Cima, n.º 1, situada no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 1844 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19281-P, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 38/18, com data de entrada de 8/02/2018, apresentado por Carlos Alberto Martins Gomes Pedroso, com o NIF 188 703 616, residente na rua das Rosas da Pedra de Baixo n.º 57, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3 - Deve assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

26. Req.º nº 1832/18, datado de 10/10/2018 - Proc.º nº 548/17, datado de 12/12/2017 - Júlio Salvador Temótio

1083 - Presente pedido com o registo n.º 1832/18, datado de 10/10/2018, relativo a **legalização de ampliação e alteração de uso de edificação para armazém, indústria e habitação**, e sujeição ao Regime de Propriedade Horizontal, efetuada no edifício situado na rua das Sorraipas, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 8786 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 18087, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 548/17, com data de entrada de 12/12/2017, apresentado por **Júlio Salvador Temótio**, com o NIF 157 512 495, residente na rua 1º de Dezembro, n.º 60, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 25/06/2018; Presente informação técnica, datada de 15/11/2018, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de serem aceites. Presente informação técnica, datada de 19/11/2018, que atesta encontrar-se o processo e as alterações solicitadas no âmbito do regime de Propriedade Horizontal em condições de ser deferidos;

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a legalização de ampliação e alteração de uso de edificação para armazém, indústria e habitação, efetuada no edifício situado na rua das Sorraipas, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 8786 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 18087, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 548/17, com data de entrada de 12/12/2017, apresentado por Júlio Salvador Temótio, com o NIF 157 512 495, residente na rua 1º de Dezembro, n.º 60, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Delibera, igualmente, aprovar as alterações solicitadas à descrição do prédio no âmbito do pedido de constituição deste ao regime de Propriedade Horizontal, devendo da certidão a emitir constar cópias, devidamente assinadas e seladas com o selo branco em uso nesta Câmara Municipal, da memória descritiva e das plantas apresentadas no presente aditamento;

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3 - Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

27. Req.º nº 1367/18, datado de 24/07/2018 - Proc.º nº 304/18, datado de 24/07/2018 - Britomoldes - Fabricação e Comercialização de Moldes Metálicos, Lda.

1084 - Presente pedido com o registo nº 1367/18, datado de 24/07/2018, relativo a licenciamento de alterações efetuadas em obra e a executar, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob os n.os 1301 e 1779, inscritos, respetivamente, na matriz predial urbana sob o artigo nº 447 e na matriz predial rústica sob o artigo 745, ambos da freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento nº 304/18, com data de entrada de 24/07/2018, apresentado por **Britomoldes - Fabricação e Comercialização de Moldes Metálicos, Lda.**, com o NIPC 507 127 870, com sede na rua da Sede, nº 3, Figueiras, Marinha Grande, freguesia e concelho da Marinha Grande, cuja edificação foi efetuada ao abrigo do processo de comunicação prévia nº 153/14, aprovado por despacho do Sr. Presidente da Câmara datado de 22/05/2014;

Presente informação técnica, datada de 12/11/2018, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a alterações efetuadas em obra e a executar, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob os n.os 1301 e 1779, inscritos, respetivamente, na matriz predial urbana sob o artigo nº 447 e na matriz predial rústica sob o artigo 745, ambos da freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento nº 304/18, com data de entrada de 24/07/2018, apresentado por **Britomoldes - Fabricação e Comercialização de Moldes Metálicos, Lda.**, com o NIPC 507 127 870, com sede na rua da Sede, nº 3, Figueiras, Marinha Grande, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no nº 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3 - Nos termos do disposto no nº 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

4.- Deve assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei nº 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

28. Req.º nº 1657/18, datado de 14/09/2018 - Proc.º nº 367/18, datado de 14/09/2018 - Sedlom-Sociedade de Moldes de Precisão, Lda.

1085 - Presente pedido com o registo n.º 1657/18, datado de 14/09/2018, relativo a legalização de alterações efetuadas em obra **de uma unidade industrial**, localizada na estrada da Nazaré, n.º 70, (EN242, Km 18,72), Moita, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 734 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 762-P, da freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 379/18, com data de entrada de 14/09/2018, apresentado por **Sedlom-Sociedade de Moldes de Precisão, Lda.**, com o NIPC 500738238, com sede na estrada da Nazaré, n.º 70 – Moita, freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande; Presente informação técnica, datada de 20/11/2018, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido relativo a legalização de alterações efetuadas em obra de uma unidade industrial, localizada na estrada da Nazaré, n.º 70, (EN242, Km 18,72), Moita, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 734 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 762-P, da freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 379/18, com data de entrada de 14/09/2018, apresentado por Sedlom-Sociedade de Moldes de Precisão, Lda., com o NIPC 500738238, com sede na estrada da Nazaré, n.º 70 – Moita, freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

29. Req.º nº 1861/18, datado de 15/10/2018 - Proc.º nº 182/16, datado de 17/05/2016 - Cordeiro, Silva e Cordeiro, Lda.

1086 - Presente requerimento n.º 1861/18, datado de 2018/10/15, constante do processo camarário n.º 182/16, subscrito por **Cordeiro, Silva e Cordeiro, Lda.**, com o NIF n.º 507290852, com sede em Av. Vitor Gallo, n.º 124, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar o licenciamento das alterações a levar a efeito na obra de **“Construção de um edifício habitacional de dois fogos e muros de vedação”**, a constituir no regime de propriedade horizontal, incidente sobre um prédio urbano, sito no lugar de Fagundo,

freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 16540 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo número 17395, para a qual foi emitido o Alvará de Obras de Construção n.º 87/17, datado de 2017/12/04, válido até 2018/12/03.

Presentes pareceres técnicos dos serviços, datados de 2018/11/12 e 2018/11/15, referentes, respetivamente, aos projetos de alterações de arquitetura e das especialidades apresentados.

Após a análise da pretensão, e considerando os pareceres técnicos que sobre ele recaíram, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o pedido de licenciamento das alterações à obra de *“Construção de um edifício habitacional de dois fogos e muros de vedação”*, a constituir no regime de propriedade horizontal, incidente sobre um prédio urbano, sito no lugar de Fagundo, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 16540 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo número 17395, para a qual foi emitido o Alvará de Obras de Construção n.º 87/17, datado de 2017/12/04, válido até 2018/12/03, com o número de processo 182/16, com data de entrada em 2016/05/17, apresentado por Cordeiro, Silva e Cordeiro, Lda., com o NIF n.º 507290852, com sede em Av. Vitor Gallo, n.º 124, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Mais delibera, informar a firma requerente que, nos termos do disposto no n.º 7 do art. 27.º do RJUE, deverá apresentar o original do alvará de obras, para se proceder ao respetivo averbamento das alterações à licença.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

30. Req.º nº 1417/18, datado de 31/07/2018 - Proc.º nº 95/18, datado de 21/03/2018 - Manuel Lopes Duarte - Cabeça de Casal da Herança de

1087 - Presentes requerimentos n.º 577/18 e n.º 1417/18, registados em 2018/03/21 e em 2018/07/31, respetivamente, constante do processo camarário n.º 95/18, de 2018/03/21, referente ao pedido de **emissão de certidão comprovativa da satisfação dos requisitos de destaque** de parcela com 1628,50 m2, do prédio com 3257 m2, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 7501, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 10208, confinante a sul com a Rua Vale das Noras e a nascente com a Rua do Lavadouro Novo, no lugar de Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 6.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, apresentado por **Manuel Lopes Duarte - Cabeça de Casal da Herança de**, com o NIF 743835379, representado por **Maria de Fátima Fazendeiro Lopes**, com o NIF 187144338, com residência na Rua do Cerro, n.º 244, Serra de Porto Urso, Monte Real.

Presentes pareceres técnicos dos serviços que atestam estarem preenchidos os requisitos legais necessários à operação de destaque, bem como à emissão da respetiva certidão comprovativa.

Após análise da pretensão, bem como os referidos pareceres técnicos datados de 2018/06/07 e de 2018/11/07, a Câmara Municipal delibera mandar emitir a certidão comprovativa da verificação dos requisitos do destaque para efeitos de registo predial, nos termos do n.º 9 do artigo 6.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, por se ter verificado que a operação de destaque de uma parcela de terreno com a área de 1628,50 m², reúne as condições expressas no n.º 4 do artigo 6.º do mencionado diploma legal, dado o prédio rústico com área total de 3257 m², situado no gaveto compreendido pela Rua Vale das Noras e Rua do Lavadouro Novo, no lugar do Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 10208, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 7501, se situar predominantemente no perímetro urbano e as duas parcelas resultantes do destaque, confrontarem com arruamento público, sendo que a Parcela a Destacar confronta a sul com a Rua Vale das Noras e a nascente com a Rua do Lavadouro Novo, a Parcela Remanescente confronta a sul com a Rua Vale das Noras. Ambas as parcelas apresentam-se vinculadas ao cumprimento dos indicadores urbanísticos preceituados para o Aglomerado do Urbano do Pilado/Escoura, pelo n.º 10 do artigo 5º do Regulamento do PDMMG em vigor, incidentes sobre a área urbanizável de cada uma das parcelas, nas seguintes condições:

- A Parcela a Destacar com 1628,50 m², apresenta 1599 m² em espaço urbanizável, nela poderá ser erigida construção com até três fogos de habitação, 399,75 m² de área bruta de construção, cêrcea máxima de 2 pisos ou 6,50 m de altura, o mínimo de 1 lugar de estacionamento por fogo para habitação e/ou 1 lugar de estacionamento por cada 100 m² de área coberta se a ocupação se destinar a comércio ou serviços;
- A Parcela Sobrante com 1628,50 m², apresenta 1589 m² em espaço urbanizável, nela poderá ser erigida construção com até três fogos de habitação, 397,25 m² de área bruta de construção, cêrcea máxima de 2 pisos ou 6,50 m de altura, o mínimo de 1 lugar de estacionamento por fogo para habitação e/ou 1 lugar de estacionamento por cada 100 m² de área coberta se a ocupação se destinar a comércio ou serviços.

Mais delibera que na certidão a emitir conste a obrigatoriedade de inscrição do ónus de não fracionamento das parcelas resultantes do destaque, por um período de 10 anos contados da data do mesmo, nos termos do n.º 6 e n.º 7 do artigo 6.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, sem o que não poderá ser licenciada ou comunicada qualquer obra de construção nessas parcelas.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

31. Req.º nº 2089/18, datado de 16/11/2018 - Proc.º nº 534/17, datado de 30/11/2017 - YUDO EU, LDA.

1088 - Presente pedido registado sob o n.º 2089/18, datado de 16/11/2018, a solicitar a devolução da caução prestada por depósito na tesouraria da Câmara Municipal, conforme guia de receita n.º 1/1345/11977, datada de 13/08/2018.

Presente processo para licenciamento de ampliação de uma unidade industrial sita na travessa 13 de Março, n.º 6, Amieirinha, a efetuar nos prédios registados na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob os n.ºs 9008, 9257, 8968 e 15647, inscrito o primeiro na matriz predial urbana sob o artigo n.º 10494, e os restantes na matriz predial

rústica sob os artigos 10307, 2720 e 2723, respetivamente, todas da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 534/17, com data de entrada de 30/11/2017, apresentado por YUDO EU, LDA, com o NIF 508 102 650, com sede na travessa 13 de Março, n.º 6, freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente deliberação tomada na reunião de Câmara de 13/08/2018, a deferir, nos termos do n.º 6 do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, a emissão de licença parcial para construção de estrutura, relativa ao supra mencionado processo.

Presente guia de receita n.º 1/1345/11977, datada de 13/08/2018, referente à prestação da caução prestada, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 23.º do RJUE, *“para demolição da estrutura até ao piso de menor cota em caso de indeferimento”*.

Presente parecer sobre o assunto, datado de 20/11/2018:

Após análise da pretensão e considerando o parecer que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal, considerando que se apresenta cumprida a função para a qual se exigiu a prestação da caução prestada, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, por via da aprovação final do pedido de licenciamento de ampliação de uma unidade industrial sita na travessa 13 de Março, n.º 6, Amieirinha, a efetuar nos prédios registados na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob os n.º 9008, 9257, 8968 e 15647, inscrito o primeiro na matriz predial urbana sob o artigo n.º 10494, e os restantes na matriz predial rústica sob os artigos 10307, 2720 e 2723, respetivamente, todas da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 534/17, com data de entrada de 30/11/2017, apresentado por YUDO EU, LDA, com o NIF 508 102 650, com sede na travessa 13 de Março, n.º 6, freguesia e concelho da Marinha Grande delibera MANDAR LIBERTAR a caução, no montante de 15.000,00€ (quinze mil euros), prestada mediante a guia de receita n.º 1/1345/11977, datada de 13/08/2018.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

32. Req.º nº 1871/18, datado de 16/10/2018 - Proc.º n.º 51/18, datado de 16/02/2018 - Luís António Correia Amaral

1089 - Presente requerimento n.º 1871/18, datado de 2018/10/16, constante do processo camarário n.º 51/18, subscrito por **LUÍS ANTÓNIO CORREIA AMARAL**, com o NIF 192177095, residente em rua da Ribeira, n.º 6, lugar de Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de **“Construção de um edifício destinado a arrumos e muros de vedação”**, a incidir sobre um prédio rústico, sito em rua da Agroeira, lugar de Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 13297 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo número 3015, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação camarária datada de 2018/10/01.

Presente parecer técnico dos serviços datado de 2018/11/19, referente aos projetos das especialidades apresentados.

Após a análise da pretensão, e considerando os pareceres técnicos que sobre ele recaíram, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o pedido de licenciamento da obra de *“Construção de um edifício destinado a arrumos e muros de vedação”*, a incidir sobre um prédio rústico, sito em rua da Agroeira, lugar de Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 13297 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo número 3015, com o número de processo 51/18, com data de entrada em 2018/02/16, apresentado por LUÍS ANTÓNIO CORREIA AMARAL, com o NIF 192177095, residente em rua da Ribeira, n.º 6, lugar de Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1. Execução de todos os trabalhos necessários à correta execução da obra, nomeadamente um passeio na extensão total do prédio confinante com a rua da Agroeira, com largura de 1,60m. Os materiais a aplicar no passeio deverão prever blocos de betão, com as dimensões de 0,10mx0,20mx0,06m, após execução de uma base em tout-venant com 0,15m de espessura. O lancil deverá ser de betão pré-fabricado, com uma largura de 0,15m, podendo o passeio ser rebaixado na zona da entrada, utilizando lancil de rampa com 0,40m de largura e lancil lateral com cantos de acabamento.

2. Cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 40,40m², ao longo da frente do prédio confinante com a rua da Agroeira, conforme configuração constante da peça gráfica correspondente à *“PLANTA DE IMPLANTAÇÃO E ARRANJOS EXTERIORES”*, com o número *“Folha n.º 02”*, datada de agosto/2018, entregue a coberto do requerimento n.º 1486/18, datado de 2018/08/14, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação de certidão emitida pela Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.

Mais delibera informar a requerente que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

33. Req.º nº 2097/18, datado de 07/03/2018 - Proc.º n.º 83/18, datado de 20/11/2018 - Márcio Leandro Franco Lavos e Cindya de Sousa Duarte

1090 - Presente requerimento n.º 2097/18, datado de 2018/11/20, constante do processo camarário n.º 83/18, subscrito por **Márcio Leandro Franco Lavos**, com o NIF 227485130 e por **Cindya de Sousa Duarte**, com o NIF 254564968, ambos residentes em rua da Agroeira, n.º 52, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de *“Construção de uma moradia unifamiliar e muro de vedação”*, a incidir sobre um prédio rústico, sito em rua da Agroeira, lugar de Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 16533 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo número 11246, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação camarária datada de 2018/09/03.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2018/11/20, referente aos projetos das especialidades apresentados.

Após a análise da pretensão, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o pedido de licenciamento da obra de “*Construção de uma moradia unifamiliar e muro de vedação*”, a incidir sobre um prédio rústico sito em rua da Agroeira, lugar de Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 16533 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo número 11246, com o número de processo 83/18, com data de entrada em 2018/03/07, apresentado por Márcio Leandro Franco Lavos, com o NIF 227485130 e por Cindy de Sousa Duarte, com o NIF 254564968, ambos residentes em rua da Agroeira, n.º 52, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1. Execução de todos os trabalhos necessários à correta execução da obra, nomeadamente um passeio na extensão total do prédio confinante com a rua da Agroeira, com largura de 1,60m, implantando-se o muro de vedação a executar, à distância de 5,00m relativamente ao eixo da referida via. Devido à inexistência de um sistema de drenagem da plataforma da rua, deverá ser considerada uma berma/valeta no remate do passeio ao pavimento betuminoso da rua, em calçada de calcário ou granito com dimensões de 0,10mx0,10mx0,10m, após execução de uma base em tout-venant com uma espessura mínima de 0,20m. A berma deverá ser executada de modo a fazer uma valeta suave com um fio de água ao meio da berma em calçada. O passeio deverá ser executado em blocos de betão com as dimensões 0,10mx0,20mx0,06m, após execução da camada de base em tout-venant com 0,15m de espessura. O lancil deverá ser em betão pré-fabricado com uma largura de 0,15m e na zona das entradas deverá ser utilizado lancil de rampa com 0.40m de largura e lancil lateral com cantos de acabamento.”.

2. Cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 20,75m², ao longo da frente do prédio confinante com a rua da Agroeira, conforme configuração constante da peça gráfica correspondente à “*Planta de Implantação - Arranjos Exteriores*”, com o número “02”, datada de “06-08-2018”, entregue a coberto do requerimento n.º 1456/18, datado de 2018/08/07, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação de certidão emitida pela Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.

Mais delibera informar os requerentes que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverão, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

34. Req.º nº 1688/18, datado de 18/09/2018 - Proc.º n.º 392/18, datado de 18/09/2018 - José Eduardo Afonso Ribeiro e Tânia Duarte Marques

1091 - Presente requerimento com o registo de entrada n.º 1688/18, datado de 2018/09/18, constante do processo camarário n.º 392/18, inerente ao pedido de licenciamento da obra de “*Construção de moradia unifamiliar e muros de vedação*”, incluindo a demolição de edificações existentes, a levar a efeito num prédio urbano sito na rua Sociedade Instrutiva e Recreativa 1.º de Dezembro, lugar de Pero Neto, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 14620 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 20231, da freguesia de Marinha Grande, apresentado por **José Eduardo Afonso Ribeiro**, com o NIF 213035880 e por **Tânia Duarte**

Marques, com o NIF 224148885, ambos com residência em rua Principal, n.º 547, lugar de Outeiro da Fonte, União das freguesias de Monte Real e Carvide, concelho de Leiria.
Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2018/10/09, que refere que o projeto de arquitetura não se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise do pedido de licenciamento da obra de “*Construção de moradia unifamiliar e muros de vedação*”, incluindo a demolição de edificações existentes, a levar a efeito num prédio urbano sito na rua Sociedade Instrutiva e Recreativa 1.º de Dezembro, lugar de Pero Neto, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 14620 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 20231, da freguesia de Marinha Grande, apresentado por José Eduardo Afonso Ribeiro, com o NIF 213035880 e por Tânia Duarte Marques, com o NIF 224148885, ambos com residência em rua Principal, n.º 547, lugar de Outeiro da Fonte, União das freguesias de Monte Real e Carvide, concelho de Leiria, com o número de processo 392/18, com data de entrada em 2018/09/18, bem como do parecer técnico datado de 2018/10/09, a Câmara Municipal delibera NOTIFICAR os requerentes, nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo – CPA, para se pronunciarem em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias, sobre o presente projeto de indeferimento da pretensão, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art. 24.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, por violar normas legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente os índices e parâmetros urbanísticos definidos no n.º 10 do art. 5.º do regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande, dado apresentar uma área de construção de 372,54m² superior à área de construção máxima permitida de 288,88m², traduzindo-se num índice de construção bruto de 0,3233 superior ao índice máximo de construção de 0,25.

Mais delibera informar os requerentes que, na eventualidade da proposta ser objeto de correção, deverá prever o alargamento do passeio junto da travessa da Sociedade Instrutiva e Recreativa 1.º de Dezembro, de modo a garantir uma largura de 1,60m, estabelecendo-se o alinhamento do muro paralelo ao passeio. O alinhamento do muro da travessa da Sociedade Instrutiva e Recreativa 1.º de Dezembro com o muro da rua Sociedade Instrutiva e Recreativa 1.º de Dezembro, deverá apresentar uma curva de concordância com um raio de 5,00m. Os passeios deverão ser executados em blocos de betão na cor idêntica ao existente na rua, com as dimensões de 0,10mx0,20mx0,06m, após execução de base em tout-venant com 0,15m.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

35. Req.º nº 2056/18, datado de 13/11/2018 - Proc.º nº 565/17, datado de 20/12/2017 - Ricardo José Germano Domingues

1092 - Presente requerimento n.º 2056/18, datado de 2018/11/13, constante do processo camarário n.º 565/17, subscrito por **Ricardo José Germano Domingues**, com o NIF 220083835, residente em rua dos Serradores, loteamento de Feteira, n.º 235, vivenda B, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, inerente ao pedido de licenciamento das alterações à obra de construção de “*Habitação unifamiliar, piscina e muros*”, a levar a efeito num prédio rústico, sito no lugar de Talhões da Vieira, freguesia de

Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 7238 e inscrito na matriz sob o artigo número 5783.
Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2018/11/13, que refere que o projeto de arquitetura não se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise do pedido de licenciamento da obra de construção de “Habitação unifamiliar, piscina e muros”, a levar a efeito num prédio rústico, sito no lugar de Talhões da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 7238 e inscrito na matriz sob o artigo número 5783, com o número de processo 565/17, com data de entrada em 2017/12/20, apresentado por Ricardo José Germano Domingues, com o NIF 220083835, residente em rua dos Serradores, loteamento de Feteira, n.º 235, vivenda B, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, bem como do parecer técnico datado de 2018/11/13, a Câmara Municipal delibera NOTIFICAR o requerente, nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo – CPA, para se pronunciar em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias, sobre o presente projeto de indeferimento da pretensão, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art. 24.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, por violar normas legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente a alínea b) do n.º 1 do art. 18.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, ao propor a alteração da altura dos muros de vedação confinantes com as ruas Dr. Artur Neto de Barros e Armando Filipe Teodósio Pedrosa, passando de uma altura de 0,80m licenciado para uma altura de 1,20m, contrariando o máximo permitido de 0,80m em alvenaria, para os muros de vedação confinantes com arruamentos públicos, podendo de acordo com a alínea c) do mesmo número, elevar-se elementos gradeados, ou sebes vivas, desde que, no seu cômputo geral, não excedam o valor máximo de 1,50m.

Mais delibera informar o requerente que deverá apresentar devida justificação para a apresentação de novo projeto de estabilidade, visto o projeto de arquitetura não apresentar qualquer tipo de alteração.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

36. Req.º nº 261/18, datado de 14/02/2018 - Proc.º n.º 47/18, datado de 14/02/2018 - Horácio Gonçalves Santos

1093 - Presente requerimento n.º 261/18, registado em 2018/02/14, subscrito por **Horácio Gonçalves Santos**, com o NIF 166360635, residente na Rua Miguel Torga, n.º 35, lugar de Várzea, freguesia e concelho de Marinha Grande, constante do processo camarário n.º 47/18, registado em 2018/02/14, referente a pedido de **licenciamento (legalização) da obra de construção de um edifício destinado a habitação coletiva com três fogos de habitação e com quatro compartimentos destinados a arrumos, bem como o licenciamento de obra de ampliação do edifício que se propõe legalizar**, perfazendo nesse edifício o total de três fogos de habitação e quatro compartimentos para arrumos. O edifício que se propõe legalizar encontra-se erigido a tardoz de uma moradia. Os dois edifícios encontram-se erigidos no prédio urbano situado na Rua Ilídio de Oliveira Guerra n.º 16, lugar da Ordem freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o

artigo n.º 20084 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 20369.

Presente parecer técnico datado de 2018/11/14, desfavorável por o pedido apresentar-se manifestamente contrário às normas legais e regulamentares aplicáveis.

Após análise do projeto de arquitetura apresentado pelo requerimento n.º 261/18, registado em 2018/02/14, subscrito por Horácio Gonçalves Santos, com o NIF 166360635, residente na Rua Miguel Torga, n.º 35, lugar de Várzea, freguesia e concelho de Marinha Grande, constante do processo camarário n.º 47/18, registado em 2018/02/14, referente ao pedido de licenciamento (legalização) da obra de construção de um edifício destinado a habitação coletiva e a arrumos, bem como o licenciamento de obra de ampliação do edifício que se propõe legalizar, erigido a tardo de uma moradia existente, no prédio urbano situado na Rua Ilídio de Oliveira Guerra n.º 16, lugar da Ordem freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 20084 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 20369, bem como do parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera:

NOTIFICAR o requerente, nos termos do artigo 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo - CPA, para se pronunciar em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias, sobre o presente projeto de indeferimento da pretensão, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 24º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, por o projeto violar normas legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente:

1 - O projeto traduz densidade habitacional de 47 f/ha, apresentando-se manifestamente contrário à norma legal constante do PMOT vigente, (Plano Diretor Municipal da Marinha Grande - ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/95, de 9 de março, publicada no Diário da República, n.º 94 – 1.º Série-B, de 21 de abril de 1995, alterado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 153/98, de 10 de dezembro, publicada no Diário da República, n.º 300 – 1.º Série-B, de 30 de dezembro de 1998, e Alteração por Adaptação do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande - Aviso n.º 4419/2018, publicada no Diário da República, n.º 66, 2.ª Série, de 04 de abril de 2018), considerando que o prédio se insere no Aglomerado Urbano da Marinha Grande, em espaço designado por “Envolvente da Área Central”, e que, de acordo com o n.º 8 do Artigo 5º do Regulamento do PDM da Marinha Grande, é prevista a densidade habitacional máxima – 40 f/ha para o local;

2 - O projeto viola normas legais e regulamentares contidas no Regulamento Geral das Edificações Urbanas - RGEU, aplicáveis a edifícios e unidades de utilização para habitação, tais como o artigo 66 n.º 1, quanto à definição de compartimentos de habitação e tipologia das habitações; artigo 73.º quanto à disposição da localização de vão de iluminação de compartimentos de habitação, e artigo n.º 84.º n.º 1, quanto ao equipamento mínimo das instalações sanitárias;

3 - Não são asseguradas normas técnicas de acessibilidade a pessoas com deficiência e mobilidade condicionada conforme Decreto-Lei n.º 163/2006, de 08/08.

Acresce que:

- Num prédio situado em espaço urbano é possível construir um edifício com caráter principal e edifícios secundários de uso complementar do edifício principal (anexos).

No presente procedimento é preconizado a construção de dois edifícios sendo ambos de carácter principal.

- O termo de responsabilidade subscrito pelo autor do projeto e termo de responsabilidade subscrito pelo coordenador dos projetos, reporta a não satisfação das normas técnicas do Decreto-Lei n.º 163/2006, de 08/08, alegadamente por isenção de sua aplicação pelo Decreto-Lei n.º 53/2014, de 08/04.

Sem prejuízo das condições de isenções de normas legais e regulamentares conferidas no Decreto-Lei n.º 53/2014, o diploma em questão aplica-se Áreas de Reabilitação Urbana - ARU.

Considerando que o prédio não se encontra em Áreas de Reabilitação Urbana, as disposições contidas no Decreto- Lei n.º 53/2014, de 08/04, não lhe são aplicáveis.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

37. Req.º nº 1165/18, datado de 26/06/2018 - Proc.º n.º 431/2018, datado de 26/06/2018 - Ana Alves Pires

1094 - Presente requerimento com o n.º 1165/18, datado de 26-06-2018, apresentado por Ana Alves Pires, mandatária de Maria Madalena Quilhó Marçal Carrega Marçal Grilo e Ana Maria Quilhó Marçal Carrega, em que é solicitada informação acerca do cumprimento integral, por parte das suas representadas, das cláusulas 1.ª a 7.ª do alvará de compra e venda de um prédio sito em S. Pedro de Moel, emitido pela Câmara Municipal da Marinha Grande a 13-06-1958.

Presente requerimento apresentado pela referida mandatária, com o registo n.º 1908/18, de 19-10-2018, em que a mesma vem informar que as proprietárias do terreno não vão efetuar a alienação do imóvel, sendo a certidão solicitada para efeitos de registo na conservatória do registo predial.

Presente informação jurídica, datada de 30-07-2018, sobre o assunto.

Presente informação dos serviços de fiscalização datada de 31-08-2018.

Por requerimento com o registo de entrada n.º 1165/18, de 26-06-2018, Maria Madalena Quilhó Marçal Carrega Marçal Grilo e Ana Maria Quilhó Marçal Carrega, solicitaram que a Câmara Municipal confirmasse o cumprimento integral das cláusulas 1.ª a 7.ª do “alvará de cedência” de um “talhão de terreno”, de que são proprietárias, sito em S. Pedro de Moel, com a área de 1120 m2, emitido a 13 de junho de 1958.

Analísado o pedido, a informação jurídica datada de 30-07-2018, bem como a informação dos serviços de fiscalização, datada de 31-08-2018, ambas sobre o assunto, a Câmara Municipal considera as cláusulas 1.ª, 2.ª, 4.ª, 6.ª e 7.ª cumpridas e as cláusulas 3.ª e 5.ª, não aplicáveis, pelos motivos que se passam a indicar:

Cláusula 1.ª: No “talhão” em causa foi construída uma moradia, tal como era exigido na cláusula primeira do “alvará de cedência”;

Cláusula 2.ª: A licença para construção com o n.º 267 foi concedida a 09-07-1959 e a vistoria à moradia foi efetuada a 13-05-1960, pelo que a obra ficou concluída dentro do prazo (um ano) estipulado por esta cláusula, sendo que foi iniciada no prazo de seis meses (prazo igualmente imposto por esta cláusula), na medida em que a vistoria para concessão de licença de utilização foi solicitada a 02-02-1960;

Cláusula 3.ª: Esta cláusula - respeitante à reversão do terreno, caso a obra não fosse iniciada ou concluída dentro dos prazos estipulados - não é aplicável à situação, em virtude de as proprietárias terem dado cumprimento à antecedente;

Cláusula 4.ª: Os serviços de fiscalização verificaram no local que tinha sido executado um passeio em calçada miúda, defronte da propriedade, pelo que se considera cumprida a cláusula que exigia que o comprador do terreno construísse um passeio em frente ao seu “talhão”;

Cláusula 5.ª: As proprietárias não pretendem alienar o prédio, pelo que esta cláusula não é aplicável;

Cláusula 6.ª: Deve pressupor-se que, no caso de ter sido necessário abater árvores ou arbustos para implantação da moradia, a respetiva autorização, obrigatória segundo esta cláusula, terá sido concedida pelo respetivo proprietário, identificado, igualmente, nesta cláusula como sendo os “Serviços Florestais e Aquícolas”. Esta suposição suporta-se na circunstância de o abate de árvores ter sido efetuado à vista de todos, inclusive dos referidos serviços, pelo que se considera a presente cláusula cumprida;

Cláusula 7.ª: O auto elaborado, na sequência de vistoria à moradia, considerou que esta tinha sido construída de acordo com o projeto aprovado pela Câmara Municipal em consonância com as normas de construção em vigor, pelo que se deve concluir que o Regulamento de Construções foi cumprido, tal como impunha esta cláusula;

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

38. Req.º nº 2004/16, datado de 28/11/2016 - Proc.º nº 489/16, datado de 28/11/2016 - Bleach Design Unipessoal, Lda

1095 - Presente pedido de **avaliação do estado inicial de conservação de edifício** sito na área de Reabilitação Urbana do Centro da Marinha Grande, para efeitos de candidatura a benefícios fiscais, solicitado por **Bleach Design Unipessoal, Lda.**, com o NIPC 506899080, com sede na Rua Ferreira Custódio Júnior, n.º 1, freguesia e concelho da Marinha Grande, respeitante ao edifício sito no **Largo da Alegria, n.º 1**, freguesia e concelho da Marinha Grande, erigido no prédio descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2.430 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 4522.

Presente Auto de vistoria datado de 11/10/2018, relativo à vistoria realizada em 20/12/2016.

Após análise da pretensão e do auto de vistoria mencionado a Câmara delibera:

Informar a entidade requerente que, tendo em conta os critérios definidos na Portaria n.º 1192-B/2006, de 03 de novembro, bem como o preenchimento da ficha de habilitação aprovada pelo mesmo diploma legal, e conforme auto de vistoria datado de 11/10/2018, ao imóvel sito em Largo da Alegria, n.º 1, freguesia e concelho da Marinha Grande, erigido no prédio descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2.430 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 4522, propriedade de Bleach Design Unipessoal, Lda., com o NIPC 506899080, com sede na Rua Ferreira Custódio Júnior, n.º 1, freguesia e concelho da Marinha Grande, é atribuído o nível de conservação **MÉDIO** correspondendo-lhe o coeficiente de conservação 2,89.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

39. Req.º nº 1086/18, datado de 12/06/2018 - Proc.º nº 402/2018, datado de 12/06/2018 - António João Arraiolos Pires

1096 - Presente pedido de avaliação do estado inicial de conservação de edifício sito na área de Reabilitação Urbana do Centro da Marinha Grande, para efeitos de candidatura a benefícios fiscais, solicitado por **António João Arraiolos Pires**, com o NIF 220469024, com morada em 635, Chemin des 4 Chemins, 06600 Antibes, França, respeitante ao edifício sito na Rua Alexandre Herculano/Rua Marquês de Pombal, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6159 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 20.115.

Presente Auto de vistoria datado de 29/08/2018, relativo à vistoria realizada em 11/07/2018.

Após análise da pretensão e do auto de vistoria mencionado a Câmara delibera:

Informar a entidade requerente que, tendo em conta os critérios definidos na Portaria n.º 1192-B/2006, de 03 de novembro, bem como o preenchimento da ficha de habilitação aprovada pelo mesmo diploma legal, e conforme auto de vistoria datado de 29/08/2018, ao imóvel sito em Rua Alexandre Herculano/Rua Marquês de Pombal, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6159 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 20.115, propriedade de António João Arraiolos Pires, com o NIF 220469024, com morada em 635, Chemin des 4 Chemins, 06600 Antibes, França, é atribuído o nível de conservação MAU correspondendo-lhe o coeficiente de conservação 2,34.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

40. Req.º nº 2026/18, datado de 08/11/2018 - Proc.º n.º 136/17, datado de 11/04/2017 - Guida Maria Letra Fontes Almeida, Paulo Fernando Caçador Fontes Almeida, José Letra Fontes, Liliana Isabel Fonseca Ramos, Maria Elisabete Letra Fontes, Fernando Manuel Letra Fontes e Ana Mónica Martins Pimenta Fontes

1097 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 2026/18, datado de 08/11/2018 apresentado por **Guida Maria Letra Fontes Almeida**, com o NIF 216 333 792, **Paulo Fernando Caçador Fontes Almeida**, com o NIF 204 944 953, ambos residentes na rua das Cavadinhas, n.º 31, Bloco B, R/C Direito, Tojeira de Picassinos, Marinha Grande, **José Letra Fontes**, com o NIF 196 891 060, **Liliana Isabel Fonseca Ramos**, com o NIF 201 271 710, ambos residentes na rua da República, n.º 26, Picassinos, Marinha Grande, **Maria Elisabete Letra Fontes**, com o NIF 216 347 440, residente na rua Damão, n.º 8, 1º Esq.º, Casal dos Ossos, Marinha Grande, **Fernando Manuel Letra Fontes**, com o NIF 198 488 157 e por **Ana Mónica Martins Pimenta Fontes**, com o NIF 212 403 290, ambos residentes na rua Gente da Vieira, n.º 37, Vieira de Leiria, todos representados pelo seu procurador, Joaquim Esperança Ferreira Pimenta, com o NIF 159 672 341, residente na rua N. Sr.ª das Necessidades, n.º 386, Regueira de Pontes, concelho de Leiria, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito no n.º 8 da travessa do Areal, Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, objeto de legalização titulada pelo alvará de obras de obras de legalização n.º 90/18, emitido em 30/10/2018.

Presente parecer técnico datado de 20/11/2018, bem como despacho do do Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017, a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do art.º 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito no n.º 8 da travessa do Areal, Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, propriedade de Guida Maria Letra Fontes Almeida, com o NIF 216 333 792, Paulo Fernando Caçador Fontes Almeida, com o NIF 204 944 953, ambos residentes na rua das Cavadinhas, n.º 31, Bloco B, R/C Direito, Tojeira de Picassinos, Marinha Grande, José Letra Fontes, com o NIF 196 891 060, Liliana Isabel Fonseca Ramos, com o NIF 201 271 710, ambos residentes na rua da República, n.º 26, Picassinos, Marinha Grande, Maria Elisabete Letra Fontes, com o NIF 216 347 440, residente na rua Damão, n.º 8, 1º Esq.º, Casal dos Ossos, Marinha Grande, Fernando Manuel Letra Fontes, com o NIF 198 488 157 e por Ana Mónica Martins Pimenta Fontes, com o NIF 212 403 290, ambos residentes na rua Gente da Vieira, n.º 37, Vieira de Leiria, todos representados pelo seu procurador, Joaquim Esperança Ferreira Pimenta, com o NIF 159 672 341, residente na rua N. Sr.ª das Necessidades, n.º 386, Regueira de Pontes, concelho de Leiria, com a seguinte composição:

1) **Membros efetivos**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Carlos Duarte

2) **Membros suplentes**
Engenheira Maria João
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Nuno Fernandes

Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

41. Req.º nº 1866/18, datado de 15/10/2018 - Proc.º n.º 1334/99, datado de 22/10/1969 - Kurt Falko Prafferott

1098 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 1866/18, datado de 15/10/2018 apresentado por **Kurt Falko Prafferott**, com o NIF 204439116, representado por Fernando Miguel Henriques dos Santos Mendes, com morada em Rua Álvaro Duarte, n.º 18, Embrá, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício, sito em Água de Madeiros, cuja construção foi licenciada no âmbito do processo camarário n.º 1334/99.

Presente parecer técnico datado de 20/11/2018, bem como despacho do do Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017, a determinar a realização da vistoria prevista na alínea b) do nº 2 do art.º 65 do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria edifício, sito em Água de Madeiros, cuja construção foi licenciada no âmbito do processo camarário n.º 1334/99, propriedade de Kurt Falko Prafferott, com o NIF 204439116, representado por Fernando Miguel Henriques dos Santos Mendes, com morada em Rua Álvaro Duarte, n.º 18, Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

1) **Membros efetivos**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Carlos Duarte

2) **Membros suplentes**
Engenheira Maria João
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Nuno Fernandes

Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

42. E/9875/2018 - Pedido de ocupação de espaço público com abertura de vala para execução de baixada eléctrica

1099 - Presente requerimento com o registo de entrada número E/9875/2018, datado de 26/10/2018, apresentado por **ACR – António Cristiano Rosário, Lda.**, com o NIPC 501135340, em representação da EDP Distribuição – Energia, S.A., para abertura de vala para realização de trabalhos em subsolo, referentes à execução de uma baixada de energia elétrica, a levar a cabo na **Rua da Mata Real, Garcia**, freguesia e concelho de Marinha Grande, numa extensão de 7,00 metros.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 06/11/2018, sobre o assunto, bem como despacho proferido em 13/11/2018 pelo Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 7.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/09:

Emitir parecer FAVORÁVEL ao pedido de ocupação da via pública para abertura de vala numa extensão de 7,00 metros, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à execução de uma baixada de energia elétrica, apresentado por ACR – António Cristiano Rosário, Lda., com o NIPC 501135340, em representação da EDP

Distribuição – Energia, S.A., a levar a cabo na Rua da Mata Real, Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) A reposição dos pavimentos deve ser executada com materiais de características e espessuras iguais às existentes, podendo a Câmara Municipal exigir a utilização de material de reposição novo, quando considere necessário.
- b) Os trabalhos de reposição devem incluir a remoção de todos os materiais não utilizados, terras sobrantes, entulhos e equipamentos provisórios, a reposição dos equipamentos, subterrâneos ou de superfície, ou construções afetados ou danificados e a reposição do pavimento retirado e/ou afetado pelo curso destes trabalhos;
- c) Para o efeito, deverão contactar previamente os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- d) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do RMEUMG - Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor, e demais legislação aplicável

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

43. E/9874/2018 - Pedido de ocupação de espaço público com abertura de vala para execução de baixada eléctrica

1100 - Presente requerimento com o registo de entrada número E/9875/2018, datado de 26/10/2018, apresentado por **ACR – António Cristiano Rosário, Lda.**, com o NIPC 501135340, em representação da EDP Distribuição – Energia, S.A., para abertura de vala para realização de trabalhos em subsolo, referentes à execução de uma baixada de energia elétrica, a levar a cabo em **Largo da Alegria**, freguesia e concelho de Marinha Grande, numa extensão de 12,00 metros.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 06/11/2018, sobre o assunto, bem como despacho proferido em 13/11/2018 pelo Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 7.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/09:

Emitir parecer FAVORÁVEL ao pedido de ocupação da via pública para abertura de vala numa extensão de 12,00 metros, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à execução de uma baixada de energia elétrica, apresentado por ACR – António Cristiano Rosário, Lda., com o NIPC 501135340, em representação da EDP Distribuição – Energia, S.A., a levar a cabo em Largo da Alegria, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) A reposição dos pavimentos deve ser executada com materiais de características e espessuras iguais às existentes, podendo a Câmara Municipal exigir a utilização de material de reposição novo, quando considere necessário.
- b) Os trabalhos de reposição devem incluir a remoção de todos os materiais não utilizados, terras sobrantes, entulhos e equipamentos provisórios, a reposição dos equipamentos, subterrâneos ou de superfície, ou construções afetados ou danificados e a reposição do pavimento retirado e/ou afetado pelo curso destes trabalhos;
- c) Para o efeito, deverão contactar previamente os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- d) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do RMEUMG - Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor, e demais legislação aplicável

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

44. E/9846/2018. Pedido de ocupação de espaço público com abertura de vala para execução de baixada eléctrica - CANAS ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.

1101 - Presente requerimento com o registo de entrada número E/9846/2018, datado de 25/10/2018, apresentado por **CANAS ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.**, para abertura de vala numa extensão total de 15,00 metros em espaço público, para realização de trabalhos em subsolo, referentes a uma baixada de energia eléctrica (ramal da EDP), a levar a cabo em **Rua dos Metalúrgicos**, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande.

Presente documento emitido pela EDP, concessionária do serviço público de energia eléctrica, a atribuir qualificação à sociedade requerente para realização de obras na rede de distribuição de energia eléctrica da EDP Distribuição.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 08/11/2018, sobre o assunto bem como despacho proferido em 20/11/2018 pelo do Sr. Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 7.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/09:

Emitir PARECER FAVORÁVEL ao pedido de ocupação da via pública para abertura de vala numa extensão de 15,00 metros de espaço público, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Energia Elétrica, apresentado por **CANAS ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.**, a levar a cabo em **Rua dos Metalúrgicos**, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos deverão ser adequadamente repostos, assim como toda a sinalização horizontal eventualmente danificada.
- b) A reposição de pavimentos deve ser executada com materiais de características e espessura iguais às existentes, podendo os serviços da Câmara Municipal exigir a utilização de material de reposição novo, quando considere necessário;
- c) Os trabalhos de reposição devem incluir a remoção de todos os materiais não utilizados, terras sobrantes, entulhos e equipamentos provisórios, a reposição de equipamentos, subterrâneos ou de superfície, ou construções afetadas e a reposição do pavimento retirado e/ou afetado pelo curso destes trabalhos;
- d) Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- e) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMG), em vigor, e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

45. Req.º nº 1324/18, datado de 18/07/2018 - Proc.º n.º 145/17, datado de 17/04/2017 - Júlio Manuel Gaspar Duarte Moleirinho

1102 - Presente processo camarário n.º 145/17, referente à “Operação de Loteamento Urbano com Obras de Urbanização”, a incidir sobre um prédio rústico, sito no gaveto da rua do Clube Desportivo da Garcia, com a rua do Bico, lugar de Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 20267 e inscrito na respetiva matriz rústica sob o número 8668, cujo titular é **Júlio Manuel Gaspar Duarte Moleirinho**, com o NIF 133928454, com residência em largo do Rossio, n.º 4, lugar de Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande, sobre o qual recaiu em 2018/10/28, a seguinte deliberação camarária:

*“Presente requerimento n.º 1324/18, datado de 2018/07/18, constante do processo camarário n.º 145/17, subscrito por **Júlio Manuel Gaspar Duarte Moleirinho**, com o NIF 133928454, com residência em largo do Rossio, n.º 4, lugar de Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande, pelo qual são apresentados os projetos das obras de urbanização inerentes ao licenciamento da “Operação de Loteamento Urbano com Obras de Urbanização”, a incidir sobre um prédio rústico, sito no gaveto da rua do Clube Desportivo da Garcia, com a rua do Bico, lugar de Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 20267 e inscrito na respetiva matriz rústica sob o número 8668, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação camarária datada de 2018/02/18.*

Presente parecer técnico dos serviços datado de 2018/10/23, referente aos projetos das obras de urbanização apresentados.

Após análise da pretensão, bem como do referido parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara delibera:

Deferir, nos termos do disposto no art. 26.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação - RJUE, a “Operação de Loteamento Urbano com Obras de Urbanização”, a incidir sobre um prédio rústico, sito no gaveto da rua do Clube Desportivo da Garcia, com a rua do Bico, lugar de Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 20267 e inscrito na respetiva matriz rústica sob o número 8668, com o condicionalismo da prestação de

caução destinada a garantir a boa e regular execução das Obras de Urbanização, nos termos do art. 54.º do RJUE, no valor de **€ 37.995,95 (trinta e nove mil novecentos e noventa e cinco euros e noventa e cinco cêntimos)**, referente às seguintes componentes:

| COMPONENTES | VALOR |
|-------------------------------------|-------------|
| Infraestrutura Viária | € 17.894,07 |
| Rede de Abastecimento de Água | € 2.187,44 |
| Rede de Águas Residuais Domésticas | € 2.799,19 |
| Rede de Gás Natural | € 3.775,00 |
| Infraestruturas Elétricas | € 6.362,50 |
| Infraestruturas de Telecomunicações | € 4.937,75 |
| TOTAL | € 37.995,95 |

Delibera ainda, nos termos do art. 53.º do RJUE, estabelecer um prazo de execução de 6 meses para a realização das respetivas obras de urbanização.

Mais informa que deverá comunicar aos respetivos serviços, o início das obras de urbanização a levar a efeito.”.

Presente informação técnica dos serviços, datada de 2018/11/21, referindo a existência de um erro no somatório dos valores das diferentes componentes das obras de urbanização, propondo a correção do valor total de € 37.995,95 (trinta e nove mil novecentos e noventa e cinco euros e noventa e cinco cêntimos), para o valor correto de € 37.955,95 (trinta e nove mil novecentos e cinquenta e cinco euros e noventa e cinco cêntimos).

Após análise da pretensão, bem como do referido parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara delibera retificar a referida deliberação, sendo que, onde se lê:

“(…)”

Deferir, nos termos do disposto no art. 26.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação - RJUE, a “Operação de Loteamento Urbano com Obras de Urbanização”, a incidir sobre um prédio rústico, sito no gaveto da rua do Clube Desportivo da Garcia, com a rua do Bico, lugar de Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 20267 e inscrito na respetiva matriz rústica sob o número 8668, com o condicionalismo da prestação de caução destinada a garantir a boa e regular execução das Obras de Urbanização, nos termos do art. 54.º do RJUE, no valor de € 37.995,95 (trinta e nove mil novecentos e noventa e cinco euros e noventa e cinco cêntimos), referente às seguintes componentes:

| COMPONENTES | VALOR |
|-------------------------------------|-------------|
| Infraestrutura Viária | € 17.894,07 |
| Rede de Abastecimento de Água | € 2.187,44 |
| Rede de Águas Residuais Domésticas | € 2.799,19 |
| Rede de Gás Natural | € 3.775,00 |
| Infraestruturas Elétricas | € 6.362,50 |
| Infraestruturas de Telecomunicações | € 4.937,75 |
| TOTAL | € 37.995,95 |

(…)”

Deverá ler-se:

“(...)

Deferir, nos termos do disposto no art. 26.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação - RJUE, a “Operação de Loteamento Urbano com Obras de Urbanização”, a incidir sobre um prédio rústico, sito no gaveto da rua do Clube Desportivo da Garcia, com a rua do Bico, lugar de Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 20267 e inscrito na respetiva matriz rústica sob o número 8668, com o condicionalismo da prestação de caução destinada a garantir a boa e regular execução das Obras de Urbanização, nos termos do art. 54.º do RJUE, no valor de € 37.955,95 (trinta e sete mil novecentos e cinquenta e cinco euros e noventa e cinco cêntimos), referente às seguintes componentes:

| COMPONENTES | VALOR |
|-------------------------------------|-------------|
| Infraestrutura Viária | € 17.894,07 |
| Rede de Abastecimento de Água | € 2.187,44 |
| Rede de Águas Residuais Domésticas | € 2.799,19 |
| Rede de Gás Natural | € 3.775,00 |
| Infraestruturas Elétricas | € 6.362,50 |
| Infraestruturas de Telecomunicações | € 4.937,75 |
| TOTAL | € 37.955,95 |

(...)”

Mais delibera retificar o contrato de obras de urbanização anexo à referida deliberação, no que se refere à “CLÁUSULA 4.ª (Valor das obras)”, sendo que, onde se lê:

“(...)

1 - O valor das obras a realizar é de € 37.995,95 (trinta e sete mil novecentos e noventa e cinco euros e noventa e cinco cêntimos).

(...)”

Deverá ler-se:

“(...)

1 - O valor das obras a realizar é de € 37.955,95 (trinta e sete mil novecentos e cinquenta e cinco euros e noventa e cinco cêntimos).

(...)”

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADANIA

INTERVENÇÃO CULTURAL

46. Cedência da Casa da Cultura Teatro Stephens para realização da Gala dos 15 anos - Associação Salto Inteligente “Nelly’s Dance” - Pedido de alteração de data de cedência

1103 - Presente o requerimento com o registo de entrada n.º 10275/2018, de Nelly Ferreira Presidente da Associação sem fins lucrativos, Salto Inteligente, entregue na sequência da notificação relativa à cedência da utilização do Teatro Stephens para o dia 11 de novembro, em que é solicitada a alteração da data para realização da Gala dos 15 anos, para março ou abril de 2019 para que tenham mais tempo de preparação.

Presente igualmente a Informação Técnica com o n.º 2946/2018 na qual é feito o enquadramento do pedido face à legislação aplicável (cfr. anexo).

Considerando que de acordo com n.ºs 2 e 3 do artigo 7.º do Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens a programação de atividades desta sala de espetáculos pode incluir eventos propostos e organizados por entidades exteriores desde que aprovados pela autarquia.

Considerando que a referida aprovação depende da verificação dos pressupostos referidos no n.º 4 do artigo 7.º ou seja “A realização dos eventos propostos por entidades exteriores está dependente das características e objetivos das ações propostas, do seu interesse cultural, cívico ou outro, da capacidade de resposta dos meios técnicos instalados e da adaptabilidade do espaço”. No caso em apreço consideramos que o interesse cultural está acautelado na medida em que através da atividade proposta, são prosseguidos fins culturais e pedagógicos com os quais a autarquia se identifica. A realização desta Gala dos 15 anos, pretende assinalar e dar a conhecer a atividade prosseguida pela Associação no concelho da Marinha Grande, através da Escola Nelly’s Dance que promove o ensino das danças urbanas a um conjunto alargado de jovens marinhenses, designadamente na área do hip hop.

Considerando no entanto, que ao abrigo do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande só estão isentas do pagamento de taxas “*As associações de bombeiros, as fundações e as associações culturais, desportivas ou recreativas legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, relativamente aos actos, factos ou actividades que se destinem directamente à prossecução dos seus fins estatutários*”, o que não acontece no caso em apreço, pois apesar da escola NELLY’S DANCE relacionada com a Associação Salto Inteligente se situar no concelho da Marinha Grande, a Associação tem de facto sede no concelho de Leiria.

A Câmara Municipal da Marinha Grande analisou a proposta e delibera ceder a utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens no dia 7 de abril de 2019 para realização da Gala dos 15 anos bem como assegurar o pessoal de apoio (4 sala e 1 produção) nas seguintes condições:

- **A Associação Salto Inteligente fica responsável pelo pagamento de taxa devida pela utilização da Casa da Cultura conforme previsto no artigo 33º n.º 1 do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande;**
- **A Associação Salto Inteligente fica responsável pelo pagamento dos técnicos de som e luminotecnia que prestam serviço no Teatro;**
- **A Associação Salto Inteligente fica responsável pelo eventual pagamento de direitos de autor devidos à respetiva Sociedade Portuguesa de Autores e pela licença de representação a emitir pelo IGAC – Inspeção Geral das Atividades Culturais;**
- **A Associação Salto Inteligente fica responsável pela elaboração dos bilhetes (cf. modelo a fornecer pelo município) e pela sua distribuição;**
- **A Associação Salto Inteligente deve ainda garantir o cumprimento das obrigações de utilizador previstas no artigo 17.º do Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

47. Cedência da Casa da Cultura Teatro Stephens para realização de sessão do Conselho Nacional da Confederação Nacional das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto - 8 de dezembro

1104 - Presente o requerimento com o registo de entrada n.º 10263/2018, da Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto, relativo ao pedido de cedência da Casa da Cultura Teatro Stephens, para realização duma Sessão do Conselho Nacional daquela entidade, no dia 8 de Dezembro de 2018, das 9 às 18 horas com a presença de 100 a 150 membros dos órgãos sociais desta Confederação.

Presente igualmente a Informação Técnica com o n.º 2969/2018 na qual é feito o enquadramento do pedido face à legislação aplicável (cfr. anexo).

Considerando que de acordo com n.ºs 2 e 3 do artigo 7.º do Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens a programação de atividades desta sala de espetáculos pode incluir eventos propostos e organizados por entidades exteriores desde que aprovados pela autarquia.

Considerando que a referida aprovação depende da verificação dos pressupostos referidos no n.º 4 do artigo 7.º ou seja "A realização dos eventos propostos por entidades exteriores está dependente das características e objetivos das ações propostas, do seu interesse cultural, cívico ou outro, da capacidade de resposta dos meios técnicos instalados e da adaptabilidade do espaço". No caso em apreço consideramos que o interesse cívico.

Considerando no entanto, que ao abrigo do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande só estão isentas do pagamento de taxas "As associações de bombeiros, as fundações e as associações culturais, desportivas ou recreativas legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, relativamente aos actos, factos ou actividades que se destinem directamente à prossecução dos seus fins estatutários", o que não acontece no caso em apreço.

A Câmara Municipal da Marinha Grande analisou a proposta e delibera ceder a utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens para realização da Sessão do Conselho Nacional da Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto, no dia 8 de dezembro e nas seguintes condições:

- O horário do evento terá de se compatibilizar com o horário de funcionamento do Museu do Vidro, ou seja decorrer entre as 10h00 e as 13h00 e as 14h00 e as 18h00;
- A Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto fica responsável pelo pagamento de taxa devida pela utilização da Casa da Cultura conforme previsto no artigo 33º n.º 1 do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande;
- A Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto fica responsável pelo pagamento dos técnicos de som e luminotecnia que prestam serviço no Teatro;
- A Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto deve ainda garantir o cumprimento das obrigações de utilizador previstas no artigo 17.º do Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

48. Isenção de taxas de ingresso na Casa-Museu Afonso Lopes Vieira – ASURPI - Associação Sindical União de Reformados, Pensionistas e Idosos da Marinha Grande - Ratificação de despacho

Sobre este processo registaram-se as seguintes intervenções:

Os Srs. Vereadores do MpM referiram o seguinte:

“Solicito que a Sra. Presidente explique este ponto, sff.

Não está em causa a isenção de taxas de ingresso da ASURPI, na Casa Museu Afonso Lopes Vieira. Oxalá muitas associações e municípios visitassem os museus na Marinha Grande.

No entanto, como vem hoje à reunião e sabemos que a Casa Museu Afonso Lopes Vieira tem o telhado danificado desde o Leslie em 13 de Outubro, quis saber como será feita este ingresso, dado o estado em que o interior deve estar. Entendi depois que este pedido de isenção é para um evento que se realizou a 27 de outubro. Ora o que tem sido aqui afirmado é que as isenções devem ser deliberadas antes dos eventos acontecerem, o que não é o caso. Vem depois um despacho assinado pela Sra. Presidente com data de 24 de outubro, ou seja, antes da realização do evento. E tudo estaria sanado. No entanto, neste despacho de 24 de outubro, vem uma afirmação que não entendemos: “O presente despacho deverá ser ratificado na Reunião de Câmara de 26 de novembro de 2018.”

Então se o despacho é de 24 de outubro, para um evento a 27 de outubro, qual a razão de no despacho afirmar que só seria ratificado na reunião de camara de 26 de novembro, quando, após o despacho a 24 de outubro, já houve reuniões de camara onde se podia, e devia, ratificar?

Qual o motivo do rigor do despacho mencionar que teria de ser ratificado “apenas” na reunião de 26 de novembro?

Será que não houve algum lapso? E se for explicado que existiu, não seria mais fácil para todos nós?”

A **Sr.ª Presidente** disse que poderá ter sido um lapso.

Seguidamente colocou a votação a seguinte proposta:

1105 - Presente o pedido de isenção de taxas de ingresso na Casa-Museu Afonso Lopes Vieira remetido pela ASURPI – Associação Sindical União dos Reformados, Pensionistas e Idosos da Marinha Grande, com o registo n.º E/9572/2018, datado de 23 de outubro de 2018. A visita será realizada por um grupo de cerca de 36 pessoas, no âmbito dos serões de música “O Despertar da Poesia” e encontra-se agendada para o dia 27 de outubro de 2018;

Considerando que:

- Que a alínea c), do n.º 3, do artigo 14.º, do regulamento e tabela de taxas e licenças do Município da Marinha Grande define que ficam isentos do pagamento de taxas previstas no regulamento e respetiva tabela “as pessoas coletivas de utilidade pública e solidariedade social, relativamente aos actos, factos ou atividades que visem exclusivamente a prossecução dos seus fins estatutários, desde que beneficiem de isenção ou redução de IRC (...) e cuja sede se situe no concelho da Marinha Grande”. Definem ainda as alíneas a) e b), do n.º 5, que as isenções previstas na alínea c) do n.º 3 no artigo 14.º carecem de formalização de pedido fundamentado e acompanhado, designadamente de fotocópia simples de documento comprovativo da natureza jurídica das entidades e da sua finalidade estatutária e ainda de comprovativo da isenção ou redução de IRC;

- Que a alínea b), do n.º 3, do artigo 14.º, do regulamento e tabela de taxas e licenças do Município da Marinha Grande define que ficam isentas do pagamento de taxas previstas no regulamento e respetiva tabela *"(...) as associações culturais, desportivas ou recreativas legalmente constituídas sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, relativamente aos atos, factos ou atividades que se destinem diretamente à prossecução dos seus fins estatutários."*;

- Que a alínea e) do n.º 4 do artigo 14.º do regulamento e tabela de taxas e licenças do Município da Marinha Grande define que *"nos museus municipais ficam isentos de pagamento das taxas de ingresso as visitas organizadas (...) por entidades legalmente constituídas por reformados, pensionistas e idosos."*;

- Que define ainda a alínea a), do n.º 5, que as isenções previstas no artigo 14.º carecem de formalização de pedido fundamentado e acompanhado, designadamente de fotocópia simples de documento comprovativo da natureza jurídica das entidades e da sua finalidade estatutária;

- Que em anexo se encontra cópia do cartão de identificação de pessoa coletiva, onde se pode comprovar a natureza jurídica da entidade enquanto associação;

- Que em anexo se encontra cópia da constituição da associação e respetivos estatutos, publicada na III Série do Diário da República de 23 de maio de 1979, na qual se pode ler no n.º 1 do artigo 2.º que a mesma tem por objeto *"Defender os interesses dos reformados, pensionistas e idosos, promovendo todas as diligências para esse fim"*, e ainda que para a prossecução desse fim a associação deve promover *"reuniões de convívio, viagens de estudo e recreio"*, conforme estipulado no n.º 1 do artigo 3.º dos estatutos;

- Que com estes documentos está comprovada a natureza jurídica e a finalidade da entidade ASURPI – Associação Sindical União dos Reformados, Pensionistas e Idosos da Marinha Grande.

- A entidade tem sede no concelho.

- Considerando ainda que a Sra. Presidente, ao abrigo do artigo 35.º, n.º 3, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, em conjugação com alínea c), do n.º 3, do artigo 14.º, do regulamento e tabela de taxas e licenças do Município da Marinha Grande, autorizou o pedido nos termos propostos, uma vez que:

- Não foi possível reunir extraordinariamente a Câmara Municipal por impossibilidade temporal e logística;

- A isenção estava prevista na alínea c) do n.º 3 e na alínea e) do n.º 4 do artigo 14.º, do regulamento e tabela de taxas e licenças do Município da Marinha Grande;

- O requerente formalizou o pedido com documento que comprova a sua natureza jurídica e finalidade, tal como definido nas alíneas a) e b), do n.º 5, do regulamento e tabela de taxas e licenças do Município da Marinha Grande;

A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ratificar o despacho n.º 474/2018 da Sra. Presidente que isenta a ASURPI – Associação Sindical União dos Reformados, Pensionistas e Idosos da Marinha Grande do pagamento de taxas de ingresso na Casa-Museu Afonso Lopes Vieira no dia 27 de outubro de 2018, para um total de cerca de trinta e seis pessoas, conforme previsto no citado artigo 35.º, n.º 3, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

49. Atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza cultural em 2018: SPM – Associação para a Promoção do Turismo de S. Pedro de Moel – Passagem de ano em S. Pedro de Moel 2018-2019.

Os Srs. Vereadores do MpM referiram o seguinte:

“Concordamos em pleno com esta e outras candidaturas para apoios aos clubes e associações. No entanto, não podemos concordar com a discricionariedade deste regulamento que temos. Sem prejuízo para o projeto, pois nem este, nem qualquer outro apoio, alguma vez deixou de ser atribuído por responsabilidade dos vereadores do MPM, mas porque discordando dos CRITÉRIOS, vamos continuar a abster-nos, com declaração de voto, até este executivo permanente decidir alterar os regulamentos que tanto prejudicam as associações.”

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** disse que não tem nada contra que se apoie a Vieira, mas discorda deste critério, porque aqui o “truque” é pedir muito. Entende que a Sr.ª Vereadora deveria analisar os projetos à luz do interesse municipal para o concelho, porque assim está-se a amputar S. Pedro de levar a cabo um projeto valiosíssimo.

A **Sr.ª Vereadora Célia Guerra** disse que não concorda nada com a Sr.ª Vereadora, e referiu que os dois projetos foram amplamente analisados e discutidos com as duas comissões das iniciativas, tendo-se chegado a este entendimento.

Seguidamente foi colocada a votação a seguinte proposta:

1106 - Presente deliberação de 13 de agosto de 2018, na qual a Câmara Municipal decidiu, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º, e do n.º 4 do artigo 14.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente.

Atividade Pontual:

| REGISTO | NIF | ENTIDADE | OBJETIVO | CLASSIFICAÇÃO |
|----------------------------|-----------|---|---|---------------|
| E/6746/2018 18 de julho | 510447562 | SPM - Associação para a Promoção do Turismo de S. Pedro de Moel | Passagem de Ano 2018/2019 em S. Pedro de Moel | 29,6 pontos |

Presente informação com n.º de registo I/2862/2018, de 5 de novembro, da Divisão de Desenvolvimento da Cidadania, na qual se dá conhecimento à Câmara Municipal que, nesta fase, a entidade **SPM Associação para a Promoção do Turismo de S. Pedro de Moel** preenche todos os requisitos previstos no art.º 6.º do Regulamento, propondo a atribuição de apoio financeiro para a realização Passagem de Ano 2018/2019 na Praia de S. Pedro de Moel.

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido.

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio da educação, cultura, desporto, ação social e promoção do desenvolvimento, nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa e outras de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei supracitada;

Considerada a existência de dotação financeira na ação 2018/A/168;

Considerados os critérios definidos no Regulamento e a verba prevista em Plano de Atividades Municipais;

Considerada a análise dos fatores acima descritos e a definição do valor do apoio financeiro a atribuir;

Atendendo a que a entidade tem a sua situação regularizada perante a Autoridade Tributária e Segurança Social e as suas obrigações cumpridas perante o Município da Marinha Grande, nos termos do artigo 6.º do Regulamento.

A Câmara Municipal apreciou a proposta, com a qual concorda na íntegra, e ao abrigo da competência conferida pela alínea u) do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios e Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera conceder o seguinte apoio financeiro:

| REGISTO | NIF | ENTIDADE | OBJETIVO | CLASSIFICAÇÃO | AÇÃO | VALOR ATRIBUIR |
|----------------------------|-----------|---|---|---------------|------------|----------------|
| E/6746/2018 18 de julho | 510447562 | SPM - Associação para a Promoção do Turismo de S. Pedro de Moel | Passagem de Ano 2018/2019 em S. Pedro de Moel | 29,6 pontos | 2018/A/168 | 15.000,00€ |

Mais delibera, em cumprimento do previsto nos artigos 18º e 20º, nº 1, do Regulamento, aprovar a minuta do Contrato- Programa a celebrar com a entidade beneficiária, em anexo.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e Mêlina Mira, que proferiram a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.

Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da

CCDRCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está atualizado.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abstermo-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

EDUCAÇÃO E JUVENTUDE

50. Atribuição de subsídios escolares a alunos carenciados – Escolas do 1.º ciclo e jardins-de-infância do Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente – ano letivo 2018/2019 – 1.ª fase

1107 - Presente informação n.º 2859/2018 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, datada de 05/11/2018, referente ao processo de atribuição de subsídios escolares aos alunos carenciados do 1º ciclo do ensino básico e jardins-de-infância do concelho da Marinha Grande, pertencentes ao Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente.

Considerando que o despacho n.º 8452-A/2015, datado de 31 de julho, alterado pelos Despachos n.º 5296/2017, de 16 de julho e 7255/2018, de 31 de julho, em conformidade com o Decreto-lei nº 55/2009, de 2 de março, sistematiza e atualiza a norma reguladora da ação social, facilitando assim o acesso à mesma.

Considerando que as normas legais anteriormente mencionadas constituem a base de trabalho para os agentes que atuam nesta área, nomeadamente os Municípios.

Considerando que o Despacho n.º 7255/2018, de 31 de julho, vem acentuar o papel da ação social escolar, como meio de combate às desigualdades sociais e de promoção do rendimento escolar.

Considerando que nos termos do presente Despacho, a atribuição dos subsídios escolares continua a estar dependente do posicionamento do aluno nos escalões do abono de família (ao 1.º escalão de apoio corresponde o escalão A e ao 2.º escalão, o B);

Considerando que o município dispõe de atribuições no domínio da educação, conforme prevê a alínea d) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que a entidade abaixo mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, conforme certidões que se encontram devidamente arquivadas na Divisão Administrativa e Financeira desta autarquia.

A Câmara Municipal apreciou a informação e conforme competência estipulada na alínea hh) do nº 1, do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro delibera atribuir ao Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente, o seguinte subsídio:

- Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente com sede na Rua Prof. Nery Capucho, 2430 – 231 Marinha Grande, n.º fiscal 600 076 768**

Total de Pedidos: 351

Valor do subsídio escolar a atribuir: 10.015,00€ (Dez mil e quinze euros)

Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente

| TOTAIS ALUNOS | ALUNOS A | ALUNOS B | Excluídos | Total |
|---------------|----------|----------|-----------|-------|
| PRÉ-ESCOLAR | 51 | 41 | 32 | 124 |
| 1º CEB | 129 | 64 | 34 | 227 |
| TOTAL GERAL | 180 | 105 | 66 | 351 |

| TOTAIS VERBAS | ESCALÃO A | ESCALÃO B | Excluídos | Total | Ação Plano |
|-------------------|-----------|-----------|-----------|---------|------------|
| PRÉ-ESCOLAR | 2.550€ | 1.025€ | 0€ | 3.575€ | A/62/2016 |
| 1º CEB | 5.160€ | 1.280€ | 0€ | 6.440€ | A/63/2016 |
| TOTAL AGR. POENTE | 7.710€ | 2.305€ | 0€ | 10.015€ | |

Para a atribuição dos referidos subsídios, as verbas a retirar serão as que se encontram contempladas nas ações A/62/2016 e A/63/2016 do Plano de Atividades Municipais para 2018.

Mais delibera que a entidade contemplada com o subsídio supramencionado deverá, obrigatoriamente, evidenciar a realização/concretização inequívoca do objeto do apoio financeiro e apresentar até 30 de novembro de 2019, relatório de receitas e despesas que incluam esse mesmo objeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

51. Apoio ao Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente para material didático de recreio, consumíveis e outros bens para o funcionamento das respetivas escolas do 1º ciclo do ensino básico e jardins de infância, referente aos 1º, 2.º e 3.º períodos do ano letivo 2018/2019.

1108 - Presente informação n.º 2824/2018 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento de 2/11/2018 referente à atribuição de apoio ao Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente, para material didático e outros bens, conforme competência que decorre da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, referente aos 1.ºs, 2.ºs e 3.ºs períodos do ano letivo de 2018/2019.

Considerando que os montantes foram definidos em função dos elementos quantitativos de alunos e salas em funcionamento no referido Agrupamento para o ano letivo 2018/2019;

Considerando que a entidade abaixo mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui, nesta data, a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e Finanças, conforme certidões que se encontram devidamente arquivadas na Divisão Administrativa e Financeira.

A Câmara Municipal apreciou a informação e tendo em conta que é da competência da Câmara Municipal apoiar atividades de natureza educativa, conforme disposto na alínea u) do nº 1 do artigo 33.º da lei n.º 75/2013, de 12 setembro, delibera atribuir ao Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente, com sede na Rua Professor Alberto Nery Capucho, 2430- 231 Marinha Grande, nº fiscal 600 067 768, um subsídio no valor de 25.560,00€ (vinte e cinco mil quinhentos e sessenta euros), referente ao 1.º, 2.º e 3.º período do ano letivo 2018/2019, destinado a comparticipar nas despesas de aquisição de material didático, de recreio e de consumíveis e outros bens, conforme descrito no mapa seguinte:

VALORES DOS SUBSÍDIOS

| | 2018 | 2019 | Ação do plano |
|-------------|------------|-------------|---------------|
| Pré-Escolar | 2.400,00 € | 4.800,00 € | 2016/A/56 |
| 1º Ciclo | 4.350,00 € | 8.700,00 € | 2016/ A/59 |
| AAAF salas | 1.500,00 € | 3.000,00 € | 2016/ A/56 |
| Mediatecas | 270,00 € | 540,00 € | 2016/A/59 |
| Total | 8.520,00 € | 17.040,00 € | 25.560,00 € |
| Total Geral | | | 25.560,00€ |

| | 2018 | 2019 | Total |
|-------------|------------|------------|-------------|
| Poente JI | 3.900,00 € | 7.800,00 € | 11.700,00 € |
| Poente EB | 4.620,00 € | 9.240,00 € | 13.860,00 € |
| TOTAL FINAL | | | 25.560,00 € |

Estes apoios têm cabimento na rubrica 06/040305 das ações 2016 A/56 e 2016 A/59, conforme descrito no mapa acima.

Mais delibera que a entidade contemplada com o subsídio supramencionado deverá, obrigatoriamente, evidenciar a realização/concretização inequívoca do objeto do apoio financeiro e a apresentar um relatório de receitas e despesas, complementado com cópia dos respetivos comprovativos de despesa, até 30 de novembro de 2019.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

52. Atribuição de subsídios escolares a alunos carenciados – escolas do 1.º ciclo e jardins-de-infância do Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente – ano letivo 2018/2019 – 1.ª fase

1109 - Presente informação n.º 2975/2018 da Divisão de Desenvolvimento da Cidadania, datada de 19/11/2018, referente ao processo de atribuição de subsídios escolares aos alunos carenciados do 1.º ciclo do ensino básico e jardins-de-infância do concelho da Marinha Grande, pertencentes ao Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente.

Considerando que o Despacho n.º 8452-A/2015, datado de 31 de julho, alterado pelos Despachos n.º 5296/2017, de 16 de julho e 7255/2018, de 31 de julho, em conformidade com o Decreto-lei nº 55/2009, de 2 de março, sistematiza e atualiza a norma reguladora da ação social, facilitando assim o acesso à mesma.

Considerando que as normas legais anteriormente mencionadas constituem a base de trabalho para os agentes que atuam nesta área, nomeadamente os Municípios.

Considerando que o Despacho n.º 7255/2018, de 31 de julho, vem acentuar o papel da ação social escolar, como meio de combate às desigualdades sociais e de promoção do rendimento escolar.

Considerando que nos termos do presente Despacho, a atribuição dos subsídios escolares continua a estar dependente do posicionamento do aluno nos escalões do abono de família (ao 1.º escalão de apoio corresponde o escalão A e ao 2.º escalão, o B);

Considerando que o município dispõe de atribuições no domínio da educação, conforme prevê a alínea d) do n.º2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que a entidade abaixo mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, conforme certidões que se encontram devidamente arquivadas na Divisão Administrativa e Financeira desta autarquia.

A Câmara Municipal apreciou a informação e conforme competência estipulada na alínea hh) do nº 1, do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro delibera atribuir ao Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente, o seguinte subsídio:

- **Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente com sede na Rua Prof.ª Amélia Cândida - Boavista, 2430 – 053 Marinha Grande, n.º fiscal 600 075 761**

Total de Pedidos: **305**

Valor do subsídio escolar a atribuir: 9.005,00€ (Nove mil e cinco euros)

Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente

| TOTAIS ALUNOS | ALUNOS A | ALUNOS B | Excluídos | Total |
|---------------|----------|----------|-----------|-------|
| PRÉ-ESCOLAR | 50 | 33 | 14 | 97 |
| 1º CEB | 98 | 88 | 22 | 208 |
| TOTAL GERAL | 148 | 121 | 36 | 305 |

| TOTAIS VERBAS | ESCALÃO A | ESCALÃO B | Excluídos | Total | Ação Plano |
|---------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|
| PRÉ-ESCOLAR | 2.500,00€ | 825,00€ | 0€ | 3.325,00€ | 2016/A/62 |
| 1º CEB | 3.920,00€ | 1.760,00€ | 0€ | 5.680,00€ | 2016/A/63 |
| TOTAL AGR. NASCENTE | 6.420,00€ | 2.585,00€ | 0€ | 9.005,00€ | |

Para a atribuição dos referidos subsídios, as verbas a retirar serão as que se encontram contempladas nas ações 2016/A/62 e 2016/A/63 do Plano de Atividades Municipais para 2018.

Mais delibera que a entidade contemplada com o subsídio supramencionado deverá, obrigatoriamente, evidenciar a realização/concretização inequívoca do objeto do apoio financeiro e apresentar até 30 de setembro de 2019, relatório de receitas e despesas que incluam esse mesmo objeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

53. Apoio ao Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente para material didático de recreio, consumíveis e outros bens para o funcionamento das respetivas escolas do 1.º ciclo do ensino básico e jardins de infância, referente aos 1.º, 2.º e 3.º períodos do ano letivo 2018/2019.

1110 - Presente informação n.º 2825/2018 da Divisão de Desenvolvimento da Cidadania, de 19/11/2018, referente à atribuição de apoio ao Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente, para material didático e outros bens, conforme competência que decorre da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, referente ao 1.º, 2.º e 3.º períodos do ano letivo de 2018/2019.

Considerando que os montantes foram definidos em função dos elementos quantitativos de alunos e salas em funcionamento no referido Agrupamento para o ano letivo 2018/2019;

Considerando que a entidade abaixo mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui, nesta data, a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e Finanças, conforme certidões que se encontram devidamente arquivadas na Divisão Administrativa e Financeira.

A Câmara Municipal apreciou a informação e tendo em conta que é da competência da Câmara Municipal apoiar atividades de natureza educativa, conforme disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro, delibera atribuir ao Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente, com sede na Rua Dr.ª Amélia Cândida, Ponto da Boavista, 2430- 053 Marinha Grande, nº fiscal 600 075 761, um subsídio no valor de 24.390,00€ (vinte e quatro mil trezentos e noventa euros),

referente ao 1.º, 2.º e 3.º período do ano letivo 2018/2019, destinado a comparticipar nas despesas de aquisição de material didático, de recreio e de consumíveis e outros bens, conforme descrito no mapa seguinte:

VALORES DOS SUBSÍDIOS

| | 2018 | 2019 | Ação do plano |
|-------------|-----------|------------|---------------|
| Pré-Escolar | 1.950,00€ | 3.900,00€ | 2016/A/56 |
| 1º Ciclo | 4.500,00€ | 9.000,00€ | 2016/A/59 |
| AAAF salas | 1.500,00€ | 3.000,00€ | 2016/A/56 |
| Mediatecas | 180,00€ | 360,00€ | 2016/A/59 |
| Total | 8.130,00€ | 16.260,00€ | 24.390,00€ |
| Total Geral | | | 24.390,00€ |

| | 2018 | 2019 | Total |
|--------------------|-----------|-----------|-------------------|
| Nascente JI | 3.450,00€ | 6.900,00€ | 10.350,00€ |
| Nascente EB | 4.680,00€ | 9.360,00€ | 14.040,00€ |
| TOTAL FINAL | | | 24.390,00€ |

Estes apoios têm cabimento na rubrica 06/040305 das ações 2016/A/56 e 2016/A/59, conforme descrito no mapa acima.

Mais delibera que a entidade contemplada com o subsídio supramencionado deverá, obrigatoriamente, evidenciar a realização/concretização inequívoca do objeto do apoio financeiro e a apresentar um relatório de receitas e despesas, complementado com cópia dos respetivos comprovativos de despesa, até 30 de novembro de 2019.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

ATIVIDADE FÍSICA

54. Programa de funcionamento da atividade física para a 3.ª idade. Atribuição de apoio financeiro no ano de 2018 - Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego

1111 - Presente Programa de Funcionamento da Atividade Física para a 3.ª Idade no ano de 2018, aprovado através de deliberação de câmara municipal de 28 de maio de 2018;

Presente a candidatura apresentada pela seguinte entidade:

| ENTIDADE | NIF | DATA DE ENTRADA |
|--|-------------|------------------|
| Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego | 501 540 563 | 29 junho de 2018 |

Considerando que com este programa, promovido pelo Município da Marinha Grande, se pretende alcançar, para além dos benefícios fisiológicos identificados, melhorias ao nível da autoestima, autonomia, qualidade de vida, diminuição da ansiedade, stress e solidão das pessoas idosas do concelho da Marinha Grande.

Considerando que o programa de Promoção da Atividade Física para a 3.ª Idade tem vindo a ser realizado desde 2006 pelo Município da Marinha Grande, em parceria com algumas entidades do concelho.

Considerando que as atividades têm vindo a ser desenvolvidas, desde essa altura, por parte de um conjunto de associações do concelho da Marinha Grande, com uma distribuição geográfica alargada, tendo estas fidelizado uma parte do público-alvo.

Considerando que as atividades estão a ser realizadas desde o início do ano de 2018 e que acarretam custos.

Considerando que as associações estão a dar continuidade a um programa que tem sido incentivado pelo Município da Marinha Grande, comprovando-se que o mesmo teve continuidade desde janeiro de 2018, na expectativa de receberem o apoio financeiro necessário à sua realização.

Considerando que a entidade acima identificada se encontra em condições de beneficiar de apoio financeiro.

Considerando que o apoio financeiro deveria ter sido atribuído antes do início da realização das atividades.

Considerando os atrasos na entrega de documentação para que os clubes/associações reunissem as condições necessárias para trazer à Câmara a atribuição dos apoios financeiros.

Considerando os atrasos verificados e acima expostos, e não podendo ser imputada aos parceiros a total responsabilidade pelos atrasos verificados.

Considerando que o valor do apoio proposto de 1.840,00€ (mil e oitocentos e quarenta euros), resulta da aplicação da cláusula 8.ª do Programa de Funcionamento da Atividade Física para a 3.ª Idade, para um total de 46 participantes.

A Câmara Municipal analisou a proposta, com a qual concorda na íntegra, e delibera, ao abrigo da alínea u) do nº 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado na Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a atribuição de um apoio financeiro à entidade abaixo designada, nos seguintes termos:

| ENTIDADE | NIF | VALOR |
|--|-------------|-----------|
| Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego | 501 540 563 | 1.840,00€ |

A verba está prevista em Plano de Atividades Municipais na ação 2018/A/91

A Câmara Municipal delibera ainda aprovar a nova minuta de contrato em anexo, a celebrar com a entidade beneficiária, que estabelece os termos desta parceria.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

55. Programa de funcionamento da atividade física para a 3.ª idade. Atribuição de apoio financeiro no ano de 2018 - Sport Operário Marinhense

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** e o **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** comunicaram o seu impedimento, nos termos do previsto no artigo 69.º, n.º 1, alínea a), do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que fazem parte dos órgãos sociais do Sport Operário Marinhense.

A **Sr.ª Presidente** declarou o impedimento, nos termos do artigo 70.º, n.º 4 do mencionado Código.

1112 - Presente Programa de Funcionamento da Atividade Física para a 3.ª Idade no ano de 2018, aprovado através de deliberação de câmara municipal de 28 de maio de 2018;

Presente a candidatura apresentada pela seguinte entidade:

| ENTIDADE | NIF | DATA DE ENTRADA |
|---------------------------|-------------|------------------|
| Sport Operário Marinhense | 501 417 702 | 27 junho de 2018 |

Considerando que com este programa, promovido pelo Município da Marinha Grande, se pretende alcançar, para além dos benefícios fisiológicos identificados, melhorias ao nível da autoestima, autonomia, qualidade de vida, diminuição da ansiedade, stress e solidão das pessoas idosas do concelho da Marinha Grande.

Considerando que o programa de Promoção da Atividade Física para a 3.ª Idade tem vindo a ser realizado desde 2006 pelo Município da Marinha Grande, em parceria com algumas entidades do concelho.

Considerando que as atividades têm vindo a ser desenvolvidas, desde essa altura, por parte de um conjunto de associações do concelho da Marinha Grande, com uma distribuição geográfica alargada, tendo estas fidelizado uma parte do público-alvo.

Considerando que as atividades estão a ser realizadas desde o início do ano de 2018 e que acarretam custos.

Considerando que as associações estão a dar continuidade a um programa que tem sido incentivado pelo Município da Marinha Grande, comprovando-se que o mesmo teve continuidade desde janeiro de 2018, na expectativa de receberem o apoio financeiro necessário à sua realização.

Considerando que a entidade acima identificada se encontra em condições de beneficiar de apoio financeiro.

Considerado que o apoio financeiro deveria ter sido atribuído antes do início da realização das atividades.

Considerando os atrasos na entrega de documentação para que os clubes/associações reunissem as condições necessárias para trazer à Câmara a atribuição dos apoios financeiros.

Considerando os atrasos verificados e acima expostos, e não podendo ser imputada aos parceiros a total responsabilidade pelos atrasos verificados.

Considerando que o valor do apoio proposto de 1.520,00€ (mil e quinhentos e vinte euros), resulta da aplicação da cláusula 8.ª do Programa de Funcionamento da Atividade Física para a 3.ª Idade, para um total de 38 participantes.

A Câmara Municipal analisou a proposta, com a qual concorda na íntegra, e delibera, ao abrigo da alínea u) do nº 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado na Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a atribuição de um apoio financeiro à entidade abaixo designada, nos seguintes termos:

| ENTIDADE | NIF | VALOR |
|---------------------------|-------------|-----------|
| Sport Operário Marinhense | 501 417 702 | 1.520,00€ |

A verba está prevista em Plano de Atividades Municipais na ação 2018/A/91

A Câmara Municipal delibera ainda aprovar a nova minuta de contrato em anexo, a celebrar com a entidade beneficiária, que estabelece os termos desta parceria.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

PROMOÇÃO SOCIAL, SAÚDE E VOLUNTARIADO

56. Atualização anual da renda correspondente à fração sita no 1º dto. do Bloco 1, da Praceta da Liberdade

1113 - Presente informação n.º 2900 da Divisão de Desenvolvimento da Cidadania – DDC - datada de 08 de novembro de 2018, referente à atualização anual da renda da habitação sita no 1º Dto, do Bloco 1, da Praceta da Liberdade.

Considerando que a Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na atual redação estabelece o regime do arrendamento apoiado para habitação de fim social.

Considerando que o arrendamento apoiado é o regime aplicável às habitações detidas, a qualquer título, por entidades das administrações direta e indireta do Estado, das regiões autónomas, das autarquias locais, do setor público empresarial e dos setores empresariais regionais, intermunicipais e municipais, que por elas sejam arrendadas ou subarrendadas com rendas calculadas em função dos rendimentos dos agregados familiares a que se destinam.

Considerando que o artigo 21.º desta mesma Lei prevê que “o valor das rendas em regime do arrendamento apoiado é determinado pela aplicação de uma taxa de esforço ao rendimento mensal corrigido do agregado familiar, sendo a taxa de esforço (T) o valor arredondado à milésima, que resulta da seguinte fórmula:

$T = 0,067 \times (RMC / I.A.S.)$ em que:

T = taxa de esforço

RMC = Rendimento Mensal Corrigido do Agregado Familiar

I.A.S. = indexante dos Apoios Sociais (428,90€)”

Considerando que nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 81/2014 de 19 de Dezembro, são apresentadas as definições/ponderações, a ter em conta para o cálculo do valor da renda;

Considerando o n.º 3 do artigo 1 da Lei n.º 80/2014, de 19 de dezembro que determina que: *“a renda mensal não pode exceder o duodécimo do produto resultante da aplicação da taxa das rendas condicionadas ao valor patrimonial tributário do fogo.”*

Considerando que nos termos do n.º 2 do artigo 22.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro: *“A renda máxima em regime de arrendamento apoiado é a renda máxima aplicável aos contratos de arrendamento para fim habitacional em regime de renda condicionada.”*

Considerando que em 28 de maio de 2015, foi aprovado em reunião de câmara, por unanimidade, que as rendas dos bairros sociais passariam a ser atualizadas bianualmente.

Considerando, por fim, os cálculos que se encontram demonstrados na ficha de atualização da renda e que têm por base os documentos facultados pela inquilina.

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o artigo 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 32/2016, de 24 de agosto, proceder à atualização anual da renda, sendo o valor a aplicar, o constante no seguinte quadro:

Praceta da Liberdade

| Bloco | Morador | Fração | Contrato | Renda 2018 | Renda 2019 |
|-------|------------------------------|--------|------------|------------|------------|
| 1 | Mª da Luz Ferreira S. Soares | 1ºDto. | 01/06/1976 | 4,19€ | 29,86€ |

Mais delibera, que o valor da renda acima descrita entre em vigor no dia 01 de janeiro de 2019.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

57. Atualização anual da renda correspondente à fração sita no 2º esq. do Bloco 2, da Praceta da Liberdade

1114 - Presente informação n.º 2908 da Divisão de Desenvolvimento da Cidadania – DDC - datada de 09 de novembro de 2018, referente à atualização anual da renda da habitação sita no 2º Esq. do Bloco 2, da Praceta da Liberdade.

Considerando que a Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na atual redação estabelece o regime do arrendamento apoiado para habitação de fim social.

Considerando que o arrendamento apoiado é o regime aplicável às habitações detidas, a qualquer título, por entidades das administrações direta e indireta do Estado, das regiões autónomas, das autarquias locais, do setor público empresarial e dos setores empresariais regionais, intermunicipais e municipais, que por elas sejam arrendadas ou subarrendadas com rendas calculadas em função dos rendimentos dos agregados familiares a que se destinam.

Considerando que o artigo 21.º desta mesma Lei prevê que “o valor das rendas em regime do arrendamento apoiado é determinado pela aplicação de uma taxa de esforço ao

rendimento mensal corrigido do agregado familiar, sendo a taxa de esforço (T) o valor arredondado à milésima, que resulta da seguinte fórmula:

$T = 0,067 \times (RMC/I.A.S.)$ em que:

T= taxa de esforço

RMC = Rendimento Mensal Corrigido do Agregado Familiar

I.A.S. = indexante dos Apoios Sociais (428,90€)

Considerando que nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 81/2014 de 19 de Dezembro, são apresentadas as definições/ponderações, a ter em conta para o cálculo do valor da renda;

Considerando o n.º 3 do artigo 1 da Lei n.º 80/2014, de 19 de dezembro que determina que: *“a renda mensal não pode exceder o duodécimo do produto resultante da aplicação da taxa das rendas condicionadas ao valor patrimonial tributário do fogo.”*

Considerando que nos termos do n.º 2 do artigo 22.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro: *“A renda máxima em regime de arrendamento apoiado é a renda máxima aplicável aos contratos de arrendamento para fim habitacional em regime de renda condicionada.”*

Considerando que em 28 de maio de 2015, foi aprovado em reunião de câmara, por unanimidade, que as rendas dos bairros sociais passariam a ser atualizadas bianualmente.

Considerando, por fim, os cálculos que se encontram demonstrados na ficha de atualização da renda e que têm por base os documentos facultados pela inquilina.

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o artigo 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 32/2016, de 24 de agosto, proceder à atualização anual da renda, sendo o valor a aplicar, o constante no seguinte quadro:

Praceta da Liberdade

| Bloco | Morador | Fração | Contrato | Renda 2018 | Renda 2019 |
|-------|-------------------------------|--------|------------|------------|------------|
| 2 | Paula Margarida G. Nascimento | 2ºEsq. | 01/06/1976 | 4,19€ | 35,36€ |

Mais delibera, que o valor da renda acima descrita entre em vigor no dia 01 de janeiro de 2019.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

58. Revisão da renda correspondente à fração sita na Praceta da Liberdade, Bloco 4, 1º dto., por motivo de alteração dos rendimentos do agregado familiar

1115 - Presente informação n.º 2906 da Divisão de Desenvolvimento da Cidadania – DDC - datada de 09 de novembro de 2018, referente ao pedido de revisão do valor da renda efetuado pela arrendatária residente na morada mencionada em epígrafe.

Considerando que a Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na atual redação estabelece o regime do arrendamento apoiado para habitação de fim social.

Considerando que o arrendamento apoiado é o regime aplicável às habitações detidas, a qualquer título, por entidades das administrações direta e indireta do Estado, das regiões autónomas, das autarquias locais, do setor público empresarial e dos setores empresariais regionais, intermunicipais e municipais, que por elas sejam arrendadas ou subarrendadas com rendas calculadas em função dos rendimentos dos agregados familiares a que se destinam.

Considerando que, nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 81/2014 de 19 de Dezembro, alterada e republicada pela Lei nº 32/2016 de 24 de agosto são apresentadas as definições/ponderações, a ter em conta para o cálculo do valor da renda;

Considerando que, o artigo 21.º desta mesma Lei, prevê que: “o valor das rendas em regime do arrendamento apoiado é determinado pela aplicação de uma taxa de esforço ao rendimento mensal corrigido do agregado familiar, sendo a taxa de esforço (T) o valor arredondado à milésima, que resulta da seguinte fórmula:

$T = 0,067 \times (RMC / I.A.S.)$ em que:

T = taxa de esforço

RMC = Rendimento Mensal Corrigido do Agregado Familiar

I.A.S. = indexante dos Apoios Sociais (428,90€)”

Considerando que, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual: “...há lugar à revisão da renda, a pedido do arrendatário, nas situações de alteração na composição ou nos rendimentos do agregado familiar, devendo o arrendatário comunicar o facto ao senhorio, no prazo máximo de 30 dias a contar da data da ocorrência”.

Considerando a alteração nos rendimentos do agregado familiar;

Considerando, os cálculos que se encontram demonstrados na ficha da inquilina e que têm por base os documentos facultados pela própria.

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso da competência prevista na alínea ee), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e, em conformidade com a alínea a) do n.º 1 do artigo 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual, proceder à revisão da renda da inquilina Maria da Luz Tomás Kachiombo, cujo valor a aplicar consta do seguinte quadro:

Praceta da Liberdade

| Bloco | Morador | Fração | Contrato | Renda 2018 | Renda 2019 |
|-------|---------------------------|--------|------------|------------|------------|
| 4 | Mª da Luz Tomás Kachiombo | 1ºDto. | 27/09/2017 | 44,85€ | 25,04€ |

Mais delibera, que o valor da renda acima descrita entre em vigor no dia 01 de janeiro de 2019.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

59. Revisão do valor da renda, sob o regime de arrendamento apoiado, de Maria Filomena Bernardo dos Santos, inquilina residente na Avenida da Liberdade Bloco I 2ºft dto, Casal de Malta, por motivo de alteração do rendimento mensal corrigido.

1116 - Presente informação n.º 2955 da Divisão de Desenvolvimento da Cidadania – DDC - datada de 16 de novembro de 2018, a dar conta da necessidade de proceder à revisão do valor da renda da habitação em epígrafe, por motivo de alteração no rendimento mensal corrigido do agregado familiar.

Considerando que a Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação de fim social e revoga a Lei n.º 21/2009, de 20 de maio e os Decretos-Lei n.º 608/73, de 14 de novembro e 166/93, de 7 de maio;

Considerando que nos termos do artigo 3.º da referida Lei, são apresentadas as definições/ponderações, a ter em conta para o cálculo do valor da renda;

Considerando que o seu artigo 21.º, prevê que o valor das rendas em regime do arrendamento apoiado é determinado pela aplicação de uma taxa de esforço ao rendimento mensal corrigido do agregado familiar, sendo a taxa de esforço (T) o valor arredondado à milésima, que resulta da seguinte fórmula:

$T = 0,067 \times (RMC / I.A.S.)$ em que:

T = Taxa de esforço

RMC = Rendimento Mensal Corrigido do Agregado Familiar

I.A.S. = Indexante dos Apoios Sociais (428,90€)”

Considerando que ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do art.º 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual, há lugar à revisão da renda, a pedido do arrendatário, nas situações de alteração na composição ou nos rendimentos do agregado familiar.

Considerando a alteração, no rendimento mensal do agregado familiar;

Considerando que nos termos do n.º 6 do artigo 23.º da mesma Lei, a renda atualizada ou revista, nos termos dos números anteriores, é devida no segundo mês subsequente ao da data de receção, pelo arrendatário, da comunicação do senhorio com o respetivo valor.

Considerando, por fim, os cálculos que se encontram demonstrados na ficha do inquilino e que têm por base os documentos facultados pelo próprio.

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso da competência prevista na alínea ee) do n.º1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2015, de 30 de março e, em conformidade com o artigo 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual proceder à revisão da renda do inquilino residente na fração identificada em epígrafe, sendo o valor a aplicar o constante do quadro seguinte:

| MORADORA | BLOCO | FRAÇÃO | DATA CONTRATO | RENTA/18 | RENTA/19 |
|----------------------|-------|------------|---------------|----------|----------|
| Avenida da liberdade | L | 2º Frt Dto | 16/11/2006 | 4,23€ | 51,27€ |

Mais delibera, em conformidade com o n.º 6 do art.º 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual que a aplicação da referida renda entre em vigor a partir do 1.º dia útil do mês de janeiro de 2019.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

60. Transmissão do direito ao arrendamento a favor do inquilino residente na casa 19, do Bairro do Camarnal Velho, por motivo de dissolução da união de facto da primitiva arrendatária da habitação

1117 - Presente informação n.º 2887 da Divisão de Desenvolvimento da Cidadania – DDC - datada de 07 de novembro de 2018, referente ao pedido de transmissão do direito ao arrendamento, efetuado por Sérgio Paulo Guerreiro Duarte, por motivo de dissolução de união de facto da primitiva arrendatária;

Considerando que Albertina Maria Sousa Soares celebrou contrato de arrendamento com o Município da Marinha Grande em janeiro de 2005;

Considerando que Albertina Soares e Sérgio Duarte viveram em união de facto durante 25 anos;

Considerando que em caso de rutura da união de facto, a proteção da casa de morada de família rege-se pelo regime previsto no artigo 1105.º do Código Civil, com as necessárias adaptações - artigo 4.º.

Considerando que a dissolução da união de facto por vontade de um dos seus membros, só deve ser declarada judicialmente quando se pretenda fazer valer direitos que dela dependam, o que significa que não sendo o caso, a mesma é efetuada por declaração sob compromisso de honra, de acordo com o artigo 2.º A, n.s 2 e 3 e artigo 8.º, n.º 1, alínea b) e n.º 2 (declaração em anexo).

Considerando que nos termos do n.º 1 do artigo 1105.º do Código Civil: “ Incidindo o arrendamento sobre a casa de morada de família, o seu destino é, em caso de divórcio ou de separação judicial de pessoas e bens, decidido por acordo dos cônjuges, podendo estes optar pela transmissão ou pela concentração a favor de um deles”.

Considerando que de acordo com o n.º 4 do artigo 24.º do Regulamento de atribuição, de gestão e de utilização das habitações sociais do Município da Marinha Grande, em vigor, Sérgio Paulo Guerreiro Duarte, tem direito ao arrendamento, na medida em que: “a transmissão da posição do arrendatário ocorre ainda por divórcio ou cessação de união de facto e, incidindo o arrendamento sobre casa de morada de família, o seu destino é decidido por acordo escrito dos cônjuges ou unidos, notificado à Câmara Municipal no prazo máximo de 30 dias a contar da sua ocorrência, podendo estes optar pela transmissão ou pela concentração a favor de um deles.”

Considerando que além da necessidade de se operar a transmissão do direito ao arrendamento, existe ainda, necessidade de atualizar a renda, tendo em conta as alterações verificadas na composição do agregado familiar e seus rendimentos;

A Câmara analisou a referida informação e, delibera no uso da competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 4 do artigo 24.º do Regulamento de atribuição, gestão e de utilização das habitações sociais do Município da Marinha Grande, em vigor, concordar com a transmissão do direito ao arrendamento para o nome de Sérgio Paulo Guerreiro Duarte, sendo os recibos de renda mensal emitidos em nome do mesmo, cujo número de identificação fiscal é: 194 898 741.

Mais delibera, alterar o valor da renda a partir de dezembro de 2018, para 11,95€, valor este calculado, tendo em conta as alterações verificadas, quer na composição do agregado familiar, quer nos seus rendimentos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

61. Transmissão do direito de arrendamento a favor de Custódio Lourenço Florindo, por morte da titular do contrato de arrendatário - Maria Capitolina Lourenço.

1118 - Presente requerimento com o registo de entrada E/10066/2018, datado de 29 de outubro, em nome de Custódio Lourenço Florindo, a solicitar a transmissão do direito de arrendamento por morte da sua mãe, titular primitiva do contrato de arrendamento.

Presente informação n.º 2897 da Divisão de Desenvolvimento da Cidadania– D.D.C.- datada de 8 de novembro de 2018, a propor a transmissão do direito de arrendamento da habitação mencionada em epígrafe, para Custódio Lourenço Florindo.

Considerando que Maria Capitolina Lourenço, arrendatária do Município da Marinha Grande, era mãe de Custódio Lourenço Florindo, filho com grau de incapacidade, atestado, de 96% e com ela residia;

Considerando que a mesma faleceu, no passado dia 13 de outubro do corrente ano, conforme documento comprovativo, em anexo;

Considerando a alínea e) do n.º 1 do artigo 24.º do Regulamento Municipal de Atribuição, Gestão e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande em vigor, que determina que o arrendamento para habitação não caduca por morte do primitivo arrendatário, quando lhe sobreviva filho ou enteado maior de idade, que com ele viva em economia comum há mais de um ano, portador de deficiência, com grau comprovado de incapacidade superior a 60%.

Somos de propor a transmissão do direito de arrendamento para o nome de Custódio Lourenço Florindo, contribuinte fiscal n.º 223 601 357.

A Câmara analisou a referida informação e, delibera no uso de competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com a alínea e) do n.º 1 do artigo 24.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande em vigor, transmitir o direito de arrendamento para o nome do filho sobrevivente, detentor de grau de incapacidade permanente global, equivalente a 96% - Custódio Lourenço Florindo, sendo os recibos de renda mensal emitidos em nome do mesmo.

Mais delibera, alterar o valor da renda a partir de janeiro de 2019, para 28,60€, valor este calculado, tendo em conta as alterações verificadas, quer na composição do agregado familiar, quer nos seus rendimentos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

62. Rendas em atraso referentes à fração correspondente ao 3º dto., do Bloco 5, sita na Praceta da Liberdade – Celebração de acordo de regularização de dívidas

1119 - Presente informação n.º 2894 da Divisão de Desenvolvimento da Cidadania – DDC - datada de 08 de novembro de 2018, referente ao pedido de Rogério Santos Moita, na qualidade de titular do contrato de arrendamento, para efetuar o pagamento do valor em dívida, em prestações mensais, sempre acrescidas do montante correspondente à renda atual.

Considerando que o inquilino em causa não reúne condições económicas que lhe permitam liquidar integralmente o montante em causa;

Considerando a intenção do mesmo em liquidar a dívida que tem para com o Município da Marinha Grande, no valor de 705,50€ (setecentos e cinco euros e cinquenta cêntimos);

Considerando a proposta apresentada para o pagamento da dívida, em 18 prestações mensais, acrescido sempre do valor da renda mensal, a partir de janeiro de 2019;

Considerando o n.º 4, do artigo 20.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual, que estipula que “em caso de mora pode ser celebrado um acordo de liquidação de dívida”.

Considerando por último, o n.º 4 do artigo 26.º, do Regulamento de atribuição, de gestão e de utilização das habitações sociais do Município da Marinha Grande, que prevê que “em caso de mora no pagamento da renda, pode a Câmara Municipal estabelecer com o arrendatário um acordo de liquidação da dívida em prestações”.

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso da competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 4 do artigo 26.º do Regulamento de atribuição, de gestão e de utilização das habitações sociais do Município da Marinha Grande, concordar com o pagamento da dívida, no valor de 705,50€ (setecentos e cinco euros e cinquenta cêntimos), em 18 prestações mensais, sendo 17.ª prestações no valor de 39,19€ (trinta e nove euros e dezanove cêntimos) e a 18.ª prestação no valor de 39,27€ (trinta e nove euros e vinte sete cêntimos), acrescido do valor da renda corrente, a partir de janeiro de 2019.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

63. Atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra - Casa do Pessoal da Câmara Municipal da Marinha Grande.

Presente a seguinte proposta:

“Presente deliberação camarária, datada de 11 de dezembro de 2017, na qual a Câmara Municipal deliberou, ao abrigo do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra (adiante designado por regulamento), admitir a candidatura abaixo indicada, ao programa de apoio a atividades pontuais, para a realização da tradicional Festa de Natal para o corrente ano, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

APOIO PONTUAL

| REGISTO | NIF | ENTIDADE | OBJETIVO | CLASSIFICAÇÃO |
|-------------|-----------|-------------------------|----------------|---------------|
| E/8155/2017 | 504190466 | CASA DO PESSOAL DA CMMG | Festa de Natal | 27,5 |

Considerando que nos termos do artigo 6.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, a atribuição de qualquer apoio ou benefício depende da demonstração pela entidade beneficiária do cumprimento das suas obrigações fiscais, de contribuições para a segurança social e de quaisquer obrigações de natureza pecuniária perante a entidade concedente;

Considerando que o n.º 1 do artigo 15.º do regulamento, define que os apoios ou benefícios, em qualquer um dos tipos de programa previstos, estão limitados pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro;

Considerando ainda que, nos termos do artigo 6.º do regulamento, a atribuição de qualquer apoio ou benefício depende da demonstração pela entidade beneficiária do cumprimento de quaisquer obrigações de natureza pecuniária perante a entidade concedente, devendo ter para o efeito ter:

- A situação regularizada em termos da Autoridade Tributária e Segurança Social (declarações ou autorizações de consulta;
- Relatórios de contas do ano anterior aprovados e validados e respetiva ata de aprovação;
- Obrigações cumpridas relativas a contratos de apoio de anos anteriores;
- Situações de dívida para com o Município da Marinha Grande devidamente regularizadas;
- Mandato válido – atas de eleição e tomada de posse dos órgãos sociais.

Considerando que nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis
- c) Necessidade financeira do pedido;

Considerando que as atribuições do Município da Marinha Grande nos domínios da educação, cultura, desporto, ação social e promoção do desenvolvimento nos termos das alíneas d), e), f), h) e m) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande, a competência para apoiar as atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outras de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas o), p) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei supracitada;

Considerando, por fim, ainda os critérios definidos no regulamento.

A Câmara Municipal apreciou a informação e delibera conceder ao abrigo da competência conferida pela alínea p) do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual e nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, o seguinte apoio financeiro:

ATIVIDADES PONTUAIS:

| ENTIDADE | OBJETIVO | NIF | PONTOS | AÇÃO | MONTANTE |
|-------------------------|----------------|-----------|--------|------------|------------|
| CASA DO PESSOAL DA CMMG | Festa de Natal | 504190466 | 27,5 | 2018/A/190 | 16.000,00€ |

Mais delibera, em cumprimento do previsto nos artigos 18.º e n.º 1 do artigo 20.º do Regulamento, aprovar a minuta do contrato-programa em anexo, a celebrar com a entidade beneficiária.”

Sobre este processo registaram-se as seguintes intervenções:

Os Srs. Vereadores do MpM referiram o seguinte:

“É uma atividade da Casa de Pessoal da Câmara. Quantos trabalhadores da Câmara são associados da Casa do Pessoal? (a informação foi que são 240 associados).

Há muitos trabalhadores que não são associados, logo não são contemplados por este subsídio. Entendemos que a “Festa de Natal que se caracteriza pela entrega de cabazes de Natal, jantar e animação de Natal para os funcionários da Câmara Municipal e seus familiares” deve ser para todos os trabalhadores e não apenas para os associados da Casa de Pessoal.

Temos sido convidados e estado presentes no jantar de Natal organizado pela Casa de Pessoal e o número de presenças de funcionários é extremamente reduzido, muito distante das centenas de trabalhadores.

Dadas estas circunstâncias de não estarem abrangidos todos os trabalhadores, desde que sou vereador que afirmei que a atribuição deste subsídios deixa de fora, injustamente, os funcionários da Câmara que não são sócios da Casa de Pessoal. Foi proposto que fosse alterado o protocolo, de forma a que a animação, bem como o jantar de Natal, fossem extensivos a todos os funcionários da Câmara.

Mais um ano, e a Sra. Presidente e os vereadores executivos não quiseram corrigir esta injustiça.

Recordo que a então vereadora Cidália Ferreira no dia 3 novembro de 2016, ou seja, há dois anos, e não esquecer que já o ano passado por esta altura era presidente, disse que concordava com a sugestão de se proceder a esta alteração e ajustamento, mas que “penso que não é fácil encontrar uma solução justa nesta altura, e que à data não deve ser alterado o procedimento desta candidatura, que foi organizada e apresentada com base nos critérios existentes, porque alterar agora as regras, em vez de favorável, poderia trazer algum constrangimento difícil de sanar para a Casa de Pessoal.

Penso que deveremos manter as regras para 2016, e depois definir as regras do próximo ano.”

Sra. Presidente pensava, e bem, em alterar as regras em 2017. Não alterou em 2017, nem alterou em 2018.

Aqui temos mais um exemplo de que tudo se adia sem solucionar os problemas que estão identificados e assumidos. Ou seja, “tudo tratado, nada resolvido”.

Acrescento uma informação é que as associações de trabalhadores municipais/públicos estão sujeitas a um regime específico, diferente de quaisquer outras associações culturais, recreativas ou desportivas. Tratando-se de um apoio para uma atividade, em nada obsta que a mesma seja extensiva a trabalhadores não associados da associação.

Esta questão pode ser sanada com o alargamento da festa a todos os trabalhadores.”

A **Sr.ª Vereadora Célia Guerra** disse que pensa da mesma forma e tem andado a tentar que este jantar seja gratuito, e o que lhe foi explicado é que dessa forma os sócios que pagam quotas não aceitavam. Ainda tentou que se aumentasse o valor do apoio mas foi-lhe dito que isso acabaria com a Casa do Pessoal.

A **Sr.ª Presidente** referiu que aquilo que o Sr. Vereador Aurélio citou é o que realmente pensa sobre o assunto. Sabe o que a Sr.ª Vereadora se esforçou e tentou sensibilizar a Direção da Casa do Pessoal, mas também percebe a preocupação deles.

Seguiu-se a discussão das várias possibilidades de apoio.

Após a discussão, e tendo em conta o adiantado da hora, a **Sr.ª Vereadora Célia Guerra propôs retirar o assunto, incluí-lo na reunião extraordinária convocada para o dia 29/11/2018, e antes falar com a Direção da Casa de Pessoal.**

Todos os presentes concordaram com a retirada do ponto.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia 26/11/2018.

Mandato de 2017/2021
Ata nº 39

E nada mais havendo a tratar, a Sr.^a Presidente encerrou a reunião eram 19:15 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A Presidente da Câmara Municipal,

A Secretária da reunião,